

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO  
OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP) NA FORMAÇÃO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR

Mestrando: SALATIEL DOS SANTOS HERGESEL  
Orientadora: Profa. Dra. MARILEY SIMÕES FLÓRIA GOUVEIA

CAMPINAS 2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Título: A participação do sindicato dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor.**

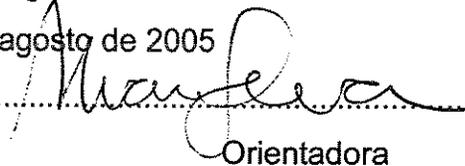
Autor: Salatiel dos Santos Hergesel

Orientadora: Profa. Dra. Mariley Simões Flória Gouveia

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Salatiel dos Santos Hergesel e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 26 de agosto de 2005

Assinatura:.....



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



Jorge Megid Neto



**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

H422p Hergesel, Salatiel dos Santos.  
A participação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político - pedagógica do professor / Salatiel dos Santos Hergesel. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Mariley Simões Flória Gouveia.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Projeto pedagógico. 2. Formação profissional. 3. Educação. 4. Trabalho pedagógico em equipe. 5. Gestão democrática I. Gouveia, Mariley Simões Flória. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-195-BFE

**Keywords:** Political pedagogical project; Professional formation; Education; Pedagogical work; Democratic management

**Área de concentração:** Ensino, Avaliação e Formação de Professores

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Profa. Dra. Mariley Asimões Flória Gouveia

Prof. Dr. Jorge Megid Neto

Prof. Dr. Oscar Braz Mendonza Negrão

Prof. Dr. Ivan Amorosino do Amaral

**Data da defesa:** 26/08/2005

**Dedico esta dissertação a minha esposa,  
Profa. Márcia Aguiar Hergesel, pelo  
incentivo aos estudos e por compreender  
a minha ausência familiar para a  
realização deste trabalho.**

## AGRADECIMENTOS

À **Professora Dra. Mariley Simões Flória Gouveia**, orientadora e minha alfabetizadora acadêmica. Pela coragem e paciência de ensinar-me os passos mais elementares da academia e pela confiança depositada no meu desenvolvimento intelectual que levou-me concluir este trabalho.

Ao **Prof. Dr. Ivan Amorosino do Amaral**, **Prof. Dr. Oscar Braz Mendonza Negrão** e **Prof. Dr. Jorge Megid Neto**, membros da banca examinadora do exame de qualificação pelas sugestões pertinentes que muito contribuíram para a organização final deste trabalho.

Aos demais **Professores do Grupo FORMAR – Ciências – FE/UNICAMP**, pelo acolhimento como aluno ouvinte, pela atenção e sugestões valiosas para a pesquisa.

Ao **Prof. Ismael dos Santos Hergesel**, que por horas e dias se dedicou na realização da correção gramatical deste trabalho.

Ao **Prof. Dr. Luiz Eduardo Pedroso**, que me fez conhecer a UNICAMP e me apresentou à prof. Dra. Mariley Simões Flória Gouveia.

As **funcionárias** da Secretaria de Formação da APEOESP – Sede Central que contribuíram no fornecimento dos documentos necessários para a realização desta dissertação.

Ao **Prof. Ms. José Nivaldo da Silva**, pela colaboração na produção do Abstract.

Aos meus **familiares** e **amigos** que souberam compreender o afastamento que foi necessário para a conclusão desta dissertação.

**“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isso e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo.(...)”**

**Paulo Freire**

## SUMÁRIO

<b>Memorial: Da vivência ingênua à visão crítica da profissão.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I – A busca de novos conhecimentos – A pesquisa.....</b>	<b>15</b>
1.1 A origem da pesquisa.....	15
1.2 A história da APEOESP.....	19
1.3 A história da APEOESP no contexto da pesquisa.....	38
1.4 A pesquisa.....	39
1.5 Procedimentos metodológicos.....	41
1.5.1 Delimitação da pesquisa.....	41
1.5.2 Fontes de dados.....	41
1.6 Categorias e Descritores da análise.....	44
<b>Capítulo II – Subsídios teóricos para análise da contribuição da APEOESP na formação político-pedagógica do professor.....</b>	<b>45</b>
2.1 A proposta teórica.....	45
2.2 Projeto Político-Pedagógico.....	46
2.2.1 Descritores da categoria: Projeto Político-Pedagógico.....	54
2.3 Formação Político-Pedagógica.....	54
2.3.1 Descritores da categoria: Formação Político-Pedagógica.....	60
2.4 Trabalho.....	60
2.4.1 Descritores da categoria: Trabalho.....	67
<b>Capítulo III – O que dizem os documentos.....</b>	<b>69</b>
3.1 Estatuto da APEOESP.....	69
3.1.1 Categoria: Projeto Político-Pedagógico.....	69
3.1.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica.....	75
3.1.3 Categoria: Trabalho.....	76
3.2 Teses dos Congressos Estaduais da APEOESP.....	78
3.2.1 Categoria: Projeto Político-Pedagógico.....	80
3.2.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica.....	86
3.2.3 Categoria: Trabalho.....	93
3.3 Ações do Coletivo Formação.....	96
3.3.1 Categoria: Projeto Político-Pedagógico.....	98
3.3.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica.....	104
3.3.3 Categoria: Trabalho.....	111
3.4 Revista de Educação.....	113

3.5 FAX URGENTE, JORNAL DA APEOESP, BOLETINS DO CR/RE, BOLETIM EDUCACIONAL – CULTURAL, GREVES E ATOS PÚBLICOS.....114

**CAPÍTULO IV – O que os dados possibilitam afirmar.....125**

4.1 Categoria: Projeto Político-Pedagógico.....125

4.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica.....128

4.3 Categoria: Trabalho.....131

**CAPÍTULO V – Considerações Finais.....137**

**Bibliografia.....153**

**Anexo I – Posse de diretorias da APEOESP de 1964 – 2005.....157**

**Anexo II – Estatuto da APEOESP.....161**

## RESUMO

Esta pesquisa pretende discutir a proposta de formação político-pedagógica oferecida pela APEOESP aos seus associados. Ela foi realizada a partir da inquietação em compreender a(s) dificuldade(s) que os professores têm em articular o conteúdo específico de cada disciplina às questões sociais, econômicas e políticas vivenciadas por eles e pelos estudantes.

A pesquisa revelou que o sindicato, teoricamente, tem um projeto político-pedagógico que norteia a sua estrutura e funcionamento pautado na gestão democrática, na autonomia sindical, na reflexão crítica sobre a prática, na aproximação entre teoria e prática e na articulação entre o político e o pedagógico.

A APEOESP defende que esses princípios estejam inseridos na formação dos professores, na prática docente e na gestão das escolas públicas estaduais de São Paulo.

Demonstrou-se também o interesse da entidade na politização dos professores para melhoria da articulação entre o específico da sala de aula com as questões sociais, políticas e econômicas do Brasil e do mundo. Porém, o sindicato deve retomar os investimentos em cursos de formação contínua para professores pautado nos princípios político-ideológicos que norteiam o trabalho sindical, como instrumento para politizar a categoria visando a articulação do campo pedagógico com o político-social. A melhoria da qualidade do ensino e das condições de trabalho também deve ser buscada.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico. Formação Profissional. Educação. Trabalho Pedagógico. Gestão democrática.

## ABSTRACT

This search aims to discuss the proposal of political-pedagogical formation provided by APEOESP to its members. It was accomplished in order to understand teacher's difficulties in articulating the specific content to each subject (Mathematics, Geography etc.) to the political, economic and social problems faced both by them and their students.

This study concluded that the trade union (APEOESP) has a political-pedagogical project that guides its structure and operation based on a democratic management, in the union autonomy, the critical reflection acquired from experience, in the approach between theory and practice and in the joint between the political and the pedagogical one.

The APEOESP defends that those principles are inserted in the formation, in the teachers's practice and in the management of public schools of São Paulo state.

The interest with teachers politicizing for the betterment of the joint was also demonstrated between the specific content of classroom and social, political and economic matters of Brazil and the world. However, the union must retake the investments in continuous formation courses for teachers according to the political-ideological way that guides the union work as an instrument to politicize the category aiming the joint amid pedagogical, political and social aspects. The improvement of teaching quality and working conditions must be also achieved.

**Key-Words: Political-Pedagogical Project. Professional Formation. Education. Pedagogical Work. Democratic Management.**

## **1. Memorial - Da vivência ingênua à visão crítica da profissão**

Considerando que esta pesquisa está inserida num projeto que transcende ao profissional, faz-se necessário um mergulho na história de minha vida, visando entender à origem ou às origens das indagações e inquietações que motivaram este estudo, e que fazem parte do presente, por isso interferem rotineiramente em minhas atitudes e decisões, e estão intrinsecamente ligadas ao objeto de investigação que é **o papel do sindicato na formação político-pedagógica dos professores.**

Sabendo da impossibilidade de fragmentar os fatos que ocorrem simultaneamente na vida, este texto abordará os contextos: político, familiar, estudantil, sócio-cultural e profissional inter-relacionando-os e valorizando os diálogos estabelecidos entre eles.

Nasci em 1965, entre os Atos Institucionais, num momento de efervescência política pela instauração da ditadura militar, membro de uma família que defendeu a ordem estabelecida, a resignação às dificuldades, o respeito às pessoas mais velhas e o bom convívio com outros quatro irmãos.

Num ambiente de limitações financeiras, mas com muitos momentos felizes, abundância de amor familiar, solidariedade e fraternidade, fui crescendo sendo incentivado por um sonho de meus pais: ver seus filhos inseridos numa vida melhor ao contrário da deles.

Foi no ano de 1973 que ingressei no ensino primário, então chamado grupo escolar. Naquela época não havia a escola infantil pública (pré-escola) com as facilidades que existem nos dias atuais. Fui alfabetizado no ensino primário, no grupo escolar Prof. Enéas Proença de Arruda, em Vila Progresso, na cidade de Sorocaba.

Na infância, assistia ao Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão como o "jornal oficial" do País. E às vezes, esse telejornal precedia o horário político da Agência Nacional onde o Presidente da República, que era um general, falava das "maravilhas" do Governo Militar.

O tempo não pára, passou a infância, e a adolescência foi marcada, logo no seu início, pelo trabalho. Como muitos jovens de hoje, também naquele tempo, os filhos das classes populares começaram muito cedo a trabalhar para sustentar-se financeiramente.

Diante das dificuldades financeiras que acompanharam a minha infância e a minha juventude, eu sempre estudei, exceto a universidade, em escolas públicas estaduais. Quando ingressei na quinta série do primeiro grau, em 1977, não houve mais o exame de admissão. Com o olhar de hoje, concluo que a escola já esteve deteriorada. A indisciplina dos estudantes foi grande, o desrespeito com o professor pairou em sala de aula e houve muito desinteresse no conteúdo ensinado pelos professores. Hoje, continua.

Em virtude do meu precoce ingresso no mercado de trabalho, comecei a estudar no período noturno a partir da sétima série do primeiro grau. Esse turno de estudo, por várias razões, contribuiu para as dificuldades de aprendizagem tornando o curso deficiente, porquanto, insuficiente.

O incentivo dos meus pais me fez terminar o primeiro grau e conseguir uma vaga numa escola técnica estadual para cursar o segundo grau profissionalizante em Mecânica, com o objetivo de arrumar um bom emprego. O sonho ou pesadelo em ser torneiro mecânico durou um semestre. Em agosto do mesmo ano desisti do curso por não ter o mínimo de afinidade com o conteúdo curricular de mecânica.

No ano seguinte em virtude do meu vínculo empregatício, consegui uma bolsa de estudo integral no Colégio Ciências e Letras - segundo grau profissionalizante, técnico em Patologia Clínica. Não continuei estudando nesse Colégio. Voltei à escola pública estadual e concluí com muito sucesso o segundo grau.

Nesse ínterim ocorreu o meu envolvimento com grupos teatrais de Sorocaba, os quais apresentaram peças com situações sócio-econômicas e políticas que o país vivenciou. Esses trabalhos foram conhecidos como teatro do oprimido. Falou-se muito em Augusto Boal e Bertolt Brecht. Ouviu-se com muita freqüência as músicas de

protesto cantadas por Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda.

Em virtude do meu casamento e outros fatores, rompi com o trabalho no teatro. Segui a educação religiosa recebida pelos meus pais que sempre foram católicos fervorosos. Retomei o caminho da igreja e junto com a esposa iniciei algumas atividades pastorais.

No início da década de oitenta - minha fase adulta, passei a ver pela televisão o então Presidente da República do Brasil, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, à frente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, junto com outros trabalhadores, artistas e intelectuais, fundar o Partido dos Trabalhadores – PT.

Naquela época o telejornal “oficial” da Rede Globo tratou as atividades sindicais e as greves da região do ABC como badernas que viriam perturbar a ordem do país, e que precisariam ser reprimidas. O progresso, pois seria garantido desde que houvesse a ordem nacional, seguindo o lema da nossa bandeira: “Ordem e Progresso”.

Por várias razões eu desconheci totalmente os conceitos mais básicos possíveis do capitalismo, do socialismo e do comunismo. Cresci tendo medo de comunistas, pois os achei pessoas más, algo parecido com os piratas do mar. Em contrapartida, tive uma presunção de que havia muita coisa errada no país, porém, não soube o que foi. Não soube o que mudar e muito menos como mudar.

Acompanhei também pela televisão durante o Governo do General João Batista Figueiredo as lutas pela anistia ampla, geral e irrestrita aos brasileiros sobreviventes do regime militar que estiveram exilados em outros países. Essas lutas culminaram com o movimento pelas Diretas Já! que reivindicou o direito do voto direto para Presidente da República e outros cargos do Executivo brasileiro.

Nesse período passei a ter um emprego mais estável, numa metalúrgica do Grupo Votorantim chamada CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), localizada no município de Alumínio-SP. Foi nessa empresa que tive a primeira experiência de greve.

O fortalecimento da categoria dos trabalhadores metalúrgicos, fruto das greves da região do ABC (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul localizadas próximas à cidade de São Paulo), refletiu no sindicato dos trabalhadores da CBA, que diante das dificuldades salariais e das péssimas condições de trabalho oferecidas pela metalúrgica, resolveu romper com uma tradição histórica do grupo Votorantim. Deflagrou a sua primeira greve.

Essa greve ocorreu em 1987 e foi um fator muito marcante em minha vida. Os dias em que fiquei em greve do lado de fora da fábrica participando das assembleias do sindicato e com muito medo da polícia, senti como se estivesse vivenciando as grandes greves do ABC, dos finais dos anos setenta e início da década de oitenta.

Em greve, tantos são os acontecimentos. Colhe-se muitos frutos desse momento de luta. E um fato que marcou muito e se tornou inesquecível em minha memória foi quando um grupo de trabalhadores da CBA, que na linguagem do sindicato são chamados de “piqueteiros”, interditaram a estrada de acesso à fábrica e pararam todos os ônibus que por ali passaram. Esse foi o primeiro dia de mobilização. E os “piqueteiros” pediram para que todos descessem dos ônibus e aderissem à paralisação. Todos que estiveram nos ônibus ficaram paralisados sem nenhuma reação. Um homem, com mais idade e responsabilidade familiar que eu, tomou a iniciativa. Desceu dizendo aos que continuaram no interior do ônibus: “Eu vou à luta por vocês”.

Nunca mais encontrei esse homem. Com a sua prática, fez com que todos descessem do ônibus e aderissem à greve. Sua imagem e, sobretudo sua atitude, tornaram-se inesquecíveis para mim e foi por esse pequeno gesto de um “homem desconhecido” é que talvez comecei a despertar para a necessidade da luta coletiva.

Após alguns dias de greve houve uma negociação da empresa com o sindicato que garantiu a estabilidade do emprego por seis meses e um reajuste salarial que pôs fim à primeira greve no grupo Votorantim.

Trabalhava na mesma fábrica quando ingressei na FAFI – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, no curso de Ciências com habilitação plena

em Matemática. Eu não tive certeza se queria ser professor, mas tive a plena convicção de que devia fazer uma faculdade e o que esteve ao meu alcance financeiro, foram os cursos de licenciaturas. E entre às várias licenciaturas que houve na FAFI, optei pela de Ciências Físicas e Biológicas/Matemática.

Esse período em que cursei a faculdade, foi um tempo politicamente conturbado e que culminou na derrota do movimento pelas DIRETAS JÁ! A volta de um presidente civil no Governo Federal do Brasil – Tancredo Neves – eleito por um colégio eleitoral, e que em virtude de sua morte, a presidência da república foi assumida pelo seu Vice-Presidente José Sarney. O retorno do sufrágio universal para Presidente da República, após o fim do Regime Militar, aconteceu em 1989 quando foi eleito Fernando Collor de Mello, impedido de terminar o seu mandato sendo ameaçado pelo processo de impeachment, devido às sérias denúncias de irregularidades feitas sobre o seu Governo. Com a sua cassação, em seu lugar, assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco.

Observou-se durante o movimento pelas DIRETAS JÁ! e do processo de impeachment do Presidente Collor, um tímido resgate do movimento estudantil brasileiro por meio dos “caras-pintada”.

Em 1990 terminei a licenciatura curta em Ciências e por vontade própria não quis fazer a “plenificação” em Matemática. De posse dessa licenciatura, iniciei em 1991 a minha vida profissional no magistério público estadual como Professor de Ciências em Jandira, cidade distante a 45 km de Sorocaba, localizada às margens da rodovia Castelo Branco, na Grande São Paulo. Para isto pedi demissão da CBA, pedido este que foi me negado várias vezes por um chefe de sessão, muito amigo, que achou perigoso trocar um emprego estável e garantido por uma profissão que oferecia um salário inferior ao pago pela metalúrgica e sem a certeza da efetivação por meio de concurso público.

Em 1991 ministrei a minha primeira aula de Ciências, numa quinta série do Ensino Fundamental da E.E. Demilson Soares Molica, situada num dos muitos morros da cidade de Jandira-SP.

As incertezas que eu tive em 1986 quando ingressei na faculdade para fazer o curso de Ciências Físicas e Biológicas, acabaram porque pela primeira vez estive diante de uma sala de aula. Foi a primeira aula do período da tarde e eu estive na 5ª série "C" da E.E. Demilson Soares Molica em Jandira-SP. A sensação que tive ao ver aqueles pequenos estudantes me olhando fixamente foi a de me ver sentado no lugar deles - uma rápida viagem ao passado! Retornando ao presente, e observado por aqueles estudantes que a maioria trouxe no rosto infantil as marcas causadas pela vida difícil da periferia de Jandira, porém animado pelos seus olhares que transmitiram vontade de viver, eu não tive mais nenhuma dúvida que há muito por fazer neste mundo, e a escola pode ser mais um instrumento que possibilite esse fazer.

A viagem de trabalho sentido Sorocaba-Jandira e vice-versa foi feita diariamente de carona durante os três anos em que lecionei nessa cidade, raras foram às vezes que paguei passagem de ônibus, pois o salário do professor, no Governo Luiz Antonio Fleury Filho, foi extremamente baixo. A alternativa viável foi viajar de carona com algum meio de transporte que fizesse esse trajeto.

Em virtude da existência de aulas "livres", no ano de 1993, comecei a lecionar em Sorocaba, também em escolas públicas estaduais, onde permaneço até os dias de hoje.

No exercício da minha docência tive uma experiência muito forte que foi decisiva para iniciação de minha formação político-sindical no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP. Esse momento sindical marcante se deu no ano de 1993, em virtude da greve dos professores da rede estadual de ensino comandada pela APEOESP. Foi uma greve que durou setenta e nove dias. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo esteve ocupada pelos professores grevistas por nove dias. Estive "morando" com outros professores nos corredores, galerias e gabinetes da Assembléia Legislativa.

Dormi no chão, me alimentei de marmitex enviado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores. Apenas dois litros de água por dia para tomar banho! O

Governador Luiz Antonio Fleury Filho autorizou o corte de fornecimento de água na Assembléia Legislativa durante os dias de ocupação. Foi aí que fiz um grande curso de política sindical. Foram nesses dias que tomei conhecimento que em todo sindicato há várias correntes ideológicas oposicionistas e que o sindicalizado precisa fazer a sua opção política. Foi nesse movimento grevista que fui amadurecendo a idéia de que é necessário manter uma luta contínua, mesmo após o fim de greves, visando a melhoria salarial e as condições de trabalho para a categoria.

Durante a ocupação na Assembléia, presenciei muitos fatos inusitados. Um comentário direcionado aos professores que estavam sentados no corredor de acesso aos gabinetes dos parlamentares, soou como um grande despertador da minha consciência. Esse comentário foi feito pelo Deputado Estadual (na época) Erasmo Dias, referindo-se aos professores grevistas, de forma desagradável, os quais se encontravam próximo ao seu gabinete: "Vocês são o estrume da sociedade".

A ocupação na Assembléia Legislativa terminou após nove dias de seu início, por volta de uma hora da manhã, quando muitos professores dormiam no interior da Assembléia. A tropa de choque da polícia militar do Estado de São Paulo confinou os duzentos professores na galeria da Assembléia. Os soldados armados com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e cães, exigiram a desocupação imediata do prédio da Assembléia que ocorreu minutos depois dessa ação militar.

As greves da APEOESP sem dúvida alguma foram acontecimentos marcantes, e que de forma direta ou indireta tiveram implicações decisivas nas inquietações e indagações que trago para esta pesquisa.

Durante o início da década de 90 dediquei um pouco do tempo a vários trabalhos pastorais na comunidade católica do bairro e para isso precisei estudar um pouco de teologia, cuja orientação recebi de dois seminaristas com quem até hoje conservamos uma boa amizade e mútuo respeito.

Foram esses seminaristas que me alfabetizaram criticamente: ler a igreja enquanto instituição religiosa e entender seus propósitos espirituais, sociais e econômicos. Foram eles que me ensinaram os primeiros passos dentro da teologia da

libertação. A partir daí até os dias de hoje considero essa teologia como uma grande contribuição da igreja católica progressista às classes populares do Brasil e do mundo, que anuncia o evangelho como se fosse uma carta de libertação aos pobres e miseráveis, que por meio da oração e da prática política possam recuperar a dignidade humana e o direito pleno à cidadania.

Estive envolvido com a Igreja Católica e de forma especial com a ala progressista, marcada pela Teologia da Libertação, com o propósito de participar da pastoral operária; pastoral carcerária; encontros de CEBs (Comunidades eclesiais de base) e outros movimentos sociais.

Nesse período, rico de desvelamento cultural estive lendo e conhecendo a história do Brasil pela ótica de Leonardo Boff, Frei Betto e D. Hélder Câmara. Fui percebendo que o lado santo da Igreja Católica não foi a reunião de padres que falaram em salvação, mas a reunião daquelas mulheres, crianças e homens da periferia de Sorocaba que ao ler o evangelho ( pelo olhar da Teologia da Libertação) encorajavam-se para luta por muitos de seus direitos que são negados ainda cotidianamente pela classe dominante brasileira e mundial.

Com a transferência de alguns padres progressistas, pouco restou desse importante movimento político religioso na cidade de Sorocaba, levando à ruptura dos trabalhos pastorais outrora feitos.

No final da década de 90, em decorrência da aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação – 9394/96, que exigiu a licenciatura plena aos professores do Ensino Fundamental e Médio, retornei em 1999 à faculdade para cursar a licenciatura plena em Biologia, concluída no ano de 2000.

Por convicção própria (houve grande incentivo dos familiares, amigos e professores do curso de Biologia), decidi entrar no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Sempre tive um apreço maior pelos debates feitos em sala de aula do curso de Biologia que envolveram temas como: condições de trabalho do professor, sindicalismo, metodologia de ensino, conjuntura educacional brasileira. Os conteúdos mais específicos do curso de Biologia não me despertavam

grandes interesses. Isso bastou para que os colegas e professores da faculdade opinassem sobre minha continuidade à vida acadêmica na área de Educação.

Foi um amigo da família, Luiz Eduardo Pedroso que em 2000 estava fazendo o seu doutoramento na UNICAMP e me apresentou à Profa. Dra Mariley Simões Flória Gouveia a qual esclareceu muitas coisas que eu ignorava no âmbito acadêmico, sindical e da vida comum. A Profa. Dra Mariley Simões Flória Gouveia encaminhou-me ao grupo de pesquisa FORMAR/CIÊNCIAS da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Em 2001, fui acolhido pelo professor-coordenador do grupo de pesquisa FORMAR/Ciências, o Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues Amorim, como aluno ouvinte e participante das atividades acadêmicas, seminários e oficinas de produção de conhecimentos realizadas por esse grupo de pesquisa. Com a aprovação no processo seletivo para mestrado, ingressei no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação em 2002 e cursei as disciplinas: Fundamentos Filosóficos da Educação; Seminário I; Questões Teóricas de História e Educação; História e Historiografia da Educação Brasileira e Atividades Programadas de Pesquisa I e II.

Inscrevi-me no programa de pós-graduação e entreguei para a análise dos professores do grupo FORMAR/Ciências, o projeto de pesquisa intitulado: **A CIÊNCIA QUE EU NÃO APRENDI – Um estudo sobre a importância da construção de uma cidadania politizada e comprometida com ações sociais por meio do ensino de Ciências.**

Após várias discussões e orientações a pesquisa mantém o mesmo objetivo, porém, de forma mais elaborada. Ou seja, atualmente o trabalho visa saber **qual é a participação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor**, uma vez que a articulação do ensino de Ciências com as práticas sociais vividas pelos estudantes e o engajamento desse ensino visando contribuir para uma tomada de consciência e transformação social depende da postura política que o professor possua na sua prática pedagógica. Essa postura política é fruto da formação do professor enquanto

pessoa e que pode ter tido várias influências. O foco desta pesquisa é a contribuição do sindicato nessa formação.

A contribuição de âmbito político, social e profissional que tenho recebido dos professores da UNICAMP seja das disciplinas regulares, seja dos professores do FORMAR/Ciências, tem sido de riqueza intelectual e, à medida do possível estou sociabilizando-a nos segmentos sociais em que frequento, e com os colegas que estão na escola pública estadual.

A narrativa da minha trajetória pessoal e coletiva se faz importante porque foram esses fatos mais marcantes e outros menos relevantes que nortearam e apontaram para as atividades que faço hoje, incluindo uma compreensão melhor do grau de interação que existe entre o meu projeto de vida e o objeto de investigação desta pesquisa.

O curso de pós-graduação exige muitas leituras, debates, reflexões e auto-reflexões sobre vários temas que envolvem a sociedade, educação, sindicatos, sistemas de governo, políticas públicas etc. O contato com o conhecimento que o curso de mestrado possibilitou à minha vida em todos os contextos, criou novos olhares sobre a sociedade em que vivo, e com isso permitiu ampliar a compreensão sobre dúvidas antes muito obscuras. Entendo não ser possível pensar e agir da mesma forma que antes do ingressar no mestrado e frequentar as disciplinas regulares e as reuniões do FORMAR/Ciências.

Muito me satisfaz ao perceber que o problema proposto e a hipótese a ser pesquisada estão inseridos no meu projeto pessoal de vida. Ou seja, ao propor pesquisar a temática que envolve a politização do professor, me vejo aprendiz desse processo. E não somente parte de uma politização para o trabalho pedagógico, como também, para todas as práticas da vida.

Atualmente, estou comprometido num trabalho sindical como coordenador da APEOESP pela subsede de Sorocaba, desenvolvendo uma luta árdua que busca reconquistar a confiança dos professores no trabalho sindical da APEOESP, de forma específica, na subsede de Sorocaba. Ela sofreu um abandono por parte da

equipe de conselheiros que até recentemente deteve o seu comando, tornando-se uma entidade desacreditada pela maioria dos seus associados da região.

Há também um trabalho que desenvolvo como colaborador do Mandato Popular de um jovem vereador do PT – Partido dos Trabalhadores de Sorocaba, que tem priorizado o seu mandato em favor dos movimentos populares de Sorocaba e Região, tais como: MST – Movimento dos Sem-Terras (acampamento Pátria Livre); Movimento HIP-HOP – cultura da periferia; Movimento Olho-Vivo – união dos grêmios estudantis; EDUCAFRO – Cursinho pré-vestibular para negros, índios e seus descendentes; Movimento dos Sem Moradias. Nos encontros desses movimentos populares é que tenho vivenciado( na prática) aquilo que foi sabido teoricamente, isto é, a força que a educação possui nos mais variados segmentos da sociedade e além dos muros escolares.

Não poderia deixar de citar que atualmente sou professor de Ciências Físicas e Biológicas para o Ensino Fundamental e de Biologia para o Ensino Médio em duas escolas públicas estaduais da periferia de Sorocaba. É nesse ambiente que vivo o que pesquiso: sala de aula, o pátio escolar, a sala dos professores, os HTPCs (horário pedagógico), as reuniões sindicais e os encontros dos movimentos populares. Tudo isso é o meu laboratório de pesquisa, minha fonte de estudo.

Esses ambientes dizem a todo o tempo à minha consciência, de forma amorosa e sutil, que há muito por fazer para minimizar a injustiça social. E não podendo tudo, a educação pode contribuir para essa realização ainda que de forma lenta, com avanços e recuos, mas continuamente presente.

Adulto e exercendo a profissão no magistério paulista, convivi com a estagnação e o imobilismo social, causado no povo, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso que mergulhado no Neoliberalismo executou a política do Estado-Mínimo, acelerando as privatizações, aumentando as “parcerias”, dando liberdade ao mercado financeiro com a livre concorrência, contribuindo com o aumento de contingente de desempregados e miseráveis do país e remetendo outra parte da

população a sobreviver com apenas o mínimo necessário, além de acentuar o individualismo no ideológico humano.

Hoje, o Governo Federal está nas mãos de um presidente que veio do povo. O momento é de expectativa quanto aos rumos que serão dados ao País. Sabe-se que muda o presidente, mas a classe dominante continua ocupando o Senado e a Câmara dos Deputados. Há muita apreensão da população que precisa saber como o Governo Lula conviverá com esse incômodo hóspede, e se atenderá aos anseios e necessidades das classes populares do Brasil.

O relato de alguns fatos políticos que acompanharam minha vida, decisivos ou não, ajudaram-me ver o mundo com um olhar menos conformista e mais crítico, porém, esses momentos serviram como reflexões que apuraram o meu senso crítico, em construção.

Mantenho a utopia, a esperança da realização do sonho possível, de viver numa pátria mais livre do jugo capitalista imposto pelos países ricos. Acredito na concretização de uma cidadania marcada pela boa qualidade de vida a todos, com um sistema educacional voltado para a promoção das classes pobres. Que se possa ver pelo jovem, que é o presente e futuro do país, a possibilidade de se construir um Brasil menos desigual socialmente, mais humano, solidário e socialista.

Hoje, não aceito o conformismo fatalista de que o futuro está determinado. Também não levanto solitariamente a bandeira de um ativismo sectário, tolo e ingênuo. Assumo a minha passagem nesta dimensão humana, como um processo histórico, onde o futuro sonhado possa ser construído no presente permeado de uma prática articulada com a teoria, e pela união de muitas mãos e cabeças que se mantenham vigilantes e resistentes a tudo que degrada a vida humana.

Realizei esta pesquisa, envolvi-me com os movimentos populares e com o sindicalismo. Continuarei buscando a minha politização e a dos colegas professores na conscientização que o ato de educar é um ato político. A minha certeza é que o futuro não é inexorável. É algo que deve ser construído de forma diferente e melhor do que este que nos é dado. Admitir o futuro como algo determinado é perder o

endereço na história. É coexistir com a enorme diferença social de forma amigável. É perder a sensibilidade. É não perceber os problemas sociais.

## Capítulo I A busca de novos conhecimentos - A Pesquisa

### 1.1 A origem da pesquisa

A pesquisa sobre a **participação do sindicato na formação político-pedagógica do professor** se dá pela necessidade de esclarecer as inquietações que emergiram na minha vida profissional, nesses últimos anos, sobre o trabalho pedagógico com estudantes da escola pública do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, enquanto professor de Ciências Físicas e Biológicas para o Ensino Fundamental e Biologia para o Ensino Médio.

Essas inquietações são produtos da vivência na teia de relações que ocorrem na escola, e em especial, do processo de profissionalização como professor que atualmente vem se fortalecendo na categoria.

A escola pública, em especial na periferia da cidade, é cercada por pessoas (estudantes) que fazem parte de uma parcela da comunidade com interdição ao acesso pleno da cidadania, isto é, *“o uso de liberdade – de trabalhar, de comer, de vestir, de calçar, de dormir em uma casa, de manter a si e à família, liberdade de amar, de ter raiva, de chorar, de protestar, de apoiar, de locomover-se, de participar desta ou daquela religião, deste ou daquele partido, de educar-se e à família, liberdade de banhar-se não importa em que mar de seu país”*.(Freire,2001,p.119). E que têm inibidas ou ignoradas pelo sistema político-econômico do Brasil, a sua ação contestadora, negando-se sua participação como indivíduo pensante na construção de sua própria história. É desse ambiente de trabalho que fiz um laboratório de vida, uma fonte motivadora para realizar esta pesquisa.

Em virtude de alguns passos rumo à politização do trabalho pedagógico, ou seja, a partir da tomada de consciência de que o ato educativo é um ato político, as reflexões sobre o trabalho pedagógico no ensino de Ciências

levaram-me à crise profissional. Um paradoxo educacional se instalou em minha prática docente. De um lado a tomada de consciência da necessidade dos estudantes terem um ensino de Ciências apropriado às condições culturais, sociais e econômicas que os auxiliem na promoção da vida e no crescimento crítico para entender o mundo em que vivem e, a partir desse conhecimento crítico, lutar pela sua sobrevivência e permanência no mundo que lhe é de direito. De outro lado vejo meu trabalho docente mais voltado para o ensino ortodoxo e livresco do que para incitar o conhecimento do estudante a uma análise da realidade em que vive a fim de transformá-la. Dessa forma meu trabalho está voltado à domesticação desse estudante à difícil realidade que lhe é dada.

Desse paradoxo surgem desassossegos que obrigam a repensar meu trabalho pedagógico. Diante da experiência escolar vivida nesses treze anos, não é possível continuar com um trabalho que permita reprodução social com a manutenção do *status quo* do estudante. É necessário um mínimo de compromisso social do professor para que o estudante possa conhecer melhor e criticamente a sua realidade, e assim tornar-se apto a criar mecanismos de luta para a melhoria da sua qualidade de vida e conseqüentemente da coletividade.

Percebi que o meu trabalho pedagógico pode colaborar mais com a reflexão crítica, consciente e transformadora, embora as condições de trabalho dos professores da rede pública estadual do Estado de São Paulo incitem ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico voltado à educação bancária<sup>1</sup>. Educação esta que leva o estudante a decorar conceitos distantes da sua realidade, embora úteis caso venha a realizar concurso público ou vestibular de ingresso em faculdades. Dessa forma, estou contribuindo para uma educação voltada à domesticação da pessoa humana. Assim, o ensino de Ciências que pratico não tem compromisso com a transformação social, sendo

---

<sup>1</sup>Sobre *Educação bancária* ver Paulo Freire – *Pedagogia do Oprimido*, 1983

portanto formador de estudantes resignados e complacentes com a realidade sócio-econômica vivida no seu dia-a-dia.

Fiz leituras, debates e reflexões sobre temas que envolvem política e educação, percebi a fundamental importância em reconhecer que o ato de educar é, sobretudo, um ato político: enquanto professor preciso conhecer a educação que pratico e fazer a minha opção política, isto é, definir a favor de quem está o trabalho pedagógico que exerço. No passado eu ignorava a possibilidade de pensar o trabalho pedagógico como uma prática política e de forma ingênua praticava a política estabelecida pelos órgãos gestores da Educação no Estado de São Paulo. Não que agora descumpra as obrigações previstas pelo Estatuto do Magistério. Sigo-as de forma crítica e diferente, respeitando os limites estabelecidos por leis regulamentadoras dessas atribuições.

Posto que a Educação é uma prática política, como também a política é uma prática educativa, é preciso que o professor também se posicione politicamente tanto na vida como na profissão, uma vez que a Educação possui várias faces, cabendo ao professor fazer a sua opção político-pedagógica. Na citação de Gadotti a seguir aparecem pelo menos duas concepções de Educação, que ele denomina de concepção dominante e não dominante da Educação.

“As características da concepção dominante, oficial, legalista e burocrática que representa a fachada da ditadura burguesa são:

- O descaso pela educação política das massas que mostra o curto interesse pela educação e pela cultura que a burguesia nacional tem;
- As pressões e intimidações sofridas pelas organizações dos trabalhadores do ensino, a intervenção nas suas associações, as demissões etc.;
- A lavagem cerebral exercida pelos textos escolares, tanto os oficiais quanto os dos traficantes do ensino impondo uma cultura, uma

ciência e uma educação supostamente neutras, desideologizadas etc.,

Pela oposição dos contrários, as características da concepção contrária, não dominante e que busca a hegemonia da sociedade civil são as seguintes:

- Luta pela ampliação das oportunidades educacionais e pelo aprimoramento do ensino das classes subalternas (que nem sempre coincide com a luta por mais verbas para a educação);
- Luta pela livre associação e liberdade de expressão; ao mesmo tempo em que
- Produz a contra-ideologia – isto é, um novo conteúdo e
- Luta pela extinção dos organismos de controle ideológico do Estado.”

(Gadotti; 2001, p.167-168)

Mesmo que a opção política do professor seja pela Educação voltada à promoção das classes populares do Brasil, não será suficiente para fazer acontecer a revolução social que o país precisa, porém, não é certo descartar o papel da escola no processo contínuo de transformação social. A Educação é condição necessária para essa transformação, embora não suficiente. Então, é importante e necessário que a Educação pertença a esse processo de transformação, participando de decisões políticas e sociais que ajudem a amadurecer o processo democrático no Brasil.

Diante do exposto, ratifico que a escola não é politicamente neutra, nem o professor um ser apolítico em suas funções pedagógicas. Desde a escolha do conteúdo específico, da forma de ensinar, de se relacionar com os estudantes, com os colegas de profissão até a importância atribuída à avaliação dos estudantes, ele está fazendo a sua opção política, desvelada pela sua maneira de conceber e praticar a Educação. Demonstra o professor,

mercê dessa opção, representar mais que alfabetizador das palavras: uma ferramenta de libertação ou domesticação do indivíduo.

Pelas experiências vivenciadas no contexto educacional e pelo uso político que os órgãos gestores fazem da escola, é necessário que o professor tenha uma contínua formação político-pedagógica que revele as diferentes opções políticas da Educação. Além disso, diante das condições sócio-econômicas vivenciadas pela maioria dos estudantes das escolas públicas do Brasil, é necessário que o professor faça sua opção político-pedagógica. Por isso a APEOESP, entidade sindical de maior reconhecimento perante a sociedade civil, de importante representatividade nas negociações sindicais junto ao sistema governamental do Estado de São Paulo, e imbuída da importância de promover a formação político-pedagógica dos professores, torna-se objeto de estudo desta pesquisa.

## **1.2 A história da APEOESP<sup>2</sup>**

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) foi criada em 1945 na cidade de São Carlos-SP. Sua história divide-se em dois períodos: o primeiro de 1945 a 1978 quando se constituiu uma entidade semi-oficial chamada inicialmente de Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APESNOESP), e APEOESP em 1973. O segundo período vai de 1979 até os nossos dias quando o sindicato tem procurado legitimar-se como representante do professorado do ensino oficial paulista frente ao governo estadual e a sociedade civil.

---

<sup>2</sup> Cf. RIBEIRO, M. L. S. – A FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DE 1º e 2º GRAUS São Paulo: Cortez, 1984 p. 68 – 217.

Nascida de um movimento vitorioso que reivindicou o pagamento de aulas extraordinárias em atraso por treze meses, a entidade contou com o Diretor de Ensino Sud Memucci, no congresso de sua fundação, cuja participação já era indicativa da direção colaboracionista que caracterizaria sua atuação nos primeiros anos de funcionamento.

A APESNOESP optou pela linha da negociação com o poder público e dos anos de 1940 a 1960 sua pauta de negociação sindical foi: a realização de concursos públicos para ingresso; equivalência das aulas ordinárias e extraordinárias; reconhecimento do nível universitário, dentre outras bandeiras.

Somente nos anos 60 houve manifestações de rua e duas greves, uma em 1963 e outra em 1968. Porém, a repressão militar impediu que a entidade continuasse com as manifestações. As entidades sindicais acabaram controladas e perderam seu caráter reivindicatório, foram esvaziadas de suas funções e transformadas em agências de prestação de serviços assistenciais.

Na greve de 1963 o presidente da APESNOESP era o advogado e Professor Raul Schwinden. Paralisação esta, que para os professores, foi feita “de cima para baixo”. Os delegados de ensino telefonavam para as escolas dizendo que deveriam ser fechadas. Então, os diretores fecharam as escolas e os professores, obviamente, não deram aula. Os professores não tiveram, portanto, qualquer participação ativa no movimento.

Essa greve, dita como vitoriosa, gerou polêmicas. Afirmou-se que foi feita para simular um clima de agitação na categoria dos funcionários públicos de São Paulo, que, não tendo tradição de mobilização, contribuiria para que a população aceitasse a necessidade de um golpe nas instituições a fim de corrigir uma suposta situação de anarquia.

Durante quase toda a década de 70 a atuação da APEOESP restringiu-se à assistência jurídica aos associados, levando o departamento jurídico, dirigido por Raul Schwinden, a dominar a vida da entidade. Essa predominância foi comentada pelo Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira quando secretário da

Educação: “Os professores são *sui generis* porque as categorias profissionais, em geral, têm uma entidade de classe que tem um departamento jurídico. No caso dos professores é o contrário: têm um departamento jurídico que tem uma entidade na categoria.” (Ribeiro,1984, p. 104)

Com as primeiras manifestações trabalhistas a partir de 1974, e com o primeiro congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo que resultou numa onda de greves por aumento salarial, os professores, em 1976 e 1977 formaram dois grupos de oposição contra a diretoria da APEOESP, que mantinha interesses com o “Estado”. Esses grupos de oposição foram: o Movimento de Unificação dos Professores (MUP) e o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP). O MUP foi de 1976. Em 1977 uma dissidência deu origem ao MOAP.

Os dois movimentos propuseram-se à organização sindical dos professores e, a partir de 1977 vão participar juntos da Comissão Aberta dos professores, criada em uma Assembléia que foi solicitada por um abaixo-assinado com 1.100 assinaturas,cerca de 1.000 professores presentes,e que aconteceu na Caetano de Campos, independente da reprovação da diretoria do sindicato.

Nessa Assembléia de maio de 1977, o MUP e MOAP em oposição ao Professor Rubens Bernardo e ao Professor Antonio José do Nascimento, que eram então presidente e vice-presidente da APEOESP, criaram a Comissão Aberta pela qual podiam participar todos os professores, e que teve a tarefa de executar as decisões da Assembléia. Então, essa Comissão Aberta se transformou em um embrião de uma organização dos professores em oposição à diretoria.

A Comissão deveria ser formada pela diretoria da APEOESP e aberta a qualquer professor. O que ocorreu foi uma grande adesão dos professores para participar da tal Comissão. O Professor Rubens Bernardo (presidente da APEOESP de 1972 a 1979) licenciou-se da presidência durante a greve de

1978 deixando em seu lugar o Professor Antonio José do Nascimento, vice-presidente da entidade. Este procurou o DOPS para dizer que a APEOESP esteve sendo freqüentada por algumas pessoas que foram contrárias à Revolução de 1964, e que também era “pessoal perigoso”<sup>3</sup>.

A partir do conhecimento de supostos contatos do Professor Nascimento com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), as posições radicalizaram-se. A partir dessa Comissão Aberta, os professores começaram a se organizar nas diversas regiões de São Paulo com a tarefa de promover as discussões sindicais.

Foram muitos problemas vividos e reivindicações formuladas pelos professores: achatamento salarial; alteração da quantidade de dias letivos; reivindicação de hora-atividade na proporção de 20%; pagamento de cinco semanas por mês; aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço e regulamentação do estatuto do magistério. E à medida que cresceram os problemas, também cresceu a vontade dos professores em passar a ação.

A diretoria da APEOESP e a do Centro do Professorado Paulista (CPP) boicotaram a greve acusando o Comando de acéfalo e aventureiro porque não teve um nome. Para o Comando de greve a designação de um nome era secundária, importando a organização e mobilização dos professores.

Durante a greve de 1978, a APEOESP dirigida pelo presidente sindical em exercício, o Professor Nascimento, se contrapôs ao movimento, e daí brotou a primeira tarefa da Comissão Pró-Entidade Única ( CPEU ), criada no final dessa greve, que foi a de organizar uma chapa de oposição à diretoria. Foi a Chapa 2, presidida pela professora Eiko Shiraiwa. As grandes lideranças de oposição foram impedidas de se candidatar em virtude de manobras da diretoria constituída. Assim, a chapa 2 foi montada com lideranças menos conhecidas dos professores. Quem realmente lutou para se constituir uma comissão eleitoral, organizar e realizar a eleição, foi a CPEU.

---

<sup>3</sup> RIBEIRO,1984 p.106

Na eleição de 1979 houve quatro chapas: A chapa 1 liderada pelo Professor Nascimento – o vice presidente da entidade na época; a chapa 2 , presidida pela Professora Eiko; a chapa 3, liderada pelo Professor Afonso Celso, mas tutelada pelo advogado Raul Schwinden, que naquela época (1979) era assessor jurídico da APEOESP, e a chapa 4 (Movimento Moderado), do Professor Milton Moraes da cidade de Presidente Prudente.

A greve de 1978 foi um veículo importante para a divulgação das chapas de oposição. Durante a greve de 1979 a eleição foi realizada, e a chapa 2 foi vitoriosa com 75% dos votos válidos dos filiados da APEOESP. A Professora Eiko tomou posse no dia 10 de maio de 1979<sup>4</sup>.

Após esses anos em que a APEOESP foi tomada pelas forças políticas de oposição das mãos de um grupo de professores que usava o sindicato em proveito próprio, ocorreu a eleição sindical seguinte. Na campanha eleitoral de 1981 concorreram três chapas. Uma delas foi apoiada pela diretoria, com a Professora Eiko novamente na cabeça de chapa. Outra, vitoriosa, liderada pelo professor Gumercindo Milhomen e a terceira com vários professores de Campinas.

Embora a Professora Eiko tivesse representado um tempo de mudanças na APEOESP, sua derrota em 1981 para o Professor Gumercindo não representou a volta do grupo anterior ao Comando da APEOESP. Ao contrário, com a vitória do Professor Milhomen ocorreu fortalecimento dos princípios democráticos da APEOESP e respeito às necessidades da categoria.

A necessidade de nova mudança de diretoria na APEOESP foi sustentada pela opção de democratizar a estrutura da associação, possibilitando a participação dos associados por ocasião de greves e o encontro da entidade com suas bases. Isso significou o rompimento radical com o assistencialismo e o atrelamento ao Governo Estadual.

---

<sup>4</sup> Ver relação dos presidentes da APEOESP do período de 1964 a 2005 no Anexo I

Até meados dos anos 80 a APEOESP desenvolveu e aprimorou formas democráticas de participação nas decisões da categoria. Criou o Conselho Estadual de Representante (CER), cujos membros são eleitos por voto direto e secreto nas subsedes. As instâncias decisórias também foram redefinidas ficando em primeiro lugar o Congresso Estadual, abaixo dele a Assembléia dos sócios, depois o Conselho Estadual de Representantes e por último a Diretoria Estadual Executiva que deve cumprir e viabilizar os encaminhamentos definidos nas instâncias superiores.

Ainda na década de 80 a APEOESP criou a figura do Representante de Escola(RE), eleito pelos colegas em cada unidade escolar, cujo trabalho é fazer a ligação entre a sua escola e a APEOESP.

Observou-se nesse processo de democratização da APEOESP um crescente número de associados que se elevou de 32 mil em 1979 para 52 mil em 1987, 150 mil em 1995 e 149 mil associados em 2004. O número de subsedes e sedes regionais, também aumentou: as subsedes passaram de em 1979 para 46 em 1987, 87 em 1995 e 92 nos dias atuais.

A organização atual da APEOESP conta com 92 subsedes, 242 sedes regionais, 704 conselheiros estaduais, 1308 conselheiros regionais e 3188 representantes de escola.

A entidade transformou-se em sindicato no mês de julho de 1990. Foi somente com a constituição de 1988 que os funcionários públicos adquiriram o direito de se organizar em sindicatos. A partir dessa conquista, a APEOESP alterou sua razão social de Associação para Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, mas manteve a mesma sigla por considerar sua história um patrimônio dos professores. Por opção política, recusou o direito ao imposto sindical, sustentando-se com as contribuições mensais dos associados, cujo valor é definido em assembléia, de forma democrática.

Na história da APEOESP, preferencialmente no segundo período (1979 aos dias atuais) em que o sindicato muda de linha político-ideológica coincidentemente com a sociedade brasileira que clama pelo fim do regime militar, os professores reivindicam melhorias na educação: manifestações por meio de Atos Públicos, Assembléias Gerais e greves passam a protagonizar, por algum tempo, as atividades sindicais da APEOESP.

O Ato Público é uma prática da APEOESP que reúne os associados num local público para reafirmar posições políticas frente às políticas educacionais do Governo Estadual que não atendam às necessidades salariais e de condições de trabalho. O Ato Público pode ou não ser seguido de passeata e tem a função de despertar a atenção da população e dos governantes para as reivindicações da categoria.

Diferente do Ato Público, a Assembléia Geral Estadual pode deliberar pela deflagração de greve ou qualquer outro encaminhamento político/sindical votado pelos professores. Ocorre em espaço público e normalmente é seguida de passeata. Tanto o Ato Público como a Assembléia Geral Estadual define um tema e/ou uma pauta de reivindicações.

Para ressaltar a importância das greves na trajetória da APEOESP, principalmente após 1978, segue-se uma breve cronologia dos principais movimentos no período de 1978 a 2000<sup>5</sup>:

**1978** – O Governador era o Sr. Paulo Egídio Martins e a situação dos professores cada vez pior. A comissão aberta realizou uma assembléia geral em agosto e deflagrou a primeira greve dos professores a partir do dia 19/08, sem a participação da diretoria da APEOESP. A greve durou 24 dias e a principal reivindicação foi a de reajuste salarial.

---

<sup>5</sup> APEOESP: <http://www.apeoesp.org.br/documentos/história.htm>, acesso em 10/06/2005

No final da greve de 1978 houve um acontecimento importante, a transformação do comando geral de greve na Comissão Pró-Entidade Única (CPEU).

**1979** – Em janeiro de 1979, foram registradas quatro chapas para a eleição da APEOESP. A chapa da CPEU lutou pela formação de uma comissão eleitoral, uma vez que a diretoria não quis encaminhar o processo. Essa comissão convocou uma assembléia para abril de 1979, já na gestão do Sr. Paulo Salim Maluf. Outra greve foi deflagrada, unificada com o funcionalismo público paulista, estendendo-se por 39 dias.

Após a vitória nas urnas, a chapa da CPEU só conseguiu tomar posse mediante liminar da justiça, no dia 10/05/1979. Ao final da greve, o Sr. Paulo Maluf respondeu com mais arrocho salarial e atos de arbitrariedade: descontou os dias parados e determinou o corte do repasse das mensalidades da APEOESP.

**1980** – Pressão sobre o Governador Paulo Maluf para realização de concurso, possibilitando a efetivação de milhares de professores.

**1981** – Caravanas a Brasília. Com pressão sobre a Câmara dos Deputados Federais, foi garantida a aposentadoria aos 25 anos de trabalho no magistério. Durante o Governo Maluf, de 1979 a 1982, a APEOESP resistiu às perseguições políticas e ao corte do desconto em folha das mensalidades dos sindicalizados.

**1984** – Durante esse ano, no Governo do Sr. André Franco Montoro, ocorreu greve com duração de três semanas que resultou no resgate de cinco referências que haviam sido tiradas pelo Governo Paulo Maluf.

**1986** – Ato público com mais de trinta mil professores no Palácio dos Bandeirantes, durante greve de três semanas. Como resultado, a conquista de seis referências, 25% de reajuste e concessão do gatilho salarial.

**1987** – Três semanas de greve garantiram o pagamento dos quatro gatilhos que o Governo Orestes Quécia havia se recusado a pagar.

**1988** – Após trinta dias de greve, o Governo Orestes Quécia aceitou transformar uma gratificação fixa, sujeita a corrosão pela inflação, em um percentual de 18% sobre o plano de carreira, inicialmente para os professores da ativa, e posteriormente, após várias formas de luta, também aos aposentados.

**1989** – Ainda no Governo Orestes Quécia, o ano de 1989 foi marcado pela mais longa greve já realizada em nosso Estado – oitenta dias. Obteve-se como resultado um reajuste de 51% a 126%.

**1992** – Depois de quatro semanas de greve, no Governo do Sr. Luiz Antonio Fleury Filho, os professores conquistaram 30% de reajuste e mais 12 referências (duas ao mês até março de 1993).

**1993** – Greve de setenta e nove dias garante a aprovação pela Assembléia Legislativa de São Paulo, de lei orçamentária estabelecendo a aplicação de 30% do ICMS no ensino de 1º e 2º graus, sendo 23% para a folha de pagamento da Secretaria da Educação. A greve faz com que o Governo do Sr. Fleury Filho anuncie sua política salarial por seis

meses. Foi nessa greve que ocorreu a ocupação do prédio da Assembléia Legislativa de São Paulo pelos professores grevistas por um período de nove dias.

**1995** – Em março/abril, o Governo do Sr. Mário Covas enfrentou uma greve de vinte e oito dias, que conquistou a data-base de reajuste salarial para o magistério e reajuste do piso salarial dos professores da rede pública estadual.

**1998** – A categoria realiza greve de treze dias com grande repercussão na mídia, obtendo a revogação do decreto 42.965/98 que ameaçava todos os professores admitidos em caráter temporário de trabalho (ACTs) de demissão ao final do ano letivo.

**2000** – Iniciada em 02 de maio de 2000, no segundo mandato do Sr. Mario Covas, foram 43 dias de paralisação, quando a Educação se tornou centro das atenções. A sociedade verificou, por meio da greve, que as políticas educacionais do Governo Estadual não garantiam qualidade de ensino aos estudantes, boa infra-estrutura nas escolas e condições adequadas de trabalho aos profissionais.

Nessa greve, a adesão maior foi dos professores da Capital e cidades da Grande São Paulo, e o destaque foi a agitação ocorrida em frente à Secretaria Estadual da Educação, na Praça da República em São Paulo. O Governador, insistiu adentrar a Secretaria pela porta da frente, onde estavam acampados os grevistas, gerando um grande tumulto, além de ofensas e agressões físicas à sua pessoa.

Durante o segundo período da história da APEOESP (1979 em diante) muitos documentos foram impressos e distribuídos como mecanismos de transmissão do pensamento político, sindical e pedagógico da entidade, tais como: revistas de Educação; fax urgente; boletins de encontros estaduais de professores; cadernos de teses e resoluções de congressos da APEOESP; boletim educacional e cultural, e jornal da APEOESP.

No 14º Congresso Estadual da APEOESP, ocorrido em 1995, aprovou-se a criação de uma rede de colaboradores formada por professores universitários para subsidiar o trabalho de formulação político-pedagógica dos professores da rede estadual de ensino. Para dar conta desse compromisso a APEOESP constitui

“Um coletivo de formação<sup>6</sup> que elaborou o projeto denominado Reinventando a escola – a construção da prática pedagógica coletiva.”  
(Almeida, 1999 p. 104-105)

Os objetivos do projeto “Reinventando a Escola” elaborado pelo Coletivo de Formação são os seguintes:

“a-) Viabilizar uma ação de formação contínua, que articule a formação sindical e a qualificação profissional, tendo o trabalho pedagógico como eixo; b-) viabilizar essa formação contínua como um processo coletivo; c-) fortalecer o desenvolvimento de uma cultura de planejamento participativo na escola, visando à concepção, à construção, à implantação do projeto

---

<sup>6</sup> Esse Coletivo de Formação foi coordenado por Selma Garrido Pimenta (FE-USP) e integrado por Silvia Maria Manfredi (UNICAMP), Lúcia Lodi (UNESP), José Fusari (FE-USP), Maria Isabel de Almeida (assessora da APEOESP) e pelos diretores sindicais Maria Isabel Noronha, Roberto dos Santos, Carlos Urquiza, Celso Barreiro, Eneide Moreira Lima e Neide Marcondes. Tiveram participações localizadas Mário Sérgio Cortella (PUC-SP), Eulina Mansur (professora aposentada da rede estadual), Alda Marin (UNESP), Janete Beaucamp e Lindabel Delgado (ex-diretoras do sindicato), Joely Matheus e Ignes Navarro (assessoras do sindicato). (ALMEIDA, 1999 p. 104)

político pedagógico da unidade escolar; d-) incentivar a criação, nas subsedes da APEOESP, de Grupos de Referência." (Almeida, 1999 p.110-111)

O cronograma de ações, cursos realizados e materiais pedagógicos produzidos por esse coletivo no período de 1995 a 2004 são os seguintes<sup>7</sup>:

### **1995**

1ª reunião com professores/pesquisadores universitários e professores da rede com o intuito de desenvolver uma prática de colaboração às ações da APEOESP, em 05 de dezembro.

### **1996**

Elaboração e envio do questionário para colher opiniões sobre a Formação Contínua para a construção do Projeto de Formação.

Elaboração do suplemento de Educação "Reinventando a Escola: A Construção da Prática Pedagógica Coletiva", encarte do jornal da APEOESP que subsidiou o I Encontro de Professores Coordenadores Pedagógicos (PCPs).

Realização do I Encontro de PCPs nas macroregiões com os membros do Coletivo e palestrantes convidados, nos dias 08 e 09 de julho.

Preparação do questionário – "Reinventando a Escola" que foi distribuído no I Encontro de PCPs para colher opiniões e expectativas a serem incorporadas no Projeto de Formação.

Boletim Educacional sobre questões educacionais e legislativas entregue aos PCPs durante o I Encontro.

---

<sup>7</sup> Informações obtidas junto a Secretaria de Formação da APEOESP.

Elaboração do Caderno de Formação nº 0 – Não Ser e Ser: O desafio do Professor Coordenador Pedagógico, em julho.

Reunião preparatória do II Encontro com PCPs com a equipe de palestrantes e Coletivo de Formação.

Elaboração do Caderno de Formação nº 1 – O Trabalho do Professor Coordenador Pedagógico: Um Caminho Metodológico, em agosto.

Reunião com conselheiros das subsedes para discutir a formação de grupos de referências dos PCPs.

Realização do II Encontro de PCPs nas macroregiões com os membros do Coletivo e palestrantes convidados, nos dias 19 e 20 de agosto.

Elaboração do Caderno de Formação nº 02 – Troca de Experiência: Construção do Conhecimento e Aperfeiçoamento do Trabalho dos PCPs.

Realização do III Encontro de PCPs nas macroregiões com os membros do Coletivo e palestrantes convidados, nos dias 18 e 21 de novembro.

Reunião de Avaliação do III Encontro

Implantação dos Grupos de Referência nas subsedes e material de apoio – “Os grupos de referência como espaço para a troca de experiência entre os PCPs”

## **1997**

Elaboração do suplemento de Educação sobre Planejamento, distribuído na Semana de Planejamento e Caderno de Formação nº 03 – O PCP e o Planejamento.

Finalização da elaboração do “Projeto Reinventando a Escola”

Seminário interno sobre Perfil do Professor (pesquisa do Novaes)

Elaboração do relatório sobre o perfil dos PCPs a partir do questionário aplicado nos Encontros em 1996

Seminário sobre o perfil dos PCPs, com a presença dos palestrantes que atuavam nos Encontros.

Projeto para solicitação de financiamento com o FINEP e UNITRABALHO

Elaboração do Caderno de Formação nº 04 “Os PCPs e os REs: Nossos parceiros no Trabalho Pedagógico Coletivo”.

Reuniões de preparação do IV Encontro com a equipe de palestrantes.

Realização do IV encontro nas macroregiões com os membros do Coletivo e palestrantes convidados, no dia 16/05/97

Produção de Boletim Educacional – Os PCPs e os REs frente aos desafios colocados pelas inovações educacionais implantadas pela S.E., distribuído no CR.

Participação na Conferência Estadual de Educação - palestra sobre inovações educacionais.

Elaboração do Caderno de Formação nº 05 – “As Inovações Introduzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo”.

Realização do V Encontro nas macroregiões com os membros do Coletivo e palestrantes convidados, nos dias 21 e 28 de novembro

Avaliação do V Encontro com a equipe de palestrantes

Participação em reuniões de Grupos de Referência em Hortolândia, Guarulhos, S. Miguel e Lapa.

## **1998**

Neste ano, por uma série de razões internas (financeiras e conjunturais), o Projeto sofreu interrupção. Contudo, sua repercussão junto aos professores envolvidos e as discussões promovidas no XVI Congresso Estadual da APEOESP, ressaltaram o caráter estratégico do projeto. A partir desta realidade, a diretoria da APEOESP decidiu retomá-lo, em 99.

Isto exigiu novo esforço de discussão e reflexão a fim de redefinir e readequar seu conteúdo e atividades. A estratégia teórico-metodológica global foi mantida, uma vez que as avaliações efetuadas mostraram que o caminho político-organizativo escolhido condiz com os objetivos e metas traçadas pela entidade.

### **1999**

Elaboração da Revista de Educação nº 10 sobre a Reestruturação do Ensino Médio, em abril.

Seminário Estadual – Reorganização Pedagógica e Curricular do Ensino Médio em São Paulo, em maio.

Elaboração do questionário distribuído no Seminário Estadual.

Seminário Estadual “Retomando o Projeto Reinventando a Escola Pública” com os REs e PCPs das subsedes, em 24 de setembro.

Seminário “O Sindicato no Desenvolvimento Profissional dos Professores”, com a nova diretoria, em 26 de novembro, e com os responsáveis pela Comissão de Formação nas subsedes, em 11 de dezembro para redimensionamento do Projeto de Formação.

Elaboração do Caderno de Formação nº 07 para a Semana de Planejamento

### **2000**

Conclusão e distribuição do Caderno de Formação nº 07 – “Planejamento”, em janeiro.

Elaboração do Programa de Formação Profissional por meio de Convênios com as Universidades.

Convênio firmado entre a APEOESP e a PC/COGEAE para realização de curso de extensão para professores de Geografia.

Elaboração do Caderno de Formação nº 08 – Formação Profissional: A Geografia e sua Prática Pedagógica.

Reunião com 20 subsedes que sediaram o Curso de Geografia, em março.

Reunião entre os membros do Coletivo e os responsáveis pelo convênio para avaliação dos cursos, a partir dos dados tabulados através de questionário respondido pelos participantes.

Convênio firmado entre a APEOESP e a UNICAMP para realização de curso de formação continuada para professores de Ciências em Campinas.

Elaboração do Caderno de Formação nº 09 – Formação Profissional: Oficinas de Produção em Ensino de Ciências.

Proposta de continuidade dos cursos de Ciências – “Oficinas de Produção em Ensino de Ciências”, com os participantes do primeiro Curso Piloto, em Campinas.

Reunião entre os membros do Coletivo e os responsáveis pelo convênio para avaliação dos cursos, a partir dos dados tabulados através de questionário respondido pelos participantes.

Matéria no Jornal da APEOESP, nº 252 (agosto) “Progressão Continuada não é promoção automática de alunos”.

Elaboração do questionário “Escolas avaliam alguns aspectos da Reforma da Secretaria Estadual de Educação” e entregue a todos os professores associados.

## **2001**

Elaboração e distribuição do Caderno de Formação nº 10 para a semana do Planejamento.

Elaboração da Revista de Educação nº 13 (abril) – “Progressão Continuada ou Aprovação Automática”? tendo como base o resultado de questionário aplicado com os professores.

Lançamento da Revista de Educação e discussão sobre a Progressão Continuada, na sede central, em 11 de maio.

Seminários regionais sobre a pesquisa de opinião “Escolas Avaliam Alguns Aspectos da Reforma da Secretaria Estadual” e a Revista da Educação – Progressão Continuada.

Elaboração do Projeto de Formação Contínua para os professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.

Café da Tarde com os professores da rede e acadêmicos, para trocar idéias e propostas visando o Projeto PEB I, em julho.

Encontro com representantes das subsedes, para discussão do Projeto de Formação – PEB I, em setembro e posterior envio de relatório e questionário para mapear as escolas e professores – PEB’s I da rede.

III Conferência Estadual de Educação, em setembro e XVIII Congresso Estadual, em outubro.

1º Encontro de PEB I na Capital, Mauá e Carapicuíba, em novembro.

Sistematização das discussões realizadas nos Encontros com os PEB’s I e relatório final.

Envio do questionário que subsidiou o Planejamento do Ensino (2002), especificamente para os professores do Ensino Médio.

## **2002**

Caderno de Formação nº 11 – Planejamento

Reuniões de Planejamento para a continuidade dos encontros de formação junto ao PEB I e continuidade do projeto de editoração do Livro Ciclo de Conferências de 02 a 05 de dezembro, reunindo pesquisadores das universidades para debate de temas pertinentes do cotidiano dos professores da rede:

02/12 – As políticas educativas no contexto dos novos Governos.

03/12 – Ensino e Aprendizagem no contexto da Progressão Continuada.

04/12 – Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores.

05/12 – Currículo – um grande desafio para os professores.

As conferências foram gravadas, editadas e encaminhadas às subsedes na semana do Planejamento Escolar.

## **2003**

Caderno de Formação nº 12 – Planejamento, em fevereiro.

Produção da Revista de Educação, nº 16, dos artigos discutidos no Ciclo de Conferências.

Processo de apreciação da diretoria do Projeto de Formação para 2003.

## **2004**

Caderno de Formação nº 14 – Planejamento em janeiro

Ciclo de Conferências – “Financiamento da Educação Básica e Reforma do Ensino Médio” – 06 de novembro, auditório da APEOESP.

#### MESA 1 (MANHÃ)

Financiamento da Educação Básica – FUNDEF X FUNDEB

Horário: 09 às 12 horas

Debatedores:

Francisco das Chagas Fernandes – Secretário de Educação Básica – MEC

César Callegari – Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e consultor em Educação

I Juca Pirama – Universidade de São Paulo – USP

#### MESA 2 (TARDE)

Reforma do Ensino Médio – Diretrizes e Perspectivas

Horário: 14 às 17 horas

Debatedores:

Lúcia Helena Lodi – Diretora do Departamento de Políticas de Ensino Médio – MEC

João dos Reis Silva Junior – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

### **2005**

Caderno de Formação nº 15 – Planejamento, em janeiro

Revista de Educação nº 20 – Temas sobre Reorganização Curricular, Ensino Médio – Filosofia e Sociologia.

### **1.3 A História da APEOESP no contexto da pesquisa**

A linha político-ideológica implantada no sindicato no primeiro período (1945-1978), somada à efervescência política que o Brasil passou no final dos anos 70 e início da década de 80, propiciou uma mudança dos rumos político-ideológicos da APEOESP marcando o segundo período de sua história (1979 aos dias atuais).

Os últimos 25 anos de história da APEOESP são marcados pela organização da base da categoria e democratização da entidade. Em 1979, à revelia da direção do sindicato, os professores fizeram eleições e mudaram o presidente da entidade, demonstrando a força do senso crítico somado à luta coletiva.

Nos anos 80 criaram-se na APEOESP importantes instrumentos para garantir a efetiva participação dos professores da base da categoria, tais como: Conselho Estadual de Representantes (CER) cujos conselheiros são escolhidos pelo voto direto e secreto nas subsedes; Representante de Escola (RE), também eleito pelos colegas em cada unidade escolar cujo trabalho é ser um elo entre a base e o sindicato.

Nesse período, também redefiniram-se as instâncias decisórias, ficando em primeiro lugar o Congresso Estadual cujos participantes são eleitos na Unidade Escolar. Houve uma ampliação tanto de subsedes quanto de associados, que quintuplicaram no período.

Dentro do processo de redemocratização estabelecido no segundo período da APEOESP criaram-se vários documentos para transmitir a linha político-ideológica da entidade aos seus associados. Na metade da década 90, meio da criação de um Coletivo de Formação, a APEOESP acenou com sua

participação na formação profissional dos professores .

A história de lutas da APEOESP no contexto desta pesquisa vem fundamentar o problema e a hipótese de trabalho, pois observa-se pela narrativa que o projeto político-pedagógico da entidade acena para a garantia de participação da base da categoria, ao criar várias instâncias deliberativas, ampliar o número de sedes e submeter a escolha dos representantes dos professores a essas instâncias por meio do voto dos associados. Dessa forma, a prática de redemocratização da entidade visa garantir a efetiva participação do associado na vida do sindicato e com isso colaborar com a formação político-pedagógica do professor.

#### **1.4 A Pesquisa**

A pesquisa busca focalizar:

**“Qual proposta de formação político-pedagógica o sindicato (APEOESP) oferece ao professor?”**

A pesquisa justifica-se, pois

- Contribuirá na ampliação dos conhecimentos em torno da participação do sindicato na formação político-pedagógica do professor.

- Disponibilizará subsídios para que outros pesquisadores possam operar com essas informações, visando aprimorar o processo de formação profissional do professor.
- Tem relevância social, à medida que procura desvelar a política de formação priorizada pelo trabalho da APEOESP, implícita nos programas de formação por ela realizados.
- Concebe a APEOESP como instância política e educativa.

Com o problema exposto a partir das argumentações estabelecidas, define-se a seguinte hipótese de trabalho:

**“OS DOCUMENTOS E AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PROPOSTAS PELO SINDICATO APEOESP TÊM EVIDENCIADO UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EMANCIPADOR”.**

A pesquisa tem como objetivos evidenciar:

- A proposta de formação político-pedagógica existente nas mobilizações da categoria, na estrutura e funcionamento do sindicato e nos documentos por ele produzidos.
- A ênfase que é dada nos cursos de formação ministrados pela APEOESP.

## **1.5 Procedimentos metodológicos**

### **1.5.1 delimitação da pesquisa**

A pesquisa é documental, portanto irá explorar o conteúdo dos documentos disponibilizados e produzidos pela APEOESP, como também os cursos realizados pela entidade, elaborados pelo Coletivo de Formação e em parceria com Universidades, explicitando para qual tipo de formação político-pedagógica o alinhamento político-ideológico da APEOESP está direcionado.

O período escolhido para estudo foi de 2000 a 2004, abrangendo parte dos mandatos de diretorias anteriores (1999-2002) e atual (2002-2005).

### **1.5.2 Fontes de dados**

Os Congressos Estaduais da APEOESP se destacam por serem a instância máxima decisória da categoria e definidores da linha político-ideológica do sindicato para a realização de suas mobilizações, produção de documentos e realização de cursos.

Entre os anos de 2000 a 2004 ocorreram quatro Congressos Estaduais da APEOESP conforme quadro a seguir:

Ano	Evento	Tema	Local	Período de Realização
2000	XVII Congresso Estadual	“Mobilização solidária por um movimento social em defesa da escola pública, do emprego e do salário.	Serra Negra-SP	11 a 14 de novembro
2001	XVIII Congresso Estadual	“Unidade da categoria em defesa da educação, do emprego e do salário”	Águas de Lindóia – SP.	20 a 24 de outubro
2003	XIX Congresso Estadual	“Unidade e luta, por um novo projeto de Brasil, em defesa da escola pública de qualidade”	Sumaré-SP.	05 a 08 de novembro
2004	XX Congresso Estadual	“Conquistas, só com lutas! Educação pública de qualidade com qualificação e valorização profissional, geração de empregos e renda: Um outro Brasil é possível!”.	Serra Negra-SP	17 a 20 de novembro

- **Caderno de Teses e resoluções dos seguintes congressos estaduais da APEOESP:** XVII Congresso Estadual da APEOESP – Serra Negra – SP, ocorrido de 11 a 14 de novembro/2000; XVIII Congresso Estadual da APEOESP – Águas de Lindóia – SP, ocorrido de 20 a 24 de outubro/2001; XIX Congresso Estadual da APEOESP “Prof Macedo” - Sumaré – SP, ocorrido de 5 a 8 de novembro/2003; XX Congresso Estadual da APEOESP – Serra Negra – SP, ocorrido de 17 a 20 de novembro/2004.
- **Estatuto da APEOESP**
- **Ações do Coletivo de Formação da APEOESP**
- **Revista de Educação**, exemplares nº 11 de setembro/2000; nº 12 de março/2001; nº 13 de abril/2001; nº14 setembro/2001; nº 15 de outubro/2002; nº 16 de março/2003 e nº 17 de agosto/2003. (no ano de 2004 a revista não foi editada)

- **Boletim Educacional e Cultural da APEOESP**, exemplares dos números 01 a 29 do ano de 2003 e exemplares dos números 30 a 62 do ano de 2004
- **FAX – Urgente**, exemplares dos números 01 a 97 do ano de 2000; exemplares dos números 001 a 115 do ano de 2001; exemplares dos números 01 a 74 do ano de 2002; exemplares dos números 01 a 76 do ano de 2003 e exemplares dos números 01 a 45 do ano de 2004.
- **Boletim do CR/RE (Conselho Regional e Representantes de Escola)** exemplares nº 01 de março/2000; nº 02 de Agosto/2000; nº 01 de março/2001; nº 02 de junho/2001; nº 03 de agosto/2001; nº 01 de março/2002; nº 02 de agosto/2002; nº 03 de novembro/2002; nº 01 de março/2003; nº 02 de maio/2003; nº 03 de agosto/2003; nº 04 de outubro/2003; nº 01 de março/2004; nº02 de maio/2004; nº03 de agosto/2004 e nº 04 de outubro/2004.
- **Jornal da APEOESP**, exemplares nº 253 de nov/dez - 2000; nº 254 de ago/set – 2001; nº 256 de nov/dez – 2001; nº 257 de mar/abr – 2002; nº 259 de jul/ago – 2002; nº 260 de set/out – 2002; nº 261 de nov/dez – 2002; nº 262 de abr/mai – 2003; nº 263 de set/out – 2003; nº 264 de nov/dez – 2003; nº 265 de ago/set de 2004. (Por erro de edição não existe o jornal da APEOESP nº 255)
- **ATOS PÚBLICOS, ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS E GREVES:** 43 dias de paralisação a partir de 02/maio/2000 e Atos Públicos realizados no período de 2000 a 2004.

## 1.6 Categorias e Descritores de análise

Os descritores para análise dos documentos produzidos a partir do alinhamento político-ideológico dos quatro últimos Congressos Estaduais da APEOESP estão presentes no capítulo II desta dissertação, após a fundamentação teórica de cada uma das três categorias escolhidas nesta pesquisa: **Projeto político-pedagógico; Formação político-pedagógica e Trabalho.**

## **Capítulo II - Subsídios teóricos para análise da contribuição da APEOESP na formação político-pedagógica do professor**

### **2.1 A Proposta teórica**

Esta pesquisa se propõe verificar como a APEOESP contribui para a formação político-pedagógica do professor, pois a educação pode ajudar na construção de uma sociedade diferente desta que vivemos. A necessidade de transformação social, que a educação pode ajudar a realizar, advém do modelo atual de sociedade que não consegue atender às necessidades básicas de toda a população.

A intenção de construir novas formas de relações culturais, políticas e econômicas por meio de vários segmentos sociais, inclusive pela escola, parte do pressuposto que a organização imposta pela atual sociedade não está garantindo as necessidades básicas à sobrevivência das pessoas. E, para que a escola esteja inserida nesse projeto de transformação social, são necessários um projeto político-pedagógico e uma formação inicial e continuada do docente direcionada a outro tipo de sociedade que atenda às necessidades básicas de todos. Nesse sentido o sindicato pode dar a sua contribuição.

A partir desse propósito social da educação é fundamental pensar sobre a formação político-pedagógica do professor como auxiliadora na reflexão do seu trabalho pedagógico, e conscientizadora da efetiva necessidade de sua participação na construção de um projeto político-pedagógico voltado a uma educação diferente da atual. Escola não é o único, porém mais um espaço para pensar e praticar ações em favor de mudanças sociais, como afirma Freire:

“Não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa. Esta afirmação recusa, de um lado, o otimismo ingênuo que tem na educação a chave das transformações sociais, a solução para todos os problemas; de outro, o pessimismo igualmente acrítico e mecanicista de acordo com o qual a educação, enquanto supra-estrutura, só pode algo depois das transformações infra-

estruturais. O esgotamento destas ingenuidades, ambas antidialéticas, terminaria por colocar a sua superação: nem a negação pura da educação, subordinada sempre à infra-estrutura produtiva nem tampouco o seu todo-poderosismo".(Freire, 2000, p.96-97).

Esta pesquisa se propõe, pois, refletir sobre a contribuição da APEOESP para a formação político-pedagógica do professor. Necessário se faz expressar o entendimento específico das categorias: Projeto político-pedagógico; Formação político-pedagógica e Trabalho norteado pelo diálogo com Paulo Freire; Moacir Gadotti; Luiz Carlos de Freitas e Maria Luisa Santos Ribeiro.

## 2.2 Projeto político-pedagógico

Ao conceber que a Educação está imersa num sistema político, logo ao se pensar, expressar ou construir um projeto pedagógico, também está sendo revelada a opção política dos seus proponentes. Porém, como não é usual aceitar o trabalho pedagógico como um trabalho político, esta pesquisa acrescentará o termo político à categoria projeto pedagógico. Gadotti destaca:

"Começaremos esclarecendo o próprio título: *projeto político-pedagógico*. Entendemos que todo projeto pedagógico é necessariamente político. Poderíamos denominá-lo, portanto, apenas *projeto pedagógico*. Mas, a fim de dar destaque ao político dentro do pedagógico, resolvemos desdobrar o nome em *político-pedagógico*".(Gadotti,2000, p. 34)

Apesar de todas as inovações que a Secretaria Estadual de Educação do atual Governo e de Governos anteriores tentaram implantar na rede pública, visando a melhoria do ensino e a participação dos estudantes e professores, a escola pública

não atende às necessidades político-educacionais da sociedade. A escola vigente, instituída, precisa pensar sobre o seu papel social, pois as transformações tecnológicas e sociais são cada vez mais rápidas, e ela, enquanto segmento importante da sociedade, precisa repensar seus paradigmas e valores.

“A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela participação e autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo”.(Gadotti, 2000, p. 33)

Pensando em novos paradigmas para a Educação não se pode deixar de refletir sobre o Projeto Político-Pedagógico, visto que ele aponta o norte, a opção política da escola. Gadotti lembra que, desde a instituição da escola pública no Brasil, as escolas brasileiras sempre tiveram um projeto político-pedagógico que nortearam as suas atividades educacionais e o trabalho docente.

*“Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”. (Gadotti, 2000, p. 34).*

Atualmente, são muitos os projetos político-pedagógicos, porém é comum encontrar nas escolas um projeto elaborado onde os usuários (pais e alunos) e os prestadores dos serviços ( professores e funcionários) não se sentem responsáveis. Esse projeto político-pedagógico visa a reprodução do *status quo* dos estudantes e resume a participação da comunidade, que compõe o Conselho de Escola, em apenas ratificar o que já está decidido pela hierarquia educacional. Assim, a participação da comunidade é reduzida à mera colaboração em festas, limpeza e

conservação do prédio ou vigilância da disciplina escolar durante os intervalos das aulas.

Contrapondo a esse projeto político-pedagógico “fechado”, pensa-se num outro desejado em que a participação dos pais e estudantes não se limite à mera ratificação de decisões tomadas pela direção escolar, mas seja decisiva no Conselho de Escola, para escolha do livro didático, planejamento do ensino, organização de eventos culturais, atividades cívicas, esportivas, recreativas. A escola pode optar por um projeto político-pedagógico assentado numa gestão democrática que valorize a participação de todos e eduque a comunidade sobre a responsabilidade e autonomia que deve ter sobre o projeto educacional.

“A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico. Ela exige(...) mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.” (Gadotti,2000, p. 35)

O projeto político-pedagógico pode priorizar no processo educativo os estudantes e seus pais para que, em parceria com a equipe de profissionais da educação, possam aprender a conviver com a necessidade de tomar decisões, pensar sobre os rumos da sua própria história e exercitar o convívio entre as pessoas experimentando, cada um, a sua liberdade e respeitando a liberdade do outro, isto é, exercitando o espírito democrático no ambiente escolar.

*“A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da*

*democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém”.(Gadotti,2000, p.35)*

O projeto político-pedagógico deve deixar claro, a todos que estão nele envolvidos, o tipo de sociedade que pretende e aquele para o qual a escola está direcionada. Desse modo, a comunidade escolar pode optar pela transformação social ou reprodução da sociedade.

Esse projeto, assentado na gestão democrática e na autonomia escolar, ora reconhecido como emancipador, além de garantir a politização dos seus envolvidos, também pode dar conta de proporcionar aos estudantes o acesso aos conhecimentos mínimos dos saberes universais, garantindo a aprendizagem dos conteúdos em Matemática; Ciências Físicas e Biológicas; História; Geografia; Português; Arte e Educação Física; Biologia; Física; Química; Inglês; Ensino Religioso e Filosofia, a fim de evitar grandes defasagens entre os estudantes.

*“A gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; proporcionará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores”.(Gadotti,2000,p.35)*

Como esse projeto democrático flui de um coletivo de pessoas que formam a comunidade escolar, deve retratar os anseios da comunidade onde a escola está inserida. Esse projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaco, isto é, no contexto histórico em que ela se insere, sem perder a articulação com o contexto social, político e econômico nacional e internacional, garantindo ao estudante e à comunidade local a efetiva participação

democrática nas decisões escolares, seja de ordem financeira, administrativa, disciplinar e pedagógica.

Neste sentido, o trabalho pedagógico pode e deve colaborar na construção da identidade da comunidade escolar. Em suma, o projeto político-pedagógico precisa ter a “cara” dos envolvidos nele.

Esse projeto objetiva a participação ativa da comunidade na vida escolar, e é fundamental que a contínua formação político-pedagógica do professor esteja direcionada ao projeto que se sustenta, obviamente, na participação, na gestão democrática. Essa formação pode possibilitar ao professor, além de conceber o seu trabalho pedagógico como um trabalho político, entender a Educação como mais um instrumento de luta por justiça social, colocando-a em favor da grande parcela de pessoas desfavorecidas socialmente e acreditando que seu trabalho docente pode contribuir para a equidade social.

A partir de um projeto político-pedagógico pensado pela comunidade escolar, é possível obter uma escola que promova com mais eficiência a produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, seja transformadora das práticas sociais vigentes.

“Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm, de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as idéias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão

política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra<sup>8</sup> proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é a dos interesses do novo Povo.” (Freire,2002,p.86)

É para essa Educação que o projeto político-pedagógico das escolas públicas deveria se voltar. Para o desenvolvimento da consciência crítica da comunidade estudantil, com envolvimento das pessoas internas e externas à escola e às decisões educacionais. Porém, essa mudança no projeto da escola não surgirá de fora para dentro. Não será instituída a partir de um decreto ou por vontade de uma minoria. Um novo projeto político-pedagógico deve ser pensado a partir daquilo que a escola possui: dos hábitos e costumes instituídos na rotina escolar.

“(…) Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte” (Gadotti,2000, p. 34).

O professor precisa estar consciente do seu papel político como educador, e fazer sua opção política para desempenho do trabalho pedagógico, porque mudar o instituído é um trabalho lento, a longo prazo e de muita persistência. E ainda, há que se conviver com aqueles que não acreditam na possibilidade de mudanças, como destaca Gadotti:

“A implantação de um novo projeto político-pedagógico da escola enfrentará sempre a descrença generalizada dos que pensam que de nada adianta projetar uma boa escola enquanto não houver vontade política dos “de cima”. Contudo, o pensamento e a prática dos “de cima” não se modificarão enquanto não existir pressão dos “de baixo”. Um projeto político-pedagógico da escola deve constituir-

---

<sup>8</sup> Grifo nosso.

se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; deve ser um processo de recuperação da importância e da necessidade do planejamento na educação". (Gadotti,2000, p.38)

A escola pública de ensino infantil, fundamental e médio, responsável pela educação das classes sociais menos favorecidas economicamente, deveria ter um projeto político-pedagógico que garantisse o ensinamento dos saberes universais e também favorecesse uma leitura crítica do mundo. Dessa forma a produção de conhecimento do estudante contribuiria para sua inserção no mundo do trabalho. Além disso, consciente dos problemas sociais, poderia contribuir para uma luta coletiva pela transformação da realidade social.

Com um projeto político-pedagógico assim, a escola poderá colaborar na luta contra o analfabetismo político da comunidade e propiciará, aos participantes do projeto, a capacidade de sonhar coletivamente a possível mudança social. Somente a escola que sonha, caminha. E se o sonho pode contribuir para uma mudança social de forma lenta e contínua, ela tem muito a fazer em favor dessa transformação.

"(...) Houve uma época em que pensávamos que as pequenas mudanças impediam a realização de uma grande mudança. Por isso, no nosso entender, elas deveriam ser evitadas, e todo o investimento deveria ser feito numa transformação radical e ampla. Hoje, minha certeza é outra: a grande mudança exige também o esforço contínuo, solidário e paciente das pequenas ações. Estas, no dia-a-dia, construídas passo a passo, numa certa direção, também são essenciais à grande mudança. E o mais importante: devem ser feitas hoje. Como dizia Paulo Freire, "A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer". (Gadotti,2000, p. 40)

A escola que opta por um projeto político-pedagógico voltado à gestão democrática e à autonomia escolar, é uma unidade pensada e comungada por

professores, funcionários, estudantes e pais que buscam satisfazer a real necessidade de formação das novas gerações. Assim, ela torna-se estimuladora da consciência política e do senso crítico de seus participantes, a fim de que cada um saiba o lugar que ocupa no contexto e quais são os inimigos sociais e as armas para vencê-los.

Essa escola crítica, participativa e politizada precisa realizar todo esforço possível na construção de uma sociedade mais justa e humana, ainda que lentamente e a longo prazo, porém renovando o sonho, a esperança e a persistência para não renunciar à luta árdua.

“(…) Precisamos sobretudo da utopia neo-socialista contra a ideologia neoliberal que prega o fim da utopia e da história. Estamos convencidos, acima de tudo, que a educação, mais do que passar por uma melhoria da qualidade do ensino que está aí, como sustenta o Banco Mundial, ela precisa de uma transformação radical, exigência premente e concreta de uma mudança estrutural provocada pela inevitável globalização da economia e das comunicações, pela revolução da informática a ela associada e pelos novos valores que estão refundando instituições e convivência social na emergente sociedade pós-moderna. Por isso(…) não se constrói um projeto político-pedagógico sem uma direção política, um norte, um rumo.” (Gadotti,2000, p.41)

Para que amanhã a escola pública possa ter um projeto político-pedagógico voltado ao despertar crítico dos estudantes, garantindo a participação ativa de toda comunidade nos rumos educacionais, ela precisará da confluência de vários fatores. É imprescindível que uma preocupação particular com a formação político-pedagógica do professor seja direcionada para esse projeto, visto que no contato com o estudante, o professor precisa ter bem claro, se a sua opção política e o seu trabalho pedagógico estão ou não a favor da população que depende da escola pública. Em

suma, é preciso que o sindicato – APEOESP- contribua para a formação contínua do professor, levando-o a entender essa formação emancipatória.

### **2.2.1 Descritores da categoria projeto político-pedagógico**

- Tipo de gestão
- Grau de autonomia
- Tipo de formação dos professores

## **2.3 Formação político-pedagógica**

Todo trabalho pedagógico é uma manifestação política. É possível dizer que toda formação pedagógica recebida pelo professor é uma formação político-pedagógica. E mesmo que sua posição seja pela neutralidade, ainda assim, estará fazendo política, aquela imposta pela classe dominante.

Temos repetido ainda que a educação é compromisso, é ato, é decisão. Educar-se é tomar posição, tomar partido. E o educador educa educando-se, isto é, tomando partido, posicionando-se. É verdade que, sendo a neutralidade impossível, também aquele que não toma partido, toma partido, isto é, toma o partido do mais forte, da dominação. Mas existem ainda, entre nós, educadores que preferem esconder-se atrás da pseudociência ou da burocracia, para não se posicionar. Esses estão assumindo concretamente o partido do poder, fazendo o seu jogo. Estão comprometidos com ele. A seu modo eles exercem sua dimensão social, cumprindo ordens, desumanizando-se a si mesmos. Esse é o outro lado da profissionalização

“puramente técnica” (mas que não deixa de ser política) que as reformas burocráticas pretendem implantar. (Gadotti, 2001)

Um projeto político-pedagógico em que o profissional do ensino não seja apenas um técnico, um especialista, mas antes de qualquer coisa, seja um profissional do humano, do social, do político, necessita de uma contínua formação. A tomada de consciência do papel político da função docente não é dada, mas despertada por meio de formação política que contemple os princípios de um projeto educacional emancipador. Afinal, de onde poderia vir essa formação política e crítica?

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, continua oferecendo encontros de formação denominado Orientações Técnicas (OTs), ministradas nas Diretorias de Ensino (DEs) por período insuficiente e em época inoportuna durante o ano letivo, além de restritas a poucos professores. Tais encontros, quando muito, discutem como ensinar alguns conteúdos específicos de uma determinada disciplina, sem relação relevante com o contexto social, vivido por professores e estudantes. Quando ocorrem essas OTs para os professores de Ciências Físicas e Biológicas, comumente o orientador ensina aos participantes como realizar uma experiência em sala de aula ou sugere alguma atividade para trabalhar o conteúdo focado naquela oficina de formação.

A prática dessas orientações técnicas, numa concepção de escola democrática e autônoma é vista como treino. Não possibilita a reflexão crítica do professor sobre sua prática. É algo pensado por alguém que tem a finalidade de treinar um grupo de professores, visando o mero repasse de técnicas em sala de aula. É a tentativa de separar o manual do intelectual, isto é, distanciar a prática da teoria. Portanto, é uma formação que prioriza o treino. Não há dúvida que tais oficinas têm o seu valor na aprendizagem de conteúdos específicos, mas não podem ser entendidas como encontros para formação político-pedagógica.

Essa prática de oferecer treinamento pedagógico e impor a ideologia do governo aos professores vem desde muito tempo, como afirma Maria Luisa Santos Ribeiro.

“O conjunto de reformas pelas quais passou toda a educação escolarizada brasileira, de 1968 para cá, tem por objetivo “modernizar” e “despolitizar” o ensino.

Tal “despolitização” tem que vir, realmente entre aspas porque é, em verdade, uma tentativa de realização de uma formação política dos profissionais do ensino e dos estudantes numa direção imposta coercitivamente de cima para baixo. Isto é, uma formação política que vinculasse os atuais e futuros cidadãos brasileiros aos interesses das minorias representadas nos organismos de governo”. (Ribeiro, 1984,p. 14-15)

A formação político-pedagógica voltada para uma escola democrática e autônoma não pode ser puro treino de conteúdos específicos. Deve ser o despertar de uma consciência política que possibilita ao professor entender a teia de relações sociais em que vive, permitindo-lhe compreender o lugar que ocupa nessa teia e qual o seu papel social diante das condições sócio-econômicas impostas pelo atual sistema econômico. Condições estas presentes diariamente em sala de aula, como afirma o Professor Ronaldo Nicolai em entrevista à Professora Maria Luisa Santos Ribeiro:

“(…) Como já disse, eu sempre quis ser professor. Agora, eu tinha a ilusão de que se fizesse o meu trabalho bem feito, tudo estaria resolvido. Então, eu tinha consciência de ter um bom domínio do conteúdo, de ter feito um bom curso, de gostar da profissão e, com isso, achava que ia chegar à escola, os alunos iam aprender automaticamente, eu ia ser um bom professor independentemente de outras condições quaisquer; enfim, era uma posição utópica. E, ao começar a trabalhar, primeiro notei que aquele emprego me dava poucas condições financeiras de sobrevivência. De outro lado, percebi que tinha poucas condições de exercer o trabalho da maneira como queria; faltava-me material, faltavam-me condições materiais na classe, os alunos (por mais que eu me esforçasse, desse aquelas aulas que eu achava que não haveria aluno que tivesse qualquer tipo de

dificuldade) tinham dificuldade de aprender por questões de fome, de falta de material escolar, enfim, por uma série de razões que estavam fora do meu alcance. (...) Não é em poucos anos que a classe toda vai-se conscientizar da necessidade de uma maior participação, de uma maior formação, de exigir coisas a que temos direito. Então, hoje eu sei que esse é o caminho; a gente tem que atuar politicamente, também, não só no nosso campo profissional, mas como cidadão, em todos os setores políticos, para que a educação melhore(...)" (Ribeiro, 1984, p.166-167)

A formação político-pedagógica oferecida ao professor que atende ao atual sistema educacional tem por objetivo a reprodução de informações pré-elaboradas para os estudantes; prioriza a transmissão do conteúdos em detrimento da leitura crítica do mundo. Há também a formação político-pedagógica que possibilita a travessia do professor da ingenuidade em conceber seu trabalho politicamente neutro para a criticidade do trabalho pedagógico como um ato político.

Neste caso, a formação se assume como politização e por isso transcende os muros escolares, os conteúdos específicos, as capacitações técnicas, os treinos e a caricatura que a sociedade impõe ao professor como o mestre que deve olhar, conhecer e dominar apenas o seu campo específico de conhecimento. Essa formação, que permite refletir política e criticamente, desvela ao professor que sua opção profissional inserida na teia social e que seu trabalho pedagógico na sala de aula, ou fora dela, servirão para ajudar na reprodução ou na transformação da sociedade.

"Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou

esta aberração: a miséria na fatura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza(...) (Freire, 2002, p.115-116).

Vários são os momentos, lugares e condições que podem servir para a formação político-pedagógica do professor, inclusive num movimento grevista. A greve para muitos trabalhadores da educação, senão o único, é um dos momentos para o despertar crítico do seu trabalho pedagógico como mostra trecho da entrevista concedida pelo Prof. Gumercindo Milhomem Neto à Profa. Maria Luisa Santos Ribeiro.

*"(...) a greve tem uma importância muito grande pelo crescimento político que ela traz, porque ela coloca, no nosso caso, mais de uma centena de milhares de pessoas em movimento, em discussão permanente, constante... isso acaba evidentemente num saldo da maior importância: a greve em si. Daí, inclusive, a satisfação que as lideranças todas, até as lideranças de escola, tinham pelo fato de estar em greve. Isso é interessantíssimo porque até mesmo aproxima pessoas; enfim, questionou a vida inteira das pessoas, questionou a escola, questionou tudo". ( Ribeiro,1984, p. 115) .*

A concepção do trabalho pedagógico crítico em sala de aula deve fazer parte da própria formação acadêmica do professor e continuar no processo da vida, seja dentro ou fora da escola. Com o despertar da consciência crítica do trabalho pedagógico por parte do professor, ele passa a olhar o projeto pedagógico da escola como um projeto político-pedagógico. Assim, o aprimoramento de sua formação se dá no trabalho escolar e fora dele, ou seja, nas relações sociais, na militância política e sindical, como afirma o Professor Ronaldo Nicolai em entrevista à Professora Maria Luisa Santos Ribeiro:

“(…) E à medida que a gente vai compreendendo a ligação que existe entre a luta política geral e a situação educacional, à medida que a gente vai enxergando melhor essa necessidade de atuação nos dois campos, a nossa atuação dentro da escola mesmo, a nossa atuação como educador, vai-se tornando mais conseqüente, porque a gente sabe para onde está indo. A gente fica sabendo que pode ser usado como instrumento em propósitos não-educacionais e, diante desse risco, mesmo numa matéria como a Matemática, a gente vai orientando a ação como professor para o sentido do desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, da capacidade de análise da situação e da capacidade de modificá-la a partir dessa análise e dessa crítica(…). E isso eu fui percebendo nestes anos de exercício do magistério e da militância junto à associação (APEOESP). A visão sobre como deveria ser ensinada a Matemática, de quando eu saí da Faculdade, era outra.” (Ribeiro,1984,p.180-181)

Para que a Educação seja mais uma ferramenta a favor da luta por justiça social, não é suficiente qualquer formação político-pedagógica. Necessita-se de uma formação direcionada que conscientize e estimule o educador a desempenhar seu trabalho pedagógico visando o desenvolvimento político, crítico e a participação ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem como sujeito histórico e capaz de interferir nas decisões políticas para o bem da comunidade em que vive.

“O educador pode ainda ensinar não só a ler e escrever, mas ensinar a falar. Ensinar a falar, a gritar, que é o papel político do educador(…) motivar para a participação, criar canais de participação e de comunicação. Isso porque o regime educou (domesticou) grande parte da população para a não-participação(…)o educador,(…) tem um papel político de organizar, de mobilizar a participação. Só uma população organizada será capaz de derrotar a impostura e a prepotência que ainda dominam a sociedade brasileira.” (Gadotti,2001,p.156)

### 2.3.1 Descritores da categoria formação político-pedagógica

- Tipo de formação político-pedagógica
- Correlação entre trabalho pedagógico e trabalho político
- Grau de entendimento das relações entre problemas educacionais e problemas políticos.

## 2.4 Trabalho

Comumente, estudantes e outras pessoas que freqüentam ou não a escola, perguntam ao professor: “Você trabalha ou só dá aulas?”

Esta indagação evidencia que a sociedade incorporou como sinônimo de trabalho uma ação manufatureira que produz algum bem material e é remunerada por isso. Muitas pessoas exageram quando comparam a quantidade de trabalho realizado por uma pessoa ao desgaste físico do trabalhador, isto é, o trabalho se resumiria em ação física.

O trabalho, na sociedade vigente, é a venda da força física para os donos dos meios de produção. Diferente disso, afirma Freitas:

“Trabalho, em um sentido geral, é a maneira como o homem se relaciona com a natureza que o cerca com a intenção de transformá-la e adequá-la às suas necessidades de sobrevivência (apropriação/objetivação). É pelo trabalho que o homem interage com a natureza modificando-a, produzindo conhecimento sobre a mesma, modificando a si mesmo”. (Freitas,1995,p.97)

A humanização do homem, que pode ser aprimorada por meio do trabalho, é desconhecida pela maioria da população. A frase popular: **“O trabalho engrandece**

**o homem**” é usada muitas vezes de forma pejorativa, ridicularizando o trabalho imposto à grande maioria da população pelo sistema capitalista, o qual desumaniza as pessoas nas linhas de produção.

Não é demais ressaltar que o sistema econômico capitalista, além de não conseguir atender às necessidades mínimas de sobrevivência da população, está pautado no lucro e no consumo, podendo resultar em violência, em degradação ambiental, na superposição do ter (bens) sobre o ser (pessoa), no individualismo que gera conflitos e competições.

A sociedade precisa pensar sobre trabalho numa perspectiva que não seja a capitalista. Que a pessoa orgulhosamente se veja nele, se humanize por meio dele e produza os bens materiais e conhecimentos necessários sem que haja a exploração do homem pelo homem com a venda desvalorizada da força de produção. E que o professor que hoje “dá aulas” possa ser visto por ele mesmo e pela sociedade como um trabalhador da educação que, ao realizar o seu trabalho, produz um bem social.

O trabalho realizado, por exemplo, na escola pública de Ensino Fundamental e Médio não produz um bem material com valor de troca imediato, por isso a razão da pergunta inicial: “Você trabalha ou só dá aulas?” Porém, esse trabalho pedagógico, que é irrefutável quanto ao valor social, produz um importante bem intelectual: o conhecimento que servirá de base para a realização do trabalho intelectual mais crítico, como afirma Freitas:

“A finalidade da organização do trabalho pedagógico deve ser a produção de conhecimento (não necessariamente original), por meio do trabalho com valor social (não do “trabalho” de faz-de-conta, artificial); a prática refletindo-se na forma de teoria que é devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento.” (Freitas, 1995, p.100)

Nas escolas particulares o corpo docente gera mais-valia aos donos das instituições de ensino, à medida que conseguem manter matriculados nas escolas os

“fregueses da aprendizagem”. Na rede pública, a falsa idéia de gratuidade do ensino desmobiliza a população para a exigência de uma escola pública de qualidade. E o gasto com a educação é caracterizado pelos gestores do ensino como despesa e não como investimento.

Na rede pública ou particular de ensino, há fatores não enfatizados nesta pesquisa que interferem profundamente na produção de conhecimentos. Destacam-se nas escolas públicas as péssimas condições de trabalho do professor e as difíceis condições de aprendizagem do estudante ocasionadas por vários motivos, inclusive alheios à escola.

No Ensino Fundamental e Médio da rede pública, o trabalho pedagógico, por não produzir um bem material de consumo ou de troca imediata, é visto pela ótica da sociedade capitalista como prática onerosa aos cofres públicos.

O trabalho pedagógico permite mais que produção de conhecimento, possibilita que professores e estudantes expressem entre si os sentimentos de alegria, frustrações, amizades, indignações. Assim, o trabalho pedagógico tem uma enorme capacidade de humanizar as pessoas, pois ao produzir conhecimento, utiliza as ferramentas mais humanas possíveis como: a razão e os sentimentos.

Nesta concepção de trabalho pedagógico, a teoria e a prática podem ser tratadas como categorias que se complementa na produção de conhecimento de uma pessoa, superando, desta forma, o pensamento hegemônico de que quem pratica, não pensa.

A aproximação entre a teoria e a prática é fundamental para o trabalho pedagógico. Ouve-se comumente nas escolas frases de desabafo proferidas pelos professores, tais como: **“Falar é fácil, quero ver fazer”** e **“Teoria é uma coisa e prática é outra coisa.”** Com esses poucos exemplos, percebe-se no trabalho dos professores a existência da dicotomia na relação entre teoria e prática. A forma como é expressa essa relação demonstra que há um abismo entre esses dois mundos criados pela ideologia dominante para alienar o trabalhador: o mundo teórico e o

mundo prático, isto é, um mundo feito por pessoas que pensam e outro pelos que executam.

Conceber que teoria é uma coisa e prática é outra, mas sem o abismo imposto entre as duas categorias, ou seja, admitir que elas se complementam, que são categorias distintas, mas que sozinhas não existem, é fundamental para garantir a intervenção social consciente dos professores na produção de conhecimento, como afirma Freire:

“A dialeticidade entre prática e teoria deve ser plenamente vivida nos contextos teóricos da formação de quadros. Essa idéia de que é possível formar uma educadora praticamente, ensinando-lhe como dizer – bom dia – a seus alunos, a como moldar a mão do educando no traçado de uma linha, sem nenhuma convivência séria com a teoria é tão cientificamente errada quanto a de fazer discursos, preleções teóricas, sem levar em consideração a realidade concreta, ora das professoras, ora das professoras e de seus alunos.” (Freire,2001,p.106-107)

A relação teoria e prática guarda sérias implicações políticas na condução do seu entendimento. Cria-se no imaginário humano o distanciamento entre as duas categorias, que leva à dominação, enquanto a aproximação entre elas proporciona consciência crítica e participação na construção da sociedade. O distanciamento entre teoria e prática é propositalmente mantido no ideário popular, pois é a garantia do domínio da classe dominante (cultos que teorizam) sobre a classe dominada (incultos que praticam a ação).

Há lutas sem trégüas que devem ser travadas para possibilitar a transformação da ação mecânica em ação pensada, e uma dessas lutas é superar no ideário popular o distanciamento intencional posto pela classe dominante na relação teoria e prática.

Entre outras formas de alienação, está aquela em que a mente do dominado hospeda o pensamento do dominador. O alienado aloja no íntimo do seu ser um pensamento acrítico do contexto social em que vive, e passa a ver e falar a partir dos olhos e com as palavras do dominador, excluindo a sua consciência da participação pensante no mundo. Desta forma, o distanciamento entre teoria e prática escraviza o homem: os “incultos” passam a acreditar que poucos pensam corretamente para muitos praticarem, sem questionamentos, tais pensamentos já pensados.

A relação teoria e prática no âmbito escolar tem as mesmas características do ideário comum da sociedade. Para o professor é normal cumprir o que foi pedagogicamente pensado por outras pessoas distantes do seu contexto social e escolar, e que visam interesses muito diferentes dos que possuem o professor e os estudantes. O estudante recebe do professor a mesma orientação que este recebeu de seus superiores, isto é, “por em prática” o pensado por alguém.

O distanciamento entre teoria e prática é um obstáculo que precisa ser vencido por toda sociedade e, neste caso, pelos atores envolvidos com a educação institucional. A vitória sobre essa falsa dicotomia significa a superação da ingenuidade política e o avanço para o estágio da criticidade que permitirá a intervenção na sociedade de forma incisiva e libertadora. É importante que os professores entendam que o distanciamento entre teoria e prática existe apenas por causa de uma intencionalidade política de manipulação e dominação.

É fundamental, para os objetivos da escola democrática e autônoma, que a formação político-pedagógica do professor vença a dicotomia imposta sobre a teoria e a prática. Se o professor se identificar como agente reflexivo de sua ação pedagógica, esta será ação pensada e não simples ação mecânica. À medida que a prática for

por ele pensada (teoria), ela poderá ser “(re)praticada” para melhor fazer o mundo, e refazê-lo enquanto profissional da educação, como sujeito e objeto da história.

Ao pensar (teoria) a sua ação, transformá-la em ação pensada (prática), a fim de fazê-la melhor, o homem está influenciando em seu presente e futuro. Como sujeito, ao pensar, e objeto, ao realizar a sua própria história e da coletividade, o homem está dando sustentação à transformação social, pois florescerá no seio da sociedade das classes menos favorecidas a rebeldia ao estado de indigência e exploração em que vivem. Há uma grande maioria interdita de pensar que por isso, se adapta à indigência, e uma minoria que pensa e se faz, ilicitamente, privilegiada.

A aproximação entre teoria e prática deve ser realçada na formação político-pedagógica que visa o desenvolvimento crítico do professor. Neste caso, a articulação entre elas possibilita a reflexão crítica sobre a prática. Essa consciência de que, além de fazer a pessoa tem a capacidade de pensar o que faz, e pensando criticamente a prática pode melhorar a próxima prática, torna o ser humano menos ingênuo politicamente e lhe dá ferramentas para manifestar sua sã rebeldia.

A travessia do pensar ingênuo para o crítico dá ao homem a liberdade para decidir os rumos da sua vida e da coletividade. Capacita-o a dizer criticamente **NÃO** às imposições sociais que geram a desigualdade. Isso é o princípio da transformação social. A escola pública, um segmento social que arregimenta uma grande população, tem muito a contribuir nesse processo transformador, desde que o projeto político-pedagógico e a formação político-pedagógica do professor estejam voltados para a reflexão crítica sobre a prática.

“(…) A prática docente crítica, implicante do pensar certo<sup>9</sup> envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito.

---

<sup>9</sup> O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensamento certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica de FAÇA O QUE MANDO E NÃO O QUE EU FAÇO. (nota de Freire, 2002 p. 43)

Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura. Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias que professores iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador(...) O de que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tomando crítica. Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu "distanciamento" epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela "aproximá-lo ao máximo". (Freire,2002,p.43-44)

A aproximação entre teoria e prática é essencial para a libertação humana. Essa aproximação é revolucionária, pois propõe que cada um pense e tome em suas mãos o interesse coletivo por uma sociedade mais justa. A superação da dicotomia entre teoria e prática por parte do professor, estudante, agricultor, desempregado, aposentado e analfabeto é fundamental para acelerar o processo de transformação social. A classe dominante, que pensa quase tudo por nós, não vai pensar na transformação social. Esta terá que ser pensada a partir dos explorados e para isso a consciência de que quem pratica também pode e deve pensar o que pratica, é fundamental. Penso, logo pratico, e praticando repenso, e repensando pratico melhor as ações, que, feitas e pelo bem comum, estarão colaborando na construção de uma sociedade capaz de resguardar a todos o direito pleno à cidadania.

### **2.4.1 Descritores da categoria Trabalho**

- Tipo de relação entre teoria e prática
- Relação entre trabalho e humanização

## **CAPÍTULO III - O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS**

Este capítulo fará referências aos conteúdos dos documentos produzidos pela APEOESP no período de 2000 a 2004, que constituíram as fontes de dados da presente pesquisa ( capítulo I ). Estes documentos serão examinados segundo as categorias e descritores citados no capítulo II.

### **3.1 Estatuto da APEOESP<sup>10</sup>**

É o documento sindical que reúne a prática e a organização da APEOESP. O estatuto pode ser alterado apenas nos Congressos Estaduais da entidade por votações precedidas de debates.

#### **3.1.1 Categoria: Projeto Político Pedagógico**

No artigo 1º do estatuto a APEOESP se declara uma entidade sem discriminação de raça, credo religioso, gênero, convicção política ou ideológica. Esses princípios acenam para um projeto de gestão que permite as diferenças culturais e políticas no interior da entidade. No artigo 3º a entidade se reconhece como democrática e essa opção é justificada pela criação e organização das subseções, dos Conselhos Estadual e Regionais de Representantes, e pela convocação de Assembléias Gerais e Congressos Estaduais da entidade.

Os artigos 12º e 14º também explicitam que a opção de gestão da APEOESP é pela democracia. Esses artigos garantem aos associados votarem; serem votados; requererem a convocação da assembléia geral; proporem a revogação de mandatos;

---

<sup>10</sup> Ver anexo II

solicitarem exames de livros de atas e contábil; e usarem todos os serviços da APEOESP.

Além desses direitos, todos os professores têm vez e voz na reunião de representantes de escola e liberdade de escolher por meio do voto os representantes da APEOESP na sua unidade escolar. Isto significa que os representantes de escolas, que votam nas reuniões de REs, são escolhidos democraticamente pela base da categoria.

Quanto ao tipo de gestão, o capítulo III, parágrafo 4º e alíneas a,b,c, garantem à base da categoria o direito de instalar a Reunião de Representantes desde que solicitada por 10% do número de votantes nas últimas eleições da APEOESP ou por 30% dos representantes de escola. A base da categoria tem também o direito de convocar Assembléia Geral dos associados desde que solicitada por 5% dos filiados ou pelo Conselho Estadual de Representantes. Este conselho, por sua vez, pode instalar a Reunião Extraordinária desde que solicitada por 1/3 dos seus integrantes.

O estatuto garante que a Assembléia Regional (formada pelos associados da cidade e região de abrangência da subsede) tem poder para destituir a Executiva local quando essa Assembléia tiver quorum de 10% do número dos associados vinculados à subsede. O artigo 63 assegura que a Assembléia Geral pode destituir a diretoria, no todo ou em parte, desde que convocada pelo Conselho Estadual de Representantes ou por 10% do número dos associados e com quorum semelhante. O parágrafo único do artigo 65 declara que o Conselho Estadual de Representantes pode destituir a diretoria, no todo ou em sua parte, conforme votação da Assembléia Geral, caso o presidente da entidade se recuse cumprir determinação da Assembléia Geral.

A APEOESP, a partir de 2002, deixou de ter eleições majoritárias e adotou a proporcionalidade na composição dos cargos na entidade. Assim definido:

“A Diretoria Estadual Colegiada será composta pelo critério da proporcionalidade, de acordo com os votos obtidos por cada chapa na eleição, atendidas as seguintes condições:

- a) Será composta, quando houver duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem, no mínimo , 20% dos votos.
- b) Será composta, quando houver mais do que duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem , no mínimo, 10% dos votos.
- c) Contará com a participação de chapas minoritárias, quando houver mais de duas chapas, somente se a soma dos votos das chapas minoritárias atingir, no mínimo 20% do total de votos.

§ 3º A razão de proporcionalidade de que cuida este artigo será apurada dividindo-se o número de votos obtidos pelas chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada pelo número total de votos válidos, multiplicando-se esse quociente por 100(cem).

§ 4º Definidas as chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada e a razão de proporcionalidade, estas passarão a escolher os cargos da Diretoria Executiva que desejam ocupar, da seguinte forma:

- a) a chapa com o maior número de votos escolherá 1/3 (um terço) dos cargos a que se faz jus, e assim sucessivamente, até que todas as chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada, pela ordem decrescente de número de votos obtidos, procedam da mesma maneira.
- b) Após a operação descrita na alínea anterior, nova operação idêntica será efetivada e assim sucessivamente até que todos os cargos da Diretoria Executiva sejam preenchidos.” (artigo 26, §1º alíneas a,b,c, §3º,4º e alíneas a,b. do estatuto da APEOESP).

Esse tipo de composição proporcional da Diretoria Estadual Colegiada possibilitou que na última eleição para presidência da APEOESP (2002 a 2005) o presidente da entidade Professor Carlos Ramiro de Castro, da tendência política Articulação Sindical – ARTSIND, tivesse como seu vice o Professor Edgar Fernandes Neto, da tendência política OPOSIÇÃO ALTERNATIVA. Essas composições mistas possíveis pela eleição proporcional também ocorrem nas diversas secretarias da entidade o que possibilita o avanço do projeto político-pedagógico da APEOESP para uma gestão democrática.

O artigo 47 do estatuto da APEOESP, que regulamenta as eleições da entidade, garante que a escolha dos candidatos aos diversos cargos do sindicato seja por meio do voto de todos os sócios. Esse mesmo artigo reza que pelos menos onze dos componentes da chapa (120 membros) sejam de cidades do interior do Estado e cada chapa reserve, obrigatoriamente, uma cota mínima de 30% de seus membros para cada gênero. Essas regulamentações do pleito eleitoral da APEOESP demonstram a intenção da entidade em se construir num regime participativo e democrático.

Outro dado relevante, que configura o projeto político-pedagógico da APEOESP, é o grau de autonomia que a entidade possui em relação a outros segmentos da sociedade e aos seus filiados.

A autonomia e a gestão definem o tipo de projeto político pedagógico de uma entidade, seja ela educacional ou sindical. E o estatuto da APEOESP, em vários artigos, demonstra o grau de autonomia, isto é, direito da maioria para decidir os rumos do sindicato seja no aspecto ideológico, político ou financeiro. A autonomia complementa a gestão: se a gestão é democrática e garante a participação de todos, a autonomia possibilita que todos juntos decidam por vontade da maioria os rumos a serem trilhados pelo sindicato.

O artigo 3º, aponta que a APEOESP é independente e autônoma face às organizações e partidos políticos, organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado. A APEOESP se sustenta não pelo imposto sindical, mas pelo desconto das mensalidades em folha de pagamento, que permite-lhe ter postura de entidade financeiramente autônoma. A contribuição ao sindicato é obrigatória apenas aos filiados.

A autonomia financeira também ocorre nas subsedes da entidade. Cada subsede recebe um reforço de caixa da sede central de 14% sobre o valor bruto arrecadado dos associados vinculados a ela. O acesso e a responsabilidade por esses recursos financeiros se dá após aprovação da Executiva local. A subsede também tem a autonomia de arrecadar recursos por meio de festas, shows, bônus e outras formas.

A autonomia sindical também ocorre do associado em relação à entidade e pode ser constatada no direito do filiado em solicitar reuniões, destituir Executivas de subsedes e Diretoria Estadual e convocar Assembléia Geral à revelia do presidente, desde que assegurada a porcentagem estipulada pelo Estatuto.

A Assembléia Geral é importante instrumento para legitimar a autonomia da categoria. Nela ocorrem grandes decisões, a exemplo da deflagração de greve, que é decidida pela maioria simples dos professores presentes.

Outro momento importante em que a gestão democrática se articula com a autonomia é durante os Congressos Estaduais da entidade.

O Congresso Estadual da APEOESP é

“A instância máxima de deliberação da entidade APEOESP – Sindicato Estadual e será realizado anualmente, exceto nos anos em que houver eleições para a composição da Diretoria Estadual Colegiada, para avaliar a situação da entidade, deliberar sobre metas e linhas de ação para o período seguinte, promover, se for o caso, alterações no presente Estatuto e com o objetivo de fixar as diretrizes da entidade no campo educacional e cultural e outros eventos temáticos (seminários, encontros, simpósios) a serem definidos pelo Conselho Estadual de Representantes”. ( artigo 23 – Estatuto da APEOESP).

O Congresso é convocado pelo presidente e organizado pelos professores eleitos para o Conselho Estadual, que escolhe os temas, as dinâmicas, regimentos e critérios. Dele participa qualquer professor filiado ao sindicato, primeiro escolhido como pré-delegado por dez associados em sua escola e depois referendado no Encontro Regional de Educação por meio do voto como delegado ao Congresso.

O Congresso Estadual da APEOESP guarda as peculiaridades de uma gestão participativa e garante a autonomia ao delegado de votar ou abster-se durante as discussões e votações de emendas estatutárias.

A Diretoria Colegiada da APEOESP, conforme o artigo 24 do estatuto, é constituída por 120 membros sendo que 27 integram a Diretoria Executiva e detêm os cargos de presidente e vice-presidente da entidade, que são responsáveis pelo funcionamento das treze secretarias que atendem às necessidades dos associados previstas em estatuto.

O fato da entidade possuir várias secretarias para os mais diversos assuntos, inclusive um amplo departamento jurídico com mais de cinquenta advogados, torna fundamental sua autonomia para encaminhar as necessidades sindicais da categoria.

O artigo 45 do estatuto também declara a autonomia dos associados nas subsedes, pois garante aos conselheiros regionais, eleitos pelos professores da cidade e região que formam a Executiva local, escolherem o Coordenador, Secretário e Tesoureiro da subsede por um período de 18 meses até as próximas eleições. Esse artigo prevê também que as subsedes tenham um regimento interno.

Em parágrafo único do artigo 55, a Executiva da subsede é reconhecida como órgão de direção local da entidade e tem autonomia para desenvolver os trabalhos sindicais em sua abrangência.

O estatuto da APEOESP é documento que revela um sindicato embasado numa gestão democrática e que garante bom grau de autonomia tanto da entidade em relação a outros segmentos sociais, quanto do associado em relação à entidade.

Quanto à opção política, que também é um referencial no projeto político pedagógico, pode ser observada na APEOESP por meio das suas finalidades descritas no artigo 2º do estatuto:

“A entidade APEOESP - Sindicato Estadual” propõe-se organizar e representar os docentes e especialistas em educação das redes públicas oficiais do Estado de São Paulo e tem por finalidade:

- a) defender os interesses e direitos, individuais e coletivos, da categoria profissional que representa, inclusive nas instâncias judiciais e administrativas competentes;

- b) desenvolver e organizar encaminhamentos conjuntos visando à unidade e à unificação de todas as entidades representativas dos trabalhadores em Educação, no âmbito do Ensino Público;
- c) lutar, juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular pelo ensino público e gratuito, em todos os níveis;
- d) manter intercâmbio e convênios com organizações de caráter sindical, educacional ou cultural, nacional e estrangeiras, sobre assuntos de interesse da categoria;
- e) lutar, ao lado de outros trabalhadores, por liberdade de organização, manifestação e expressão para todos os trabalhadores.” (alíneas a,b,c,d,e)

O Projeto Político Pedagógico da APEOESP, por meio do estatuto, revela que o sindicato faz a sua opção política por uma gestão democrática e autônoma, opção essa com ligação direta com o trabalho pedagógico do professor, exceto quando defende, no seu artigo 2º, a melhoria do ensino, e no artigo 24 reconhece na entidade a existência das Secretarias de Assuntos Educacionais e de Formação.

A influência da opção política da APEOESP na educação, revelada no Estatuto, pode ocorrer por meio de enfrentamento à política educacional do Governo do Estado descrito no plano de luta da entidade ou por meio de atividades pedagógicas realizadas pelas secretarias sindicais destinadas a esse fim.

### **3.1.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica**

O Estatuto da APEOESP não é claro quanto ao tipo de formação que pretende oferecer aos professores.

A entidade assume na alínea D do artigo 2º a necessidade de manter intercâmbios e convênios com organizações de caráter sindical, educacional ou cultural sobre assuntos de interesses da categoria, e no artigo 24, reconhece as Secretarias de Formação e Assuntos Educacionais como necessárias aos professores.

O tipo de formação que a APEOESP oferece aos professores não está explícito no estatuto. Ele apenas revela o seu compromisso com essa “formação”. O texto é subjetivo e cabe ao associado ler e interpretar qual é a opção de formação do sindicato.

Se não aparece de forma explícita a opção de formação no estatuto, menos ainda esse documento trará a correlação entre trabalho pedagógico e trabalho político, que também é uma característica importante de formação.

Quanto ao compromisso político às questões educacionais, o estatuto declara no artigo 2º que sua luta junto com outros setores da Educação é pela melhoria do ensino, em particular, pelo ensino público e gratuito. Porém, o Estatuto não faz e talvez nem deva fazer referências sobre compromisso político da entidade às questões educacionais vividas pelo professor no seu trabalho pedagógico.

A prática da APEOESP no funcionamento das instâncias deliberativas pode contribuir com a formação político-pedagógica do professor, porém não está evidente no estatuto da entidade essa perspectiva, ficando apenas na subjetividade dos envolvidos com o trabalho do sindicato.

### **3.1.3 Categoria : Trabalho**

O trabalho da APEOESP demonstra que na vida da entidade há momentos para reflexão da sua própria prática, como durante as greves, por exemplo. E há momentos para reescrever a sua teoria como acontece nos Congressos Estaduais, prática sindical adotada para “avaliar a situação da entidade, deliberar sobre metas e linhas de ação para o período seguinte, promover, se for o caso, alterações no presente Estatuto e com o objetivo de fixar as diretrizes da entidade no campo educacional e cultural e outros eventos temáticos” (artigo 23 – Estatuto da APEOESP).

O estatuto é um documento, uma fonte teórica e tem a função de regulamentar a prática da APEOESP, isto é, todas ações da Diretoria Colegiada, do Conselho Estadual de Representantes, das Executivas de subsedes são norteadas por ele.

Nas alíneas a,b,c,d,e do artigo 2º são descritas as finalidades da APEOESP e todas elas são sugestões de práticas que defendem os associados em seus direitos e possibilitam também práticas de formação.

Conforme descrito em todo estatuto, a APEOESP propõe que tanto a prática do seu cotidiano como a prática do associado sejam democráticas. Dessa forma, observa-se que há relação entre teoria e prática no trabalho da APEOESP. Haja vista um documento como o Estatuto, que traduz uma gestão democrática e que guarda relevante grau de autonomia, a APEOESP apresenta instâncias deliberativas e procedimentos sindicais caracterizados pela democracia e autonomia.

Para exemplificar tal fato, a APEOESP realiza congressos estaduais, assembléias gerais, assembléias regionais, amplia o número de subsedes, elege conselhos estaduais de representantes, diretoria estadual e representantes de escolas para que a participação exigida teoricamente no estatuto cumpra-se na prática da entidade.

Quanto à concepção do trabalho como forma de humanização, não há no estatuto da APEOESP qualquer artigo que garanta que o projeto político pedagógico da entidade assegure ao associado a sua humanização no processo sindical. A ponte entre trabalho democrático e autônomo da APEOESP com o grau de humanização do filiado permeia apenas na subjetividade de cada professor que participa do processo sindical.

Deve ser ressaltada no artigo 8º § 1 do Estatuto da APEOESP a seguinte definição:

“ São dependentes dos associados, para fins de benefícios sociais e assistenciais oferecidos pela entidade, o cônjuge ou companheiro(a), independentemente de diversidade sexual, os pais e filhos menores e os demais dependentes legais.”

Esta redação exprime que o trabalho da APEOESP tem a intenção de superar a cultura social discriminatória em relação aos homossexuais, possibilitando-lhes tratamento equânime no interior da entidade. A mesma intenção de superar as discriminações em relação a grupos sociais se lê no capítulo 47 § 4º:

“Cada chapa deverá reservar, obrigatoriamente, uma cota mínima de 30% de seus membros para cada gênero, proporção essa que será necessariamente observada por ocasião da composição da Diretoria Estadual Colegiada.”

A leitura e análise do estatuto permite dizer em linhas gerais que a APEOESP tem um projeto político pedagógico democrático e autônomo com opção política voltada para a defesa do professor e para melhoria do ensino público. O estatuto não explicita o tipo de formação que a entidade defende para o professor, porém, por meio da criação de Secretarias de Assuntos Educacionais e Formação ela reconhece a necessidade de formação pedagógica de seus associados.

A APEOESP, por meio do estatuto, demonstra que seu trabalho sindical visa a aproximação entre teoria e prática, e alguns de seus artigos defendem práticas que visam a humanização de grupos discriminados socialmente como os dos homossexuais e das mulheres.

O tipo de projeto político pedagógico encontrado no estatuto da APEOESP é um exemplo de gestão democrática e autônoma que pode ser seguido pelas escolas públicas do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. A aproximação feita nesse documento entre teoria e prática poderá ser adotada pela Secretaria Estadual de Educação com vistas à emancipação das pessoas e fortalecimento da democracia no ambiente escolar.

### **3.2 Teses dos Congressos Estaduais da APEOESP**

Para os Congressos Estaduais da APEOESP são produzidos documentos que têm por finalidade manter ou alterar o alinhamento político-ideológico da entidade.

Esses documentos chamados de Teses são produzidos por professores da base e também por docentes que desempenham atividades sindicais.

Nos XVII e XVIII congressos da APEOESP foram apresentados dez teses em cada congresso e nos dois últimos congressos (XIX e XX) a contribuição teórica foi de onze teses em cada evento.

O regimento que regulamenta o congresso determina que uma, entre todas teses apresentadas para cada congresso, seja escolhida por meio do voto dos delegados como a tese-guia do encontro. Portanto, durante todo o Congresso Estadual da APEOESP, os delegados debatem e votam pela manutenção ou alteração do estatuto e do alinhamento político da entidade tendo como referência o texto da tese-guia. As teses restantes tentam, por meio do voto dos delegados presentes no congresso, fazer alterações na tese-guia de acordo com as respectivas propostas.

Nos quatro últimos congressos da APEOESP a tese votada para ser a guia foi a proposta escrita por professores que compõem a corrente política chamada de Articulação Sindical (ARTSIND) que tem conseguido eleger o presidente da APEOESP e vários líderes de importantes secretarias da entidade, visto que é a corrente majoritária.

A tese-guia, no XVII congresso, trouxe o tema “Unidade da categoria em defesa da escola pública, do emprego e do salário” e nos XVIII, XIX e XX congressos, a tese-guia apresentou o mesmo tema: “Unidade da categoria em defesa da educação, dos serviços públicos, do emprego e do salário.”

Os itens que compõem uma tese são: Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Política Sindical, Política Educacional e Plano de lutas.

Para esta pesquisa serão realçados os conteúdos apresentados nas teses-guia dos quatro últimos Congressos Estaduais da APEOESP.

As teses são reflexões sobre a prática da APEOESP a partir dos contextos mundial, nacional e local, e revela o tipo de sociedade e o projeto político-pedagógico que seu alinhamento ideológico defende para as escolas públicas estaduais e para a educação do Brasil.

Isto significa que as teses e os congressos da APEOESP são mais que um olhar para si mesmos, são eventos que acenam com propostas para melhoria da sociedade e do sistema educacional público do Estado e do País.

### **3.2.1 Categoria: Projeto Político Pedagógico**

Nas introduções do XVIII e XIX congressos, a APEOESP se declarou democrática. Seu projeto se assentou numa gestão participativa que rejeitou o pensamento único, as idéias fragmentadas, e conclamou as diferentes correntes de pensamento presentes na entidade, a se unirem por um objetivo comum que é a luta pela melhoria da escola pública, em defesa dos direitos dos professores e demais profissionais da educação. Para a APEOESP o processo democrático deve garantir essa unificação.

A proporcionalidade na composição da Diretoria Colegiada da APEOESP, objeto de gestão democrática, é apresentada no texto da tese-guia do XIX congresso como um processo positivo cujos pontos favoráveis são:

“ a inegável melhoria da interlocução entre a base e a Diretoria(...) a existência de diferentes posições da Diretoria agregou valor ao debate e, propiciou melhor qualidade nas decisões, pois ela reflete a contribuição e a experiência de todos”. (Caderno de Teses do XIX Congresso Estadual da APEOESP,2003, p.4)

No texto sobre análise de conjuntura internacional, a APEOESP deixou claro que não aprova a política internacional adotada pelos EUA no Iraque e nos países periféricos como o Brasil, se declarou a favor de uma outra sociedade menos excludente que garantisse o direito à cidadania numa gestão participativa e autônoma.

“O eixo mobilizador dos movimentos sociais, questionando o modelo vigente, é a luta por mais qualidade de vida, entendida como o conjunto de condições que permitem ao ser humano viver com dignidade e possibilidades de crescimento social, econômico, cultural, intelectual enfim, em todas dimensões da cidadania.

Rejeitamos o significado reducionista da construção da cidadania como preparação do indivíduo para ser trabalhador(...) a cidadania se materializa tanto na esfera da produção dos bens materiais e espirituais pela sociedade, como na possibilidade de usufruir desses bens. Compreende, também, o controle e a direção da sociedade; não só o ato de escolher, de eleger, mas também de controlar quem dirige. E, mais que isso, envolve a capacidade e a possibilidade de ser dirigente". (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001, p.1)

Dessa forma a APEOESP opinou sobre qual a sua concepção de cidadania e gestão de sociedade que defende, aliás opinião coerente com a teoria de seu estatuto. Assim posiciona-se politicamente a partir da conjuntura internacional e acredita que um mundo melhor é possível.

"O modelo hegemônico demonstra a cada momento suas contradições e fragilidades, ao mesmo tempo em que progridem as articulações internacionais dos trabalhadores e demais setores que se opõem a este modelo e lutam por uma nova configuração política, econômica e social em nível mundial." (caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001, p.5)

Na conjuntura nacional, é muito explícita a opção política da APEOESP com base no seu projeto político-pedagógico quando se declara contrária à política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso.

"O resultado da aplicação da política neoliberal no país tem sido devastador. A miséria atinge cada vez mais brasileiros que, excluídos do mercado de trabalho e sem assistência social por parte do governo, vivem amontoados em condições precárias, correndo o risco de perder a vida nos já comuns incêndios que têm atingido as favelas". (Caderno de Teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP, 2000, p.5)

A APEOESP continuou colocando-se contra às políticas do PSDB, partido do Presidente da República e do Governo do Estado de São Paulo no ano de 2000 e declarou que a greve do magistério ocorrida em maio/junho de 2000 ajudou a derrotar

o PSDB nas eleições do mesmo ano para os cargos de prefeitos e para o legislativo municipal, estadual e federal.

Na tese-guia do XVIII congresso, a entidade continuou sua oposição ao Governo de Fernando Henrique Cardoso e explicitou a sua opção política por um governo federal diferente do atual:

“Juntamente com os demais setores sociais, a Educação pública tem sido penalizada por leis e medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal, que retiram recursos do setor educacional e contribuem para a fragmentação dos sistemas de ensino, reduzindo sua qualidade e retirando direitos de alunos, professores e funcionários da Educação”. (Caderno de Teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP,2001, p.5)

A APEOESP além de ser contrária ao Governo Fernando Henrique Cardoso, conclamou às forças progressistas elegerem nas próximas eleições presidenciais, um representante dessas forças e sugeriu que a ideologia desse suposto novo governo fosse embasada num projeto democrático.

“O maior desafio das forças progressistas é construir um bloco de forças contra a minoria dominante, capaz de articular políticas que representem as maiorias, abrindo campo para uma candidatura presidencial que possa levar o país a um novo governo e uma nova maioria parlamentar. Esse bloco das maiorias deve sustentar as grandes mudanças históricas de que o Brasil necessita, com base em um programa democrático e popular(...)” (Caderno de Teses do XVIII do Congresso Estadual da APEOESP,2001,p. 6)

Nesse mesmo texto, continua defendendo posição contrária ao individualismo social e sugere a criação de mecanismos que coloquem a participação coletiva como centro da sociedade brasileira e mundial.

No XIX congresso da APEOESP ocorrido em 2003, ( primeiro congresso após a vitória do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República), o sindicato mudou de postura em relação às críticas ao governo federal embora continue se posicionando politicamente, porém a favor do atual Governo.

“(...) Mas foi no Brasil, apoiado pela grande maioria dos movimentos sociais e populares e pela própria CUT, que esse processo marcou de fato uma real alternância de poder. A eleição de Lula desperta no nosso continente, e no mundo em geral, enormes expectativas sobre a construção de um projeto verdadeiramente alternativo e permanente”. ( Caderno de teses do XIX Congresso Estadual da APEOESP,2003, p.8)

Apesar do XIX congresso ter ocorrido onze meses após a vitória de Lula à presidência do Brasil, a APEOESP continuou sua postura de defesa do Governo, mas pareceu evidenciar as dificuldades de governabilidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em virtude das condições em que ele se elegeu.

“Essa correlação de forças explica a necessidade do governo ampliar o seu arco de alianças, buscando o apoio de centro-esquerda e criando condições de governabilidade. O programa de governo e as alianças do primeiro e do segundo turno já apontavam e reconheciam essa necessidade. Os eleitores votaram nesse programa, com essas alianças, com objetivos e limites claros, apostando numa transição segura, pactuada, mas que fosse capaz de mudar o País”. ( Caderno de Teses do XIX Congresso Estadual da APEOESP,2003 p.10)

O XX congresso da APEOESP ocorreu na metade do Governo Lula (2004) e a APEOESP continuou fiel aos princípios de sua opção política embasada em seu projeto político-pedagógico, porém, reconhecendo as dificuldades de governabilidade e depositando essas dificuldades à herança de governo deixada pelas administrações anteriores.

“O atual governo federal assumiu um país em que o dólar rondava a marca dos R\$4,00, com a inflação anual em torno de 40% um risco ao Brasil que chegou a atingir os 2.400 pontos-base em setembro de 2002 e levou os títulos da dívida brasileira a seguidos recordes negativos.

O quadro de crise, herança de 2002, e as medidas adotadas pelo governo para contê-la, cobraram seu preço no crescimento econômico e no emprego em 2003(...) houve um agravamento dos índices de desemprego, o que intensificou o debate sobre a necessidade de promover mudanças na política

econômica do governo.”(Caderno de teses do XX congresso Estadual da APEOESP,2004 p.6)

Textos como este, sobre análise de conjuntura, são importantes porque definem os atores sociais excluídos e quem são os grupos excludentes. A partir do entendimento do contexto social em que vivem, sabendo as armas que possuem e conhecendo as forças sociais em jogo, os aliados de seus direitos podem construir a superação das injustiças sociais.

Por meio desses textos de conjunturas internacional e nacional, a APEOESP defende uma sociedade com viés ideológico coerente com o seu projeto político-pedagógico que é teoricamente democrático, autônomo e engajado politicamente. Observa-se que esses textos priorizam o debate político e a inserção das pessoas na correlação de forças sociais, não fazendo menção a aspectos pedagógicos.

A tese-guia também apresenta um item denominado Política Educacional. Nesse texto a APEOESP expôs suas concepções de educação, gestão e autonomia do ensino público, sugerindo características do projeto político-pedagógico, obviamente, a partir da sua concepção de educação e sociedade.

“A elaboração do projeto político-pedagógico da escola exige construção coletiva para que se garanta ao mesmo tempo, uma Educação Básica de qualidade, que assegure continuidade e forneça meios para integração ao mundo do trabalho produtivo.” (caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP,2000 p.8)

Sobre a autonomia da escola pública, a tese-guia defendeu que

“Não há como, em uma sociedade plural, econômica, geográfica e culturalmente diferenciada, construir soluções únicas, totalizantes, conclusivas, aplicáveis a todas as realidades, havendo que reconhecer a competência das instâncias regional, local e escolar no processo de construção do projeto político-pedagógico a partir dos princípios gerais definidos pela discussão coletiva.

Esta dimensão não tem sido respeitada pelo Governo(Estadual) que, extrapolando suas atribuições com relação às diretrizes, e desrespeitando a história, as condições concretas e a autonomia da escola, tem determinado inclusive os modelos pedagógicos a serem seguidos, sem ampla discussão(...)." (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP,2000, p. 8)

E no texto de Política Educacional do XVIII Congresso a tese-guia fez também a defesa da autonomia. Neste caso, do professor em relação ao projeto educacional.

"Nós professores, assumimos a responsabilidade social de educar e não delegamos ao "mercado" e nem aos tecnocratas dos gabinetes educacionais que produzem "receitas", o poder de definir o nosso projeto educacional. E principalmente não avalizaremos que o Estado se desresponsabilize da obrigação de assegurar as condições para uma escola pública de qualidade para todos." (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001, p. 7)

Em relação ao Governo do Estado de São Paulo, a APEOESP criticou a ausência da efetiva participação no processo educacional da comunidade e dos professores. A Secretaria Estadual de Educação alegou ter um conjunto de ações nessa direção, mas para o sindicato, uma política de estímulo à qualidade e participação no ensino padece de vários problemas.

"O primeiro deles é a ausência de interlocução com os envolvidos na Educação à participação destes, embora o discurso oficial traga um forte apelo à autonomia da escola e à participação dos professores. Mas na prática, continua a separação entre os atores e os que tomam as decisões. (...) Assim, a política vigente impede o desenvolvimento de uma nova profissionalidade docente, caracterizada pela autonomia, dificultando que os professores tomem para si a produção dos saberes e das diretrizes próprias da Educação.(...) Outro problema(...) esconde-se o projeto de reforma que orienta esse conjunto de mudanças e impede-se que os professores e a comunidade discutam seus objetivos, diretrizes e, principalmente, que dele se apropriem e busquem as adequações necessárias frente à realidade de cada escola(...)" (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP,2001 p. 8)

Por conta disso, a tese-guia vai fazendo um paralelo entre o projeto da Secretaria Estadual de Educação e o projeto político-pedagógico da APEOESP para as escolas públicas estaduais.

“A APEOESP defende que a elaboração realmente coletiva do projeto político-pedagógico, no âmbito do Conselho de Escola, é o caminho para a organização e articulação do trabalho na escola. É nesse processo, com a contribuição de todos que compõem a escola, que ganha sentido diagnosticar a realidade, planejar, tomar decisões, estabelecer horizontes, definir objetivos e escolher formas de ação para alcançá-los.(...) Sempre defendemos o Conselho de Escola como espaço de gestão democrática e de definição das propostas político-pedagógicas que devem orientar o seu trabalho. (...) Esse espaço institucional é vital para a democracia escolar e não pode ficar restrito a uma dinâmica formal.” (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP,2001, p.10 e 11)

### **3.2.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica**

Os textos de conjuntura internacional e nacional têm a finalidade de esclarecer aos professores quais são os elementos que compõem a teia de relações sociais e quais os papéis desses elementos para que se tenha plena compreensão do quadro político-econômico e social do Estado de São Paulo, do Brasil e do mundo.

A APEOESP indiretamente propõe, por meio das análises de conjuntura que o professor perceba o seu envolvimento enquanto profissional da Educação com as questões políticas locais e globais. A entidade entendeu que o professor deva ter um papel pedagógico, social com compromisso político.

“O professor, portanto, dispõe de grande influência sobre a formação de seus alunos, que se dá naturalmente(...) o processo de ensino-aprendizagem não é, de forma alguma, “neutro”. Ao transmitir os conhecimentos (...) o professor estabelece relações entre esses conteúdos e a realidade que o cerca, manifestando valores e pontos de vista sobre a sociedade, a moral vigente, as tradições, os costumes, a política, a cultura e toda uma série de elementos da vida social que ajudam a formar a personalidade das crianças e jovens sob sua responsabilidade. Não necessitamos ser lideranças políticas para cumprirmos um papel social da maior relevância e que tem tudo a ver com o nosso papel de educadores(...) comprometidos com a Escola Pública e com um futuro melhor para milhões de crianças(...)” (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP, 2000, p.15 e 16)

No texto sobre política Educacional do XVII Congresso, a APEOESP criticou a política educacional dos Governos Federal e Estadual que proporcionou: falta de investimento público no ensino superior; privatização alarmante do ensino superior e também em outros graus de ensino; permanência da ideologia que defende a escolaridade básica para a maioria da população e escolaridade superior para a minoria do povo, ficando o trabalho disciplinado e metódico, que o conhecimento exige, postergado para outro nível mais elitizado, o da pós-graduação, por exemplo.

Neste texto se destaca a seguinte crítica da APEOESP à formação de professores:

“A política do governo para a Educação tem profundos reflexos na Formação de Professores. Estas políticas de formação descaracterizam o professor como cientista e pesquisador da Educação, funções a serem exercidas apenas por aqueles que vão atuar no Ensino Superior. À grande maioria, compete a função de divulgação de conhecimentos em níveis diferenciados, para o que se propõe uma qualificação também diferenciada, e tão mais aligeirada e menos especializada quanto mais se destine às classes subalternas, objeto “natural “ de exclusão, para o que não se justificam longos e caros investimentos.” (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP, p. 8)

Com esta crítica é possível conhecer que o tipo de formação que a APEOESP defende para os professores deve contemplar o processo pedagógico de reflexão-ação-reflexão, isto é, o investigar e pensar sobre o quê e como se ensina, e não simplesmente a transferência de informações pré-elaboradas. Haja vista que a atuação dos professores nos dias atuais, pelo contexto social em que vivemos, vai além do conteúdo específico da disciplina ministrada, e para isso não há formação, como apontou a tese-guia do XVIII Congresso da entidade.

“O mundo pós-moderno é rápido(...) e está colocando problemas e desafios aos sistemas escolares e aos professores.(...) a escola já não tem mais clareza a respeito dos objetivos e dos valores com os quais deve trabalhar(...) os professores passaram a ser apontados como responsáveis pelas deficiências presentes na escola. Ao mesmo tempo verificamos uma diminuição das responsabilidades educativas da família, e um simultâneo aumento das exigências com relação ao professor, que além de ensinar a disciplina sob sua responsabilidade, deve ser facilitador da aprendizagem, organizador de atividades coletivas, orientador psicológico, social e sexual, além de dar atenção especial aos alunos com necessidades especiais, integrados na sala de aula. E para fazer tudo isso o professor continua tendo a mesma formação, que não lhe oferece preparo para enfrentar situações conflituosas”. (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP)

A APEOESP afirma que as políticas de reforma do Estado no campo da Educação têm trazido mais desvantagens aos professores e reconhece a necessidade e a importância de enfrentar tais mudanças. Uma dessas formas de enfrentamento é uma formação que o faça entender a atuação adequada no magistério, que não pode ser neutra politicamente e exige compromisso político com as questões educacionais.

“No Estado de São Paulo as políticas de reforma no campo da Educação vêm se materializando com o fechamento de escolas, a eliminação de postos de trabalho, a superlotação das classes e a demissão de professores. Isso requer uma postura de enfrentamento(...) mas também requer um investimento na direção de redefinir como desenvolver o nosso trabalho. Portanto, a APEOESP toma como parte de suas atribuições as questões relativas à qualificação/formação profissional, combinando-as com as questões relativas

às condições de trabalho e de salário.” (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001, p. 8)

Nesse mesmo Congresso, a APEOESP explicitou que diante das atuais mudanças e avanços que a sociedade tem vivenciado, exigindo dos atores sociais o uso correto da língua; o acesso e domínio das novas tecnologias, o domínio do conhecimento científico e humanístico fundamental no campo relacional e a capacidade dos jovens se conhecerem e agirem respeitando os princípios da democracia e da solidariedade, é preciso uma formação adequada do professor. Conclui apontando como deve ser essa formação.

“Tornar esse projeto realidade exige um conjunto estruturado de medidas que conduzam a uma melhoria das condições de trabalho nas escolas, inseparável de uma política de financiamento da educação pública; passa por uma transformação da gestão da escola e das práticas escolares, assumindo claramente a perspectiva democrática; requer a implementação de uma política de formação profissional continuada, centrada nas escolas e compromisso ético na formulação de propostas de mudanças educacionais realmente empenhadas em melhorar o fazer pedagógico dos profissionais da escola”. (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001 p.9)

Consta ainda da tese-guia no texto sobre política educacional, a declaração de que é fundamental a adequação da formação em serviço e que essa formação deve ser atribuída ao governo do Estado.

“(…) A formação contínua em serviço deve estar centrada nas necessidades dos professores e das escolas e deve estar intimamente ligada aos seus projetos político-pedagógicos. Assim, é obrigação do Estado assegurar os recursos financeiros, pedagógicos e técnicos necessários à formação(…) (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP).

No XIX Congresso, a APEOESP voltou a reafirmar a necessidade de formação continuada dos professores e novamente atribuiu essa obrigação à Secretaria Estadual de Educação.

É possível que a entidade faça essa exigência ao Governo Estadual para assegurar que a formação ocorra em serviço, o que possibilitaria a participação de todos os professores, mas a tese-guia não contém o aspecto político-ideológico do conteúdo dessa formação.

“Para formar o novo educador é preciso que o Estado compreenda a importância de investir na formação continuada do professor, dentro de uma perspectiva histórico-social. Essa formação continuada precisa estar inserida no processo de trabalho do docente, e deve ser realizado não apenas através de parcerias com instituições universitárias. Mas também através da prática social.(...) A formação dos profissionais da Educação, para ser entendida na perspectiva social, há de ser posta no rol das políticas públicas como um direito dos que atuam na escola, compõe, por isso, juntamente com a carreira e a jornada de trabalho que por sua vez devem ser vinculadas à remuneração(...)” (Caderno de teses do XIX Congresso Estadual da APEOESP,2003,p. 18)

Por outro lado, a APEOESP também se colocou como entidade sindical que possibilita formação aos professores quando no texto sobre Política sindical do XVII Congresso declarou:

“a APEOESP (...) também vem dando prosseguimento aos programas de formação profissional e sindical dos membros do Sindicato, sejam por meio da produção de materiais de subsídio, seja promovendo encontros, cursos e seminários de formação”.( Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP,2000 p.14)

E adiante, no mesmo texto, a entidade destacou como importante o diálogo do professor com a comunidade, e nessa perspectiva reconheceu o relevante papel do

representante de escola, isto é, o Representante de Escola da APEOESP passa a atuar também junto ao grêmio estudantil, aos pais, expondo os problemas educacionais. Por isso a APEOESP reconheceu que cabe ao sindicato formar seus quadros sindicais para melhorar o diálogo entre a base e a Diretoria.

“Nessa perspectiva, ganha relevância o papel a ser desempenhado pelo Representante de Escola da APEOSP (...) O RE passa a assumir um papel de liderança diante de seus colegas e de interlocutor entre a entidade e dos demais segmentos que compõem a comunidade escolar e as comunidades do bairro/cidade onde a escola se localiza. Caberá ao sindicato, fornecer aos REs bases sólidas de formação para que estes possam cumprir esse novo papel, articulando a atividade sindical com o caráter social do movimento que se pretende criar.” (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APOESP, 2000, p. 16)

No XVIII Congresso, a APEOESP destacou os suportes tecnológicos e documentais que ela produz para a formação do professor.

“(…) Além de estarmos aperfeiçoando nossa presença na internet, asseguramos um canal periódico de comunicação com a categoria e a sociedade, por meio do programa Educação na TV(...) também avançamos em nossa política de comunicação impressa, por meio do fax-urgente, boletins especiais, diálogo individual com os associados por meio de cartas, criação da Revista da APEOESP que permite abordar com maior consistência os temas mais candentes da conjuntura e pretende aperfeiçoar-se ainda mais, adquirindo conteúdos que podem dar suporte a atividades formativas no interior do Sindicato.” ( Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001, p. 13)

Nesse mesmo congresso, a entidade fez um balanço resumido da formação sindical e profissional oferecida aos professores.

“A estratégia de formação, repensada a partir do último Congresso, traduz as metas e diretrizes mais gerais da defesa da escola pública, democrática e

cidadã, num projeto de escola, no qual os professores se reconheçam, se identifiquem e se envolvam na sua reconstrução. (...) No âmbito desse projeto de formação de professores, a articulação entre formação sindical e pedagógica será efetuada a partir de dois caminhos: um de caráter teórico metodológico e outro de cunho organizativo.(...) Assim, a APEOESP já realizou na área de formação sindical e profissional cursos e atividades voltadas à formação sindical básica; gestão de eventos e coordenação de mesa; tática e estratégia; formação profissional nas áreas de Geografia e Ciências e outras. Com relação à formação sindical e profissional, a APEOESP desenvolveu, entre outros, trabalhos e publicações como os Cadernos de Formação nº 06 (Retomando o Projeto “Reinventando a Escola”); nº 07 (Planejamento Escolar do ano letivo de 2000); nº 08 (Formação Profissional - curso “A geografia e sua prática pedagógica”); nº 09 (Formação Profissional – curso “Oficina de produção em ensino de Ciências”); nº 10 (Planejamento do ano letivo 2001); nº 11 (Formação Profissional – curso “Oficinas de produção em ensino de Ciências”);” (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001 p.13 e 14)

Neste texto constata-se claramente a opção de formação que contemple a defesa da escola pública, democrática e cidadã e ao mesmo tempo contemple a formação sindical e pedagógica. Para isso, a APEOESP divulga os cursos de Geografia e Ciências e as atividades do Coletivo de Formação como elementos formativos.

O que se destacou das teses da APEOESP, em relação à formação político-pedagógica, é que elas exigem da Secretaria Estadual de Educação uma adequada formação em serviço dos professores.

A entidade ele admite que tem em sua estrutura secretarias responsáveis pela formação continuada dos professores, porém não divulga nas teses-guia a amplitude e frequência das atividades dessas secretarias, levando ao entendimento que a formação fica mais no campo teórico que no prático.

### 3.2.3 Categoria : Trabalho

A APEOESP, por meio do texto de Política Educacional do XVII Congresso, defendeu a aproximação da relação entre teoria e prática para os alunos da escola pública, isto é, ela autenticou a apropriação dos conhecimentos (teoria) por partes dos alunos e sua aplicação na vida prática visando a superação das desigualdades.

“É necessário elaborar propostas que permitam articular cidadania, cultura e trabalho, identificando a escola pública como um dos únicos espaços de que dispõem os trabalhadores e seus filhos, bem como, os excluídos do mundo do trabalho, para ter acesso a todos os tipos de conhecimento que lhes permitam melhor compreender as relações sociais e produtivas das quais participam, inserir-se no mundo do trabalho e organizar-se para destruir as condições que produzem exclusão(...) A necessidade de formação na escola, portanto, se põe para aqueles que, por viverem do trabalho, são pauperizados economicamente, e, em decorrência, também o são culturalmente. Para estes, a escola é o único espaço disponível para aprender e compreender o mundo do trabalho, por meio da mediação do conhecimento, enquanto produto e enquanto processo da práxis humana, na perspectiva da produção material e social da existência.” (Caderno de tese do XVII Congresso Estadual da APEOESP,2000 p.8 e 9)

Nesse mesmo Congresso, a APEOESP fez sugestões para a construção de um movimento social desde a base. No método dessa construção percebeu-se o interesse da entidade em aproximar a teoria da prática.

“Organizar reuniões com pais e alunos, nas escolas; reunir a comunidade que vive próxima das unidades escolares para debater suas expectativas e demandas educacionais;organizar atividades conjuntas com os grêmios e entidades comunitárias(...) por meio da APEOESP e em parceria com outras entidades são medidas importantes para construção de um movimento social desde a base, no chão da escola.” (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP,2000 p. 16)

O plano de lutas da APEOESP se renova no Congresso. É lá que se constrói a pauta das principais reivindicações do sindicato até o Congresso seguinte. Nesse momento, reafirma o pensamento ideológico e político da entidade com as práticas de mobilizações e conscientização da categoria para que se alcance algum sucesso nas reivindicações. E entre as reivindicações pautadas no XVII Congresso da APEOESP, além daquelas que são antigas bandeiras que envolvem reajuste salarial, plano de carreira e condições de trabalho, aparecem outras que revelam o alinhamento político-ideológico da entidade.

“Escola Pública de qualidade para todos, em todos os níveis; por um perfil de Ensino Médio que atenda aos interesses dos filhos da classe trabalhadora; gestão democrática das escolas e do sistema educacional; por um Plano Estadual de Educação democrático e emancipador;” (Caderno de teses do XVII Congresso Estadual da APEOESP, 2000 p. 17)

Em todos os Congressos da APEOESP é elaborado o texto sobre o Plano de Lutas, que contem as reivindicações da categoria a serem encaminhadas à Secretaria Estadual de Educação por meio de mobilizações, greves ou atos públicos. Ao elaborar as reivindicações e a forma de exigí-las, a APEOESP reconhece que existe entre teoria e prática um grau de aproximação e dependência na sua forma de reivindicar melhorias trabalhistas.

Outras características importantes do trabalho da APEOESP, comentadas anteriormente no Estatuto e agora nas teses-guia, é o respeito e a importância que a entidade confere aos grupos supostamente considerados minorias sociais como os dos homossexuais, negros e mulheres.

São muitas as intervenções nos textos das teses-guia que revelam interesse da entidade na superação da discriminação de grupos sociais. Em seus documentos, o sindicato se coloca a favor desses grupos, pelo fim de qualquer tipo de discriminação social, e reconhece que seu trabalho contempla o objetivo de humanização social.

“Na década de 90, a APEOESP apresenta o registro mais marcante de sua história no campo das políticas permanentes, ao constituir um Coletivo Estadual Anti-Racismo que, a cada ano, vem se organizando e crescendo na discussão sobre o combate ao racismo, discriminação e intolerâncias na Educação, no trabalho e na sociedade”. (Caderno de teses do XVIII Congresso Estadual da APEOESP, 2001 p. 16)

No XX Congresso Estadual, dentro da reflexão sobre conjuntura internacional, a APEOESP acenou em favor da paz mundial; a prevenção e combate a AIDS e pela humanização da sociedade.

O sindicato mantém em todas as teses de congresso o item denominado de Políticas Permanentes, e neste XX Congresso, esse texto continuou abordando temas que envolvem apoio aos homossexuais, combate ao racismo e questões de Gênero. Com isso a APEOESP também elege a escola como espaço para construir relações harmoniosas e não discriminatória em relação aos grupos sociais que sofrem com preconceitos da sociedade.

“Enquanto trabalhadoras em educação, devemos reconhecer a escola também como um espaço de construção, de relações entre mulheres e homens por meio de uma pedagogia não-sexista. Esta pedagogia deve promover o debate sobre as diferenças de gênero e que busque ações que combatam as discriminações nas diferentes formas de violência, bem como que possibilitem a participação das mulheres em condição de igualdade com os homens”. (Caderno de teses do XX Congresso Estadual da APEOESP, 2004 p. 22)

As teses-guia são documentos que traduzem o pensamento de uma corrente política sindical constituída pela maioria dos filiados que utilizam o sindicato para expor suas concepções de sociedade, educação e políticas educacionais.

Nesses textos é possível claramente perceber que a APEOESP: toma posição política frente aos Governos Estadual e Federal; defende um projeto político-pedagógico para as escolas públicas, baseado na gestão democrática e autonomia escolar; reconhece a formação continuada como elemento imprescindível ao professor frente as rápidas transformações do mundo moderno, porém exige que essa formação

seja realizada pela Secretaria Estadual de Educação; de sua parte, se reconhece obrigada a fazer formação mais no campo sindical; declara a importância do professor relacionar o seu trabalho docente e as questões educacionais com o processo político local e global; tem a intenção de aproximar a teoria da prática e humanizar seu trabalho sindical superando a discriminação com alguns grupos sociais.

As teses-guia dos congressos estaduais são documentos que permitem analisar também como a APEOESP “olha para fora de si mesma”, isto é, como ela entende as relações políticas, econômicas e educacionais do Brasil e do mundo, e a partir dessas contextualizações, emite opiniões e faz intervenções para melhoria da qualidade de ensino, do emprego e do salário a partir, evidentemente, de seus princípios de projeto político-pedagógico, formação político-pedagógica e trabalho sindical.

### **3.2 AÇÕES DO COLETIVO DE FORMAÇÃO**

No capítulo I deste trabalho são descritas as ações do Coletivo de Formação da APEOESP desde sua criação em 1995 até os dias atuais.

Exceto o ano de 1998, em que o Coletivo de Formação teve as atividades interrompidas, nos anos de 1995 a 1999 houve ações formativas com frequência considerável como: cursos de formação profissional; produções de Cadernos de Formação; implantação de grupos de referências nas subsedes para formação contínua pedagógica e sindical; produções de textos, vídeos e Revistas de Educação. A partir de 2000 houve um declínio na frequência das ações do Coletivo.

No período pesquisado de 2000 a 2004, as ações de Formação do Coletivo estiveram vinculadas a documentos tais como: Cadernos de Formação nºs: 07,08,09,10,11,12 e 14; Revista de Educação nº 13 e nº 16; Ciclo de Conferências; Curso de Formação Profissional: A Geografia e sua prática pedagógica; e Curso de Formação Profissional: Oficinas de Produção em Ensino de Ciências.

Os cadernos de Formação nºs: 07, 10,11,12 e 14 foram produzidos no mês de janeiro dos anos 2000,2001,2002,2003 e 2004 respectivamente, sob o título de “Planejamento”.

Esses cadernos foram produzidos com o objetivo de subsidiar o professor na produção do Planejamento Escolar de início de ano letivo. Ele traz a concepção da APEOESP sobre Planejamento Escolar por meio de quatro pequenos textos: A-) Quem somos? E o que queremos com o nosso trabalho? B-) Para que serve a escola em nossa sociedade? C-) Quem são os alunos da escola pública e da nossa escola? D-) Qual é o trabalho de ensino-aprendizagem que estamos realizando em nossa escola?

O Caderno de Formação nº 08 foi produzido para subsidiar o Curso de Formação Profissional *A Geografia e sua prática pedagógica* e o Caderno nº 09 subsidiou o Curso de Formação Profissional *Oficinas de Produção em Ensino de Ciências*.

A Revista de Educação é um documento da APEOESP cuja produção não é exclusiva do Coletivo de Formação, pode ser produzida também por outras secretarias da entidade e pela Diretoria Executiva. Isto significa que apenas alguns números da Revista de Educação podem ser considerados ações do Coletivo de Formação, dentre eles os nºs 13 e 16.

A Revista de Educação nº 13 intitulada “Progressão Continuada ou Aprovação Automática?” é composta pelos seguintes textos e respectivos autores:

- **Reformas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo:** considerações críticas. Autores: José Cerchi Fusari, Maria Isabel de Almeida, Roberto dos Santos, Selma Garrido Pimenta, Silvia Maria Manfredi.
- **As reformas educacionais: Com a palavra os professores.** Autores: José Cerchi Fusari, Maria Isabel de Almeida, Roberto dos Santos, Selma Garrido Pimenta, Silvia Maria Manfredi.
- **A avaliação na organização do ensino em ciclos.** Autora: Sandra Maria Zákia Lian Souza.

- **Os professores diante das reformas educacionais: Sujeitos ou meros executores?** Autora: Maria Isabel de Almeida
- **Considerações e questionamentos sobre a formação dos professores no contexto da Reforma Educacional.** Autora: Maria Izabel Azevedo Noronha.

A Revista de Educação nº 16 chamada “ A Organização do Trabalho Educativo na Escola” é composta pelos seguintes textos e respectivos autores:

- **As políticas educativas no contexto dos novos governos.** Autora: Maria Tereza Leitão de Melo.
- **Progressão continuada e avaliação: para além do desejo de reprovar e da imposição de aprovar.** Autor: Celso Vasconcellos
- **Progressão escolar: implicações para a organização do trabalho escolar.** Autora: Sandra Maria Zákia L. Souza
- **Políticas Públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores.** Autora: Rosangela Gavioli Prieto
- **Indisciplina e violência nas escolas.** Autora: Flávia Schilling
- **Currículo – um grande desafio para os professores.** Autora: Nereide Saviani.

### **3.3.1 CATEGORIA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A APEOESP entende que o planejamento escolar é um momento privilegiado quando, coletivamente, a escola pensa sobre: o papel do professor; quem são os estudantes; para que serve a escola; e qual o trabalho de ensino-aprendizagem que está sendo realizado.

Assim, no estatuto da entidade e nas teses guia dos congressos, a gestão coletiva é o princípio de organização da APEOESP, e a entidade propõe que o planejamento escolar também seja uma ação participativa.

“O planejamento do ano letivo constitui-se num momento privilegiado para a reflexão coletiva sobre as ações educacionais e de integração da equipe de trabalho.” (Caderno de Formação nº 07, p.5)

Essa mesma posição de participação coletiva na elaboração do Planejamento Escolar consta do Caderno de Formação nº 14. Com destaque ao papel fundamental do professor no processo de ensino-aprendizagem, sem desmerecimento de outros atores sociais, a APEOESP reconhece a vital importância dessas pessoas no planejamento escolar para o sucesso da produção de conhecimento por parte dos estudantes.

“Os professores precisam se constituir em sujeitos centrais do processo educativo(...) isso significa se constituir efetivamente como autores de suas aulas e do currículo, participantes e construtores(...) de projetos coletivos(...) o corpo de dirigentes e coordenadores da escola também precisa assumir seu papel de liderança na coordenação de atividades e mobilizar toda a comunidade escolar para o planejamento e desenvolvimento das ações(...) os alunos e seus pais também precisam estar presentes nas decisões sobre o trabalho(...) eles também jogam papel essencial na caracterização da realidade social e escolar.” (Caderno de Formação nº14, p.5)

A APEOESP reconhece as dificuldades impostas ao professor na construção de projetos coletivos, mas acredita que a longo prazo é possível haver mudanças na gestão das escolas, sendo o planejamento escolar mais um instrumento para essa mudança.

“Apesar dos limites impostos pela realidade da formação profissional e de trabalho dos educadores, a equipe escolar pode gradativamente introduzir mudanças, fazendo do planejamento escolar a oportunidade da vivência do trabalho coletivo, participativo e solidário nas escolas.” (Caderno de Formação nº 07, p.6)

Em 2004, por meio do Caderno de Formação nº 14, a APEOESP declarou qual o projeto político-pedagógico que ela defende para as escolas públicas. Algumas

características desse projeto são incontestáveis como: convivência democrática; educação como um direito e não uma mercadoria; um espaço onde a construção do conhecimento e a formação estejam a serviço da produção de valores emancipatórios, libertadores da consciência e da capacidade de conquistar e exercer a cidadania. Para isso.

“(…) há que resignificar o caráter humanístico da escola pública e resgatar sua importância (e a dos professores) na formação de sujeitos históricos críticos. Nesse sentido a escola tem que ser um espaço comprometido com o sucesso escolar, propiciando uma aprendizagem significativa, de qualidade, preocupada com a formação das crianças e jovens. Esse é o projeto político de escola que a APEOESP vem defendendo.” (Caderno de Formação nº 14 ,p.10)

Outra característica do projeto político-pedagógico da APEOESP, e que ela afirma como elemento essencial também no processo educativo, é a autonomia. Para a APEOESP o planejamento escolar, teoricamente, possibilita um relevante grau de autonomia na execução do trabalho pedagógico.

“O planejamento escolar é o processo individual/coletivo no qual a equipe escolar avalia o trabalho político-pedagógico em curso, analisa criticamente seus resultados, concebe novas formas de atuação, toma decisões, executa planos e projetos, avalia resultados finais e parciais e retoma novamente o ciclo dinâmico e vivo do planejamento.” (Caderno de Formação nº 07,p.5)

Os Cadernos de Formação da APEOESP sobre planejamento escolar estão coerentes com o alinhamento político-ideológico do estatuto e das teses-guias dos Congressos Estaduais do sindicato. Eles defendem para as escolas públicas um projeto político-pedagógico norteado pela gestão democrática na produção e execução do planejamento com garantia de participação e autonomia dos envolvidos com a Educação.

A Revista de Educação nº 16 tem como conteúdo o ciclo de conferências realizadas em dezembro de 2000 na APEOESP – Central. Com base nos artigos que compõem a Revista, percebe-se a intenção da APEOESP em debater o projeto político-pedagógico da escola articulado às questões globais, isto é, reafirma sua posição de que a Educação está envolvida com as ações de outros segmentos da sociedade. Essa postura da APEOESP é coerente com sua forma de “se ver” enquanto segmento social conectado aos contextos políticos, econômicos e sociais do Brasil e do mundo.

A Revista de Educação nº 13 continua a defender a gestão escolar como uma gestão participativa, contrária a atual organização burocrática do Governo do Estado de São Paulo:

“(…) ao manter a estrutura e cultura tradicionais da escola, pautadas em uma organização burocratizada, que impede aos seus profissionais instaurarem novas práticas, como sujeitos do processo educativo, a escola quantitativamente ampliada permanece excludente. Ao desenvolver um ensino aligeirado e em condições frequentemente precárias, dificulta ainda mais a inserção social das crianças e dos jovens que integram os segmentos economicamente desfavorecidos, acentuando a exclusão social.” (Revista de Educação nº13, p.4)

A ponta ainda o agravamento da situação com a implementação de inovações no sistema de ensino público estadual por parte da Secretaria Estadual de Educação.

“A implementação da política da SEE/SP ancorada nos ciclos, na progressão continuada e na reorientação da avaliação, tem se caracterizado por um forte autoritarismo, onde o professor é ignorado. Dele se espera que cumpra ordens da Diretoria de Ensino, da Direção e do Coordenador Pedagógico.” (Revista de Educação nº 13, p.15)

A APEOESP não é contrária a inovações na Educação, porém vê como imprescindível que algumas questões sejam respondidas e algumas ações implementadas para concretizar as inovações.

“Ciclos, Progressão Continuada e avaliação constituem importantes inovações pedagógicas. Como a escola se prepara para trabalhar com elas? Quem são os professores? Qual sua formação? Como chegam à escola, à sala de aula? Que saberes e experiências possuem sobre estas inovações? Quais as condições efetivas para a realização de um trabalho coletivo na escola? Que orientação pedagógica eles vêm recebendo? Como o coordenador realiza a coordenação pedagógica? Quais os saberes pedagógicos existentes nas escolas? Essas são questões importantes para o estabelecimento de uma relação colaborativa, crítica entre escolas e sistema, tendo em vista a implementação de inovações.” (Revista de Educação nº 13, p.16)

Isto retrata que para a APEOESP o sucesso da implantação de inovações em uma escola exige um projeto político-pedagógico baseado na gestão participante dos atores educacionais.

Os textos que compõem o caderno de formação nº 08, produzido em abril/2000, para subsidiar o curso de Geografia e o Caderno nº 09 que subsidiou o curso de Ciências, foram escolhidos pelos respectivos professores coordenadores dos cursos, exceto o artigo da Profa. Dra. Selma Garrido Pimenta, “ introdutório a ambos os cadernos.

A Profa. Dra. Selma Garrido Pimenta é docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e membro do Coletivo de Formação da APEOESP. O fato do seu texto ser introdutório aos dois cadernos, pode significar que esse texto é o documento articulador entre o alinhamento político-pedagógico da APEOESP com os cursos.

Tem sido repetitivo nos documentos da APEOESP que o seu projeto político-pedagógico se embasa na gestão democrática e autônoma. O mesmo ocorre nas

linhas gerais dos cursos feitos em parceria com as universidades. Isto consta do texto comum que compõe os Cadernos de Formação dos cursos.

“Tendo (re)afirmado que a escola tem sua identidade enquanto instância social que colabora com a democratização da sociedade, através da democratização do ensino, portanto por suas finalidades, cabe indagar por que o tema da identidade se coloca hoje.(...) podemos afirmar que esse tema surge no contexto contemporâneo com o desenvolvimento das questões sobre a importância da subjetividade e, portanto, da participação dos sujeitos nos processos de construção do conhecimento, da autoria como condição de transformações institucionais, da força das representações e do simbólico nas práticas educacionais, da valorização da criatividade no processo de busca de soluções mais efetivas para a resolução de problemas coletivos. Também surge do acúmulo de conhecimentos da área pedagógica sobre a escola como espaço de trabalho e de relações de professores e alunos, conseqüentemente da gestão democrática, da importância do enraizamento da escola nas comunidades onde se situam, do diálogo na explicitação de objetivos comuns, currículos com outras lógicas a partir de demandas dos alunos e dos avanços do conhecimento, novas formas de organização do tempo e do espaço e outras.” ( Pimenta, 1998, p.51 )

A APEOESP continua coerente aos seus princípios quando defende que a escola deve ter uma identidade democrática e que o trabalho realizado no ambiente escolar deve ser um trabalho coletivo com a participação efetiva e crítica de todos envolvidos.

“Trabalho Coletivo significa tomar a problemática da escola coletivamente a partir da individualidade de cada um, da colaboração específica de cada um, em direção a objetivos comuns, coletivamente consensuados e contratados, entre professores e professores, estes e os alunos, estes entre si, todos e a direção, e os pais. É nesse coletivo que se constrói a identidade e se exercita a autonomia da escola.” ( Pimenta, 1998, p. 55)

### 3.3.2 CATEGORIA: FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

A Revista de Educação nº 13, que trata da implementação das inovações da Secretaria Estadual de Educação para a rede pública de ensino, é uma revista voltada para aspectos pedagógicos. Uma de suas metas é redimensionar o papel do professor em meio às inovações da Secretaria Estadual de Educação.

“O objetivo deste texto é contribuir para uma melhor compreensão do processo de implementação de inovações no sistema de ensino e nas escolas públicas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP), especialmente quanto aos ciclos, à Progressão Continuada e à abordagem da avaliação como promoção automática.” (Revista de Educação nº 13, p.15)

A partir da compreensão do processo de implementação de inovações da Secretaria Estadual de Educação, o professor tem mais elementos para interferir de forma coletiva e crítica na educação escolar de São Paulo. Isto é, a APEOESP ao subsidiar o professor em relação às inovações da Secretaria Estadual de Educação, por meio da Revista de Educação, também possibilita uma reflexão da necessidade do compromisso político com as questões educacionais.

“Nosso objetivo é oferecer aos educadores da escola pública estadual paulista alguns subsídios para que, numa prática de reflexão coletiva, analisem, discutam, participem e proponham, a partir de suas Escolas, das Diretorias Regionais de Ensino às quais pertencem e de seu sindicato, formas de fazermos da educação escolar, em nosso Estado, uma educação de qualidade educacional/social.” (Revista de Educação nº 13, p.5)

O artigo da Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida, que compõe a Revista de Educação nº 13, intitulado de “Os professores diante das reformas educacionais – sujeitos ou meros executores”, é provocativo e propicia a reflexão sobre o tipo de gestão e de formação profissional que a escola pública e os professores necessitam.

Esse artigo critica a Secretaria Estadual de Educação por não considerar a importância do professor nas mudanças educacionais. Para a APEOESP toda inovação educacional deve ser discutida pela comunidade estudantil, e garantidas ao professor as condições de trabalho para a implantação de tais inovações.

“A mudança educacional pressupõe nova maneira de planejar, ensinar, organizar o conhecimento, avaliar etc. Daí o professor ter que aprender a fazê-lo segundo as novas bases propostas, o que significa que a mudança só se desenvolve dentro das escolas se for concretizada pelo professor. Por isso, ela não pode ser imposta por decreto. Atenção especial precisa ser dada à dimensão pessoal pressuposta nesse processo, ou seja, o impacto que a nova proposta tem no modo de pensar e de agir dos professores.” (Revista de Educação nº 13, p. 40)

Dessa forma a APEOESP reafirmou sua posição, de que a formação dos professores deve possibilitar a reflexão sobre a prática e sua inserção participativa no processo educativo.

A entidade insiste constantemente na necessidade de pensar a formação inicial e continuada dos professores, principalmente nos dias atuais em que as informações se processam muito rapidamente em virtude da tecnologia.

“Neste momento os cenários nacional e internacional apontam mudanças profundas na sociedade em função da rapidez com que as informações vêm sendo processadas, acompanhadas do advento das inovações tecnológicas, que mudam a cada segundo. Nesse contexto, pensar e repensar a formação dos professores nas duas dimensões (inicial e continuada) constitui para nós, educadores, sindicalistas, acadêmicos e alunos, um grande desafio.” (Revista de Educação nº 13, p.44)

A APEOESP novamente responsabilizou a Secretaria Estadual de Educação pela formação dos professores:

“É fundamental, por outro lado, que a formação continuada dos professores em serviço esteja incorporada em sua jornada de trabalho e, neste sentido, que seja conferida ao Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) uma dimensão de verdadeiro espaço de formação profissional, discussão e planejamento das políticas pedagógicas de cada unidade escolar e, ao mesmo tempo, que sejam garantidas aos professores as condições necessárias para que, dentro de sua própria jornada de trabalho, possam participar das atividades de formação essenciais para o seu exercício profissional.” (Revista de Educação nº 13, p.45)

Diante da suposta ineficiência da Secretaria Estadual de Educação em relação ao atendimento da necessidade de formação dos professores, a APEOESP decidiu elaborar seu próprio projeto de formação.

“Constatada(...) a ausência de uma política nacional e estadual de formação profissional, decidimos implementar um projeto próprio de formação, sem, no entanto, abdicarmos da luta pra que o Estado assuma esta tarefa(...) Nasceu assim, o Projeto – Reinventando a Escola (...) foi constituído um Coletivo de Formação, composto por membros da Diretoria, assessores e professores da USP, UNICAMP, UNESP e da rede estadual de ensino. Seu objetivo é estabelecer um diálogo permanente com o conjunto dos professores, visando o fortalecimento do ensino público, o resgate da identidade de seus profissionais e a construção de um trabalho coletivo no âmbito da escola, assegurando a articulação entre a formação pedagógica e a formação sindical, embasado na nossa concepção de que a formação profissional deve valorizar o professor reflexivo, entendido como um intelectual em processo contínuo de formação, que vai desde a aquisição de fundamentos teóricos na formação inicial até a necessidade de formação continuada em serviço, ou seja, durante o exercício profissional, na escola.” (Revista de Educação nº 13, p. 46)

As Revistas de Educação, produzidas pelo Coletivo de Formação no período determinado por esta pesquisa, revelam uma tendência de sobrepor a reflexão pedagógica à reflexão política. Não há uma desarticulação entre aspectos pedagógicos e políticos, ocorre que os artigos abordam as inovações, implementadas pela Secretaria Estadual de Educação, na rede pública de ensino, que interferem preponderantemente com o trabalho pedagógico.

Isto não significa que inovações como Progressão Continuada, criação dos ciclos de aprendizagem, flexibilização curricular, projeto de sala-ambiente e avaliações externas não tenham um cunho político. O que a Revista propôs foi aguçar uma reflexão, priorizando o trabalho em sala de aula e a qualidade de ensino a partir dessas inovações, sem abandonar a relação delas com condições de trabalho, salário e formação profissional.

A categoria Formação está presente nos cursos oferecidos pela entidade e, explicitamente, eles defendem a formação profissional enquanto momento de reflexão do professor sobre sua prática. Dessa forma, caracteriza-se um tipo de formação que visa a proximidade e articulação entre teoria e prática.

“Os pressupostos metodológicos que norteiam o programa de formação dos docentes na disciplina de Geografia levam em consideração o conhecimento prévio do professor, sua prática docente, as questões pedagógicas, as técnicas de ensino e os conteúdos específicos como meio e não como fim do processo de ensino aprendizagem.” (Caderno de Formação nº 08 p.6)

“Um dos resultados mais insistentemente apontados pela pesquisa acadêmica no tocante à formação de professores é a dissociação entre teoria e prática pedagógicas. Tal característica adquire contornos peculiares na formação continuada, ignorando-se, freqüentemente, à realidade da escola e da sala de aula, bem como, toda a rica experiência profissional dos professores e as suas concepções prévias sobre os assuntos tratados.

A atuação do FORMAR<sup>11</sup> é essencialmente contrária a tal encaminhamento, pois nos cursos de formação continuada, propõe-se a lidar com a prática pedagógica dos professores, tomando-a como ponto de partida e de chegada do processo. Busca-se um diálogo direto e crítico com os professores sobre seu próprio trabalho, procurando na literatura na teoria, subsídios para melhor entendê-lo. Propõe-se a desencadear entre os professores participantes um movimento reflexivo sobre a sua própria ação pedagógica, em que realizem a crítica dessa ação, levando em conta o contexto histórico-social e as condições de produção em que essa ação se desenvolve(...)" (Caderno de Formação nº 09, p. 2)

A partir destas citações, observa-se que os cursos oferecidos pela APEOESP em parceria com as universidades têm a finalidade de proporcionar uma formação coerente com os pressupostos ideológicos da entidade que foram realçadas no estatuto e nas teses-guia dos Congressos. Essa formação implica a reflexão sobre a prática.

No caso do curso de Ciências, a parceria se estabeleceu com muita facilidade.

"Um fator adicional, mas essencial, que estimulou e viabilizou a parceria, foi a coincidência de princípios político-educativos e de diretrizes metodológicas norteadoras para a formação continuada, existente entre ambas as partes envolvidas na parceria." (Caderno de Formação nº 09, p. 3)

Nos Cadernos de Formação dos cursos, tal como em outros documentos, a entidade continua exigindo da Secretaria Estadual de Educação a viabilização dos

---

<sup>11</sup> FORMAR-Ciências é um grupo de estudos e pesquisas que busca articular a produção acadêmica e demais conhecimentos na área de ensino de Ciências com os propósitos da formação inicial e continuada de professores. (...) Suas atividades estão estreitamente vinculadas ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, onde está inserido na área temática: Ensino, Avaliação e Formação de Professores, além de manter estreita cooperação com o Departamento de Geociências Aplicadas ao Ensino – I.G./UNICAMP (Caderno de Formação nº 09, p. 1)

cursos de Formação Profissional, embora ela não se exclua dessa atribuição. Mas atribui ao Estado a responsabilidade pela formação dos professores.

“A APEOESP sempre defendeu que o Estado implantasse uma política de formação profissional permanente dos trabalhadores da educação, numa perspectiva de construir uma escola democrática, plural e de qualidade social. Continuaremos a lutar por maior investimento do Estado na escola pública de maneira geral e, em particular, nas condições de trabalho dos professores. Mesmo entendendo que o Estado tem um papel central nessa questão ( o que não vem cumprindo pelo atual Governo), o sindicato não pode deixar de também contribuir com a formação profissional.” (Cadernos de Formação nº 08 e 09 – editorial).

Ao mesmo tempo que a APEOESP não se coloca como a responsável pela formação do professor, propõe um tipo de formação que deseja aos seus associados, e novamente sugere a gestão participativa, o trabalho coletivo e a reflexão sobre a prática, como elementos norteadores da formação docente.

“A nossa proposta não pretende substituir o Estado e sim mostrar que é possível mesmo com poucos recursos investir na melhoria qualidade da Escola Pública(...) Tornar os professores construtores de sua prática profissional tendo o trabalho coletivo como eixo de encadeamento entre a preparação científica, técnica e social é uma aposta que se torna necessária por parte do sindicato, dadas as atuais condições de abandono e sucateamento de sucessivos Governos Estaduais com a educação. Na tentativa de articular os diversos campos de formação, entre eles, a formação sindical e profissional, a APEOESP oferece alternativas para a qualificação da categoria, ao mesmo tempo em que garante a certificação aos participantes contribuindo com a carreira docente.” (Cadernos de Formação nºs 08 e 09 – Editorial)

O texto introdutório aos artigos que se referem aos dois cursos de formação (Projeto pedagógico e identidade da escola) afirma que é por meio de um projeto

político-pedagógico orgânico que a escola se torna uma relevante instituição para a formação e desenvolvimento profissional, e explicita que são mais ricas as formações contínuas realizadas nas escolas que aquelas em que retiram-se os profissionais da unidade escolar.

“Os professores, quando se formam, não estão prontos. Por melhor que tenha sido seu curso, ele não dá conta de fazer com que olhem a escola como profissionais, pois ainda não o são.(...) Quanto mais a escola constituir um projeto pedagógico orgânico, coletivamente construído, com finalidades e propostas educacionais claras, quanto mais ela for rica em possibilidades materiais, quanto mais for rica em espaços na reflexão individual e conjunta, em espaços para proposição, experimentação, análise de novas práticas, mais ela favorecerá o desenvolvimento profissional de seus professores.(...) As pesquisas também mostram a importância da formação contínua realizada na escola, envolvendo o conjunto dos profissionais, tomando a realidade da escola e a sua problemática como ponto de partida e como ponto de chegada da reflexão, mediada pelas contribuições teóricas. Essas modalidades de formação têm se revelado mais ricas para o desenvolvimento profissional dos professores e institucional da escola. (...) Sair da escola e fazer uma reflexão tem sua validade, mas só isto não é suficiente para se estabelecerem os nexos, as pontes com a realidade de suas escolas, objetivando a criação de novas práticas.” (Pimenta, 1998, p. 55)

Esta citação pode embasar a postura da APEOESP de responsabilizar a Secretaria Estadual de Educação pela formação dos professores o que representaria perspectivas de melhoria na qualidade de ensino. Mas os artigos não fazem referência à ideologia política dos cursos de formação em serviço oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

### 3.3.3 CATEGORIA: TRABALHO

A forma da APEOESP conceber o seu trabalho sindical, aproximando a teoria da prática, também pode ser observado no campo educacional quando defende que o professor atue como um profissional prático-reflexivo, portanto planeje, pense, teorize suas ações e práticas.

“Avaliar nossa atuação na escola e projetar os passos futuros coloca a necessidade de termos claro as metas que queremos atingir e de organizarmos os meios que as viabilizem. Em outras palavras, temos que planejar as nossas ações, que se articulam em torno do projeto educacional construído coletivamente.” (Caderno de Formação nº07, p.6)

No ano de 2004, por meio do Caderno de Formação nº 14, a APEOESP reafirmou sua postura em defesa da aproximação da teoria e prática, revelando que sua forma de enfocar o trabalho, é preferencialmente pela alternância reflexão-prática-reflexão.

“A equipe escolar pode gradativamente introduzir mudanças, fazendo do planejamento a oportunidade da vivência do trabalho coletivo, participativo e solidário (...) portanto, os professores, em nosso entendimento, não ficam reduzidos a meros executores das decisões das práticas autoritárias que emanam dos órgãos oficiais. Ao contrário, são colocados como profissionais capazes de analisar em quê e como essas podem levar à melhoria da qualidade de ensino.” (Caderno de Formação nº 14, p.6)

A APEOESP entende que é inconsequente o trabalho do professor que não reflete sobre a sua prática. Tanto no trabalho sindical como na concepção de Educação, defende a aproximação da teoria com a prática.

O trabalho da APEOESP, que defende essa junção entre teoria e prática, fica bastante claro nos objetivos dos cursos realizados pelo sindicato em parcerias com universidades.

“Uma das características marcantes(grupo de pesquisa FORMAR) de sua atuação é a busca de articulação entre teoria e a prática, nas suas diferentes formas de manifestação na situação educacional, buscando eliminar ou atenuar a fragmentação do conhecimento, seja no processo escolar, seja na academia. Dessa maneira o movimento cognitivo que procura articular a ação à reflexão pedagógica é tomado pelo Grupo (FORMAR)como um princípio científico e educativo, norteando seus processos de ensino e de pesquisa, bem como inspirando a integração entre ambos.” (Caderno de Formação nº 09, p. 1 – 2)

A proposta de trabalho que articula a teoria com a prática é contemplada no texto da Profa. Dra. Selma Garrido Pimenta que foi utilizado como introdutório aos artigos de para ambos os cursos.

“A tarefa da escola é inserir as crianças e os jovens, tanto no avanço como na problemática do mundo de hoje, através da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e de atitudes. A identidade da escola nesse processo é garantir que as crianças e os jovens sejam capazes de pensar e gestar soluções para se apropriarem da riqueza da civilização e dos problemas que essa mesma civilização produziu. É nessa contradição que se define a identidade da escola hoje.” (Pimenta, 1998,p. 50)

Assim sendo, o trabalho pedagógico torna-se um instrumento teórico e prático voltado à realidade e suas transformações.

“ O trabalho pedagógico na escola é ação a partir de reflexão. Então este movimento de identificação, de conhecimento da realidade, é fundamental para que transformemos as práticas escolares, na direção de identificá-la com as finalidades.” (Pimenta, 1998, p. 54 )

A APEOESP também entende que o trabalho pedagógico pode ser uma atividade que favoreça a humanização das pessoas se o cotidiano do estudante, vivido fora da escola, passam a estar presente na sala de aula.

“Nessa concepção, o currículo tende a ser cada vez mais rico: trabalhar na escola para além da sala de aula, trazer para a vida dos alunos as atividades culturais – vídeos, filmes, teatros, exposições de arte, de música, programas de televisãoetc; trazer a discussão de todas as temáticas que estão presentes no mundo do jovem hoje(...) Enfim, trazer para a vida da escola, a efervescência do mundo. Dessa forma, certamente, os jovens se envolverão muito mais com a escola, os professores, a sala de aula.” (Pimenta, 1998, p. 55)

O que se percebe é que a concepção de trabalho, que é explicitado no Estatuto e nas teses-guia dos Congressos da APEOESP, também está norteia as ações do Coletivo de Formação, isto é, há uma concordância entre o alinhamento ideológico da entidade e essas ações em aproximar a articulação entre teoria e prática e conceber o trabalho pedagógico também como elemento de humanização das relações entre estudantes e professores.

### **3.4 REVISTA DE EDUCAÇÃO**

As Revistas de Educação publicadas no período desta pesquisa e que não são produções do Coletivo de Formação foram os números 12,14,15,17e 18 sob a responsabilidade da presidência da APEOESP.

Essas publicações trazem a legislação e as resenhas da bibliografia exigidas nos concursos públicos ocorridos nesse período para os cargos de diretores escolares, supervisores de ensino e professores do ensino básico – nível II (PEB –II). Portanto, não apresentam produções teóricas do sindicato que revelem o projeto político-pedagógico e o tipo de formação que a APEOESP defende aos seus associados.

O que se constata nessas publicações é o interesse da entidade em colaborar com a permanência efetiva do associado na rede estadual de ensino por meio do concurso público.

“A presente publicação é parte do esforço da APEOESP em colaborar com seus associados para que obtenham o melhor desempenho possível no concurso(...) da rede estadual de ensino. É um trabalho inédito de nosso sindicato, produzir revistas destinadas a subsidiar os professores inscritos nas disciplinas que constam da programação do concurso, buscando abordar todos os conteúdos exigidos. O concurso, que ora a S.E.E. realiza, atende parcialmente nossa reivindicação histórica, de que o governo estadual promova, periodicamente, tantos concursos quanto forem necessários para a efetivação de todos (...) para dar a cada um a segurança e os benefícios da carreira e para que possam desenvolver, plenamente, seu trabalho docente, em benefício da qualidade de ensino nas escolas estaduais.” (Revista de Educação nº 18, 2003 – editorial)

### **3.5 FAX URGENTE, JORNAL DA APEOESP, BOLETINS DO CR/RE, BOLETIM EDUCACIONAL – CULTURAL, GREVES E ATOS PÚBLICOS.**

O Fax Urgente como a denominação sugere, trata-se de um informativo que é transmitido para todas as subsedes por meio de FAX e em caráter de urgência. Esse informativo é xerocopiado em quantidade ilimitada e fica disponível ao professor na subsede ou é encaminhado à escola por meio do professor representante (RE) da APEOESP.

Durante o período compreendido nesta pesquisa, de 2000 a 2004, a APEOESP emitiu 407 edições do FAX URGENTE.

Esse informativo tem a sua numeração zerada ao início de cada ano, podendo ser constituído de uma ou mais páginas.

O objetivo desse informativo é transmitir no dia para todas as subsedes da APEOESP a mesma informação num prazo de tempo muito curto. Ou seja, o FAX URGENTE, é um instrumento que coloca a APEOESP – Central e as subsedes em constante sintonia de informações, facilitando a organização e a comunicação do Sindicato, em virtude da sua complexidade organizativa.

O conteúdo do FAX URGENTE é variado, e pode conter informações de origem política, educacional, comemorativa, jurídica, sindical etc. A diversificação do conteúdo desse informativo pode ser notada nas manchetes de alguns FAXES exemplificados a seguir.

- **Ingressantes portadores de deficiência física devem fazer nova perícia – FAX 03/2000**
- **APEOESP exige soluções para os problemas da remoção – FAX 58/2000**
- **Mobilização dos professores pressiona a Secretaria da Educação a realizar teleconferência sobre a reforma do ensino médio – FAX 78/2000**
- **Bônus de Gestão será pago ainda em fevereiro – FAX 18/2001**
- **Dia da família na escola: APEOESP defende gestão democrática – fax 36/2001**
- **Participação da APEOESP no Grito dos Excluídos – FAX 70/2001**
- **APEOESP será recebida pelo novo secretário da Educação – FAX 22/2002**
- **Geraldo Alckmin não prevê aumento salarial para professores em 2003 – FAX 56/2002**
- **Vitória da APEOESP! Proposta da APEOESP vence em pesquisa de Chalita: Atribuição de aulas será centralizada na Diretoria de Ensino – FAX 58/2002**
- **Construir a greve em conjunto com o funcionalismo – FAX 24/2003**
- **Governo apressa votação do confisco de 5% dos salários dos servidores – FAX 30/2003**
- **Bibliografia para concurso público de PEB – II – FAX 41/2003**
- **Pressão da APEOESP garante mais vagas para concurso de PEB II – FAX 51/2003**

- **Ato Público contra o fechamento dos CEFAMs** – FAX 68/2003
- **Carnaval da APEOESP reúne cerca de mil professores** – FAX 74/2003
- **Governo gasta R\$ 526 milhões com bônus** – FAX 02/2004
- **Dia 16 de Abril: GREVE !** - 10/2004
- **Alckmin e Chalita dizem que não há possibilidade de reajuste** – FAX 12/2004
- **Mobilização da categoria e pressão da APEOESP garantem abertura de 35 mil novos cargos** – FAX 41/2004
- **Semana dos professores: Homenagens e luta!** – FAX 44/2004
- **Tributo ao Educador: Homenagens e luta!** – FAX 45/2004

O Jornal da APEOESP é um informativo produzido pelo sindicato que não guarda periodicidade regular de publicação, sendo produzido à medida que há notícias suficientes para a formatação de uma nova edição.

Esse informativo é distribuído na residência de todos os professores associados da APEOESP e uma quantidade excedente na subsede, fica à disposição daqueles que por qualquer razão não receberam o jornal.

Cada edição do jornal contém em média de oito a doze páginas e possui algumas seções fixas, tais como: **Capa** com as manchetes das notícias mais importantes, **Dicas culturais**, **Carta dos associados** (resumo), **Editorial**, **Conjuntura Nacional**, **Notícias Educacionais**, **Campanha Salarial**, **Notícias do jurídico**, **Políticas públicas** e **Notícias sindicais**.

Para exemplificar o conteúdo e estrutura do Jornal da APEOESP seguem as principais notícias publicadas na edição nº 265 de agosto/setembro de 2004:

- **Capa** - Campanha salarial continua no segundo semestre; Índice salarial pago pelo Governo Estadual e O piso do DIEESE.
- **Editorial** - destaca a importância das eleições municipais.

- **Conjuntura Nacional** – reflete sobre a defesa da educação pública como condição fundamental para o crescimento de qualquer país.
- **Notícias Educacionais** – MEC envia projeto de criação do FUNDEB; Projeto institui piso nacional de educadores.
- **Campanha Salarial** – Concurso público de PEB – II; Atribuição de aulas em 2005; Quadro com os novos salários a partir das alterações na LC 836/97
- **Notícias do Jurídico** – APEOESP encaminha ações pela revisão salarial; Professores devem contatar APEOESP para receber indenização do gatilho salarial.
- **Políticas Públicas** – Denúncia ao SARESP; Continua a luta em defesa de um melhor atendimento no IAMSPE.
- **Notícias Sindicais** – Congresso da APEOESP será em Serra Negra-SP.

O Boletim do CR/RE é um documento produzido pela APEOESP CENTRAL e distribuído para todas as subsedes em virtude das reuniões trimestrais do CR/RE. Essas reuniões ocorrem num mesmo dia em todas as subsedes da APEOESP e os conselheiros regionais (CR ) e os professores representantes de escola (REs) têm o dia de serviço abonado conforme publicação do Diário Oficial do Estado e frequência registrada pelo Sindicato por meio de lista de presença e emissão de atestado de comparecimento na reunião do CR/RE. O atestado é entregue na secretaria da escola para controle de frequência e abono do dia de trabalho do professor.

O Boletim CR/RE é enviado para cada subsede com alguns dias de antecedência da data da reunião do CR/RE e em quantidade suficiente para atender cada conselheiro regional e professor representante de escola (RE), podendo ser reproduzido em quantidade desejada pela subsede.

Esse documento norteador da reunião do CR/RE também deve ser usado pelo professor (RE) que realizará no dia seguinte à reunião, o mesmo debate na unidade escolar em que ele é representante sindical, isto é, o Boletim do CR/RE é uma ferramenta para nortear a reunião regional e a reunião no âmbito escolar.

Estruturalmente, esse boletim traz a pauta estadual separada em blocos temáticos que são: Conjuntura; Conjuntura Educacional; Campanha Salarial; Informes e Agenda. Os assuntos abordados dentro de cada bloco temático variam em cada reunião do CR/RE, dado o contexto político, educacional e sindical em que está ocorrendo no momento da reunião.

Para exemplificar a pauta estadual contida no Boletim CR/RE, segue abaixo a pauta do Boletim nº 03 referente à reunião ocorrida em 12 de agosto de 2004:

#### I – Conjuntura

- a) Internacional
- b) Nacional
  - b.1) Reforma sindical
- c) Estadual
  - c.1) Campanha Salarial
  - c.2) IAMSPE
  - c.3) Eleições municipais

#### II – Conjuntura Educacional

- a) Avaliações
  - a.1) Saesp e Saeb
- b) Fundef e Fundeb
- c) Reforma universitária
- d) Ensino Médio e Profissionalizante

#### III – Informes

- a) Congresso da APEOESP
- b) Encontros Regionais

- c) Conselho Fiscal
- d) CUT
- e) CNTE

#### IV - AGENDA

- a) APEOESP
- b) CNTE (Conselho Nacional dos Trabalhadores de Educação)
- c) CUT ( Central Única dos Trabalhadores).

O Boletim Educacional e Cultural da APEOESP. é um informativo de folha única que foi criado em 2003, sendo que as edições de número 01 a 28 foram publicadas em 2003 e as edições de número 29 a 61, publicadas em 2004.

Esse boletim é enviado pela APEOESP – CENTRAL para todas as suas subsedes, que por sua vez reproduzem cópias xerográficas para seus associados. O professor pode também receber o Boletim via Internet, para isso basta cadastrar-se na APEOESP – CENTRAL por telefone ou pelo E-Mail disponível para esse serviço.

A publicação desse informativo não tem regularidade em períodos, isto é, não se trata de um boletim semanal, quinzenal ou mensal, ele é publicado à medida que há notícias de âmbito cultural e educacional a serem divulgadas.

Esse informativo tem como prerrogativa divulgar eventos culturais e educacionais gratuitos ou que ofereçam promoções de preços ou facilidades de pagamento para professores associados da APEOESP. As informações contidas nesse informativo são bastante sucintas e objetivas, cuja função é passar ao professor a informação principal do evento e disponibilizar meios de informações para que o interessado obtenha maiores esclarecimentos.

Abaixo manchetes de algumas notícias encontradas no Boletim Educacional Cultural e sua respectiva edição:

- **Curso de arte na USP com 50% de desconto para associados da APEOESP – Boletim 03/2003**
- **Educadores discutem violência e sexualidade – Boletim 03/2003**
- **Fundação ABRINQ promove concurso de desenho – Boletim 06/2003**
- **Formação continuada gratuita da POLI para professores da rede pública – Boletim 07/2003**
- **Teatro gratuito para professores – Boletim 08/2003**
- **Exposição gratuita para professores – Boletim 09/2003**
- **Jornada científica na APEOESP – Boletim 11/2003**
- **Cursos para professores de História e Artes na Pinacoteca – Boletim 12/2003**
- **Associado da APEOESP tem desconto em cursos da PUC em Botucatu-SP – Boletim 15/2003**
- **Palestra sobre Fernando de Noronha – Boletim 19/2003**
- **Extensão para professores da rede pública – 33/2004**
- **Planejamento escolar no site da APEOESP – 34/2004**
- **Cursos de Extensão na PUC mais barato para sócios da APEOESP – Boletim 35/2004**
- **Palestra gratuita sobre literatura – Boletim 37/2004**
- **Peça gratuita para escolas estaduais – Boletim 44/2004**
- **Desconto de 50% para professor em curso na USP – Boletim 45/2004**
- **Os 60 anos de Chico Buarque – Boletim 58/2004**
- **Divulgação de livro sobre Educação – Boletim 60/2004**
- **Festa da Alcachofra em São Roque – Boletim 61/2004**

O Ato Público é uma prática da APEOESP que reúne os seus associados num local público para reafirmar posições políticas frente às políticas educacionais impostas pelo Governo Estadual que não atendem às necessidades salariais e de condições de trabalho. O Ato Público pode ou não ser seguido de passeata, cuja função é despertar a atenção da população e dos governantes para as reivindicações da categoria.

Diferente do Ato Público, a Assembléia Geral Estadual pode deliberar pela deflagração da greve ou qualquer outro encaminhamento político e sindical votado na ocasião da Assembléia pelos professores.

As Assembléias Estaduais ocorrem em espaço público e normalmente são seguidas de passeata. Tanto o Ato Público como a Assembléia Geral Estadual trazem um tema e/ou uma pauta de reivindicações.

É possível destacar o tema e a pauta de reivindicações de alguns Atos Públicos e Assembléias Estaduais:

- **Ato Público Unificado**, dia 18/05/2001 às 15 horas em frente ao MASP - avenida Paulista-SP. Tema: “**Dia Estadual de Mobilização em Defesa da Escola Pública, dos Serviços Públicos, do Emprego e do Salário**”. Pauta de reivindicações: Escola Pública de qualidade para todos; Reajuste salarial, já; Fim da violência nas escolas; Fim da aprovação automática dos alunos; Contra a municipalização do ensino; Em defesa dos aposentados e pensionistas; Pela instalação da CPI da corrupção; Pela manutenção dos direitos dos trabalhadores; Contra a política de privatização e Por serviços públicos gratuitos com qualidade e controle social.
- **Ato Público Unificado com paralisação**, dia 22/06/2001 às 10 horas na Praça da República em São Paulo-SP. Pauta de reivindicações: Escola Pública de qualidade para todos; Política salarial única para todos os professores, da ativa e aposentados; Fim da violência nas escolas; Pela derrubada dos vetos aos projetos do bônus e pelo limite de 35 alunos por

sala; Contra a superlotação das salas de aulas; Fim da aprovação automática; Contra a municipalização do ensino; Em defesa dos aposentados e pensionistas; Contra a reforma do ensino médio; Pela instalação da CPI da corrupção; Em defesa da qualidade dos serviços públicos e Contra a privatização.

- **Assembléia Geral com paralisação**, dia 21 de março de 2002 às 13 horas no MASP Avenida Paulista-SP. Tema: **“Categoria Mobilizada, Conquistas Garantidas!”**
- **Assembléia Estadual dos professores**, dia 19/04/2002 às 14 horas na Praça da República em São Paulo-SP. Tema: **“Em defesa da escola pública, por melhores condições de trabalho, garantia de emprego e salário digno.”**
- **Assembléia Estadual dos Professores com paralisação**, dia 17/05/2002 no vão livre do MASP, Avenida Paulista-SP. Tema: **“Categoria mobilizada em defesa da escola pública, por melhores condições de trabalho, garantia de emprego e salário digno”**.
- **Aula e Ato Público**, dia 16/08/2002 às 15 horas na Praça da República-SP. Tema: **“Em defesa da escola pública, por melhores condições de trabalho, garantia de emprego e salário digno”**. Pauta de reivindicações: Contra o veto do número máximo de 35 alunos/classe; Volta da grade curricular de 1997; Fim da aprovação automática; Contra perseguições políticas do governo Covas/Alckmin; Readmissão dos professores demitidos e fim dos processos administrativos; Em defesa das políticas públicas.
- **Ato Público**, dia 11/10/2002 às 11 horas no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo-SP. Tema: **“Contra as perseguições políticas do governo Covas/Alckmin”**
- **Ato Público em defesa da Escola Pública**, dia 22/11/2002 às 15 horas na Praça da República em São Paulo-SP. Tema: **“Governo Alckmin/Chalita ataca Educação**. Pauta de reivindicações: Filosofia, Sociologia, Psicologia,

Educação Artística e Educação Física, SIM!; Com seis aulas no diurno e cinco no noturno!

- **Assembléia Estadual com paralisação**, dia 15/05/2003 às 14 horas no MASP, Avenida Paulista-SP. Tema: **“Contra essa reforma da previdência, em defesa da escola pública, do emprego e do salário”**. Pauta de reivindicações: Grade Curricular com seis aulas no diurno e cinco no noturno; máximo de 35 alunos por sala; Piso do DIEESE (R\$1.466,73 em março/2003) por 24 horas/aula; Incorporação das gratificações com extensão aos aposentados; Fim da municipalização; Em defesa do ensino fundamental, médio e infantil (creche e pré-escola); Readmissão dos professores demitidos e fim dos indiciamentos.
- **Assembléia Estadual com paralisação**, dia 15/08/2003 às 13h30 no MASP, Avenida Paulista-SP. Tema: **“Contra essa reforma da Previdência; Em defesa da escola pública, do emprego e do salário”**. Pauta de reivindicações: Grade curricular com seis aulas no diurno e cinco no noturno; Máximo de 35 alunos por sala de aula; Piso do DIEESE para a jornada semanal de 24 horas/aula; Incorporação das gratificações com extensão aos aposentados; Fim da municipalização; Em defesa do ensino fundamental, médio e infantil (creche e pré-escola); Readmissão dos professores demitidos e fim dos indiciamentos.

O Fax – urgente, Jornal da APEOESP, Boletim do CR/RE, Boletim Educacional e Cultural, Cartaz divulgando atos públicos e greve são documentos com textos informativos objetivando atingir a base da categoria levando informações sindicais.

Os objetivos desses documentos são: Informar a categoria dos acontecimentos rotineiros do sindicato; subsidiar as reuniões dos representantes de escola e do Conselho de Representantes e convocar a categoria para uma mobilização sindical. Eles não têm conteúdos com aprofundamentos teóricos consistentes que revelem a concepção de projeto político-pedagógico da APEOESP.

Os documentos em questão foram criados a partir de deliberação dos congressos da categoria e isto significa que, mesmo sendo superficial a sua

abordagem de conteúdos, eles são coerentes com as concepções político-ideológicas da APEOESP.

## Capítulo IV – O QUE OS DADOS POSSIBILITAM AFIRMAR.

Neste capítulo são examinados os resultados da pesquisa, destacando os aspectos significativos da trajetória da APEOESP e o seu compromisso com a formação dos professores, isto é, se os documentos da APEOESP e as atividades de formação propostas pelo sindicato têm evidenciado um projeto político-pedagógico emancipador.

A análise dos resultados desta pesquisa se desenvolverá à luz das categorias: projeto político-pedagógico; formação político-pedagógica e trabalho.

### **4.1 Categoria: Projeto Político-Pedagógico**

O estatuto da APEOESP demonstra que teoricamente o sindicato tem sua estrutura e organização embasada pela gestão democrática. Em vários de seus artigos, lê-se a existência de instâncias sindicais que funcionam a partir da efetiva participação dos seus associados.

Outros fatores presentes no Estatuto e que fortalecem a gestão democrática na entidade são: O princípio da proporcionalidade que obedece o número de votos que cada chapa adquiriu no pleito eleitoral para composição dos cargos da Diretoria Estadual Colegiada; a exigência mínima de 20% de mulheres na composição de uma chapa candidata à Diretoria Estadual ; a prática do processo eleitoral para qualquer decisão sindical, isto é, para a APEOESP toda e qualquer decisão deve ser precedida pela votação dos associados.

O estatuto também demonstra que a autonomia da entidade em relação a outros segmentos políticos da sociedade e do associado em relação ao sindicato é uma característica estabelecida documentalmente.

Portanto, o projeto político-pedagógico da APEOESP revelado no estatuto, teoricamente, possui característica democrática e emancipatória, e reconhece a importância da autonomia para a execução desse projeto.

Há coerência entre o estatuto e o alinhamento político-ideológico da entidade revelada nas teses-guia, isto é, o Projeto Político-Pedagógico tem características autônomas e democráticas. Nessas teses a APEOESP, expõe sua posição política e faz sugestões a partir da crítica sobre a realidade e suas concepções de sociedade e sistema educacional.

Nesses documentos, a APEOESP vai além de um olhar para si mesma, ela emite opiniões, críticas e sugestões de mudanças sociais. Tais posições têm suas raízes ideológicas na gestão participativa, democrática e autônoma.

As ações do Coletivo de Formação, reforçam pedagogicamente o projeto político-pedagógico com embasamento teórico numa gestão com participação crítica, isto é, democrática e autônoma.

Essas características de projeto político-pedagógico emancipador estão presentes nos documentos produzidos pelo Coletivo de Formação e no objetivo de realizar cursos de formação profissional em parceria com universidades.

No capítulo sobre fundamentação teórica, há vários tipos de projetos político-pedagógicos que norteiam a educação. A APEOESP tem seu projeto muito semelhante ao projeto político-pedagógico que valoriza a emancipação da pessoa, pois, tem nas suas bases ideológicas a autonomia, gestão democrática, reflexão sobre a prática e o trabalho que articula teoria e prática. Esses princípios ideológicos da APEOESP são coincidentes com as intenções pensadas por Gadotti para as escolas públicas:

“A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma

exigência de seu projeto político-pedagógico. (...) A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola." (Gadotti,2000, p. 35)

O que foi observado nos documentos da APEOESP é que sua organização e estrutura possibilitam a participação dos seus filiados não como meros fiscalizadores ou usuários do sistema sindical, mas como responsáveis pela entidade, e inseridos nas instâncias deliberativas e colaborando no desenvolvimento das ações sindicais.

Assim como, para Gadotti "a participação na gestão da escola proporciona um melhor conhecimento do funcionamento da escola e leva um conhecimento mútuo pelo contato entre professor e aluno", na APEOESP a gestão democrática possibilita a participação do professor, imprescindível para nortear os rumos do sindicato e tomar conhecimento das necessidades da categoria e das formas de atendê-las.

Outras características também explicitadas no projeto político-pedagógico da APEOESP são: A aproximação entre o conhecimento sistematizado nos documentos da entidade e as ações sindicais; a tomada de posição política e crítica frente aos problemas educacionais; a valorização do trabalho coletivo em detrimento do individualismo; o caráter de não neutralidade política da entidade em relação às questões sociais de toda ordem, seja no âmbito educacional ou não.

Essas características presentes na estrutura e dinâmica da APEOESP que norteiam as ações da entidade e o trabalho dos associados tem sintonia com o que Paulo Freire pensa sobre a importância da educação na formação das pessoas:

"(...) A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova.(...) Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente

na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo.”  
(Freire,2002,p.86)

O projeto político-pedagógico da APEOESP, teoricamente, evidencia para seus associados os mesmos propósitos para a escola pública brasileira, pensado pelos cientistas educacionais mencionados neste trabalho, isto é, um projeto educacional assentado na autonomia do trabalho pedagógico, na gestão democrática que visa a emancipação das pessoas.

Essa emancipação deve proporcionar à pessoa, aprender, desde cedo a conviver com as necessidades de tomar decisões, pensar os rumos da sua própria história e exercitar o convívio com os demais, se expressando, cada um, a sua liberdade e respeitando a liberdade do outro, isto é, exercitando o espírito democrático no ambiente escolar.

#### **4.2 Categoria: Formação Político-Pedagógica**

O estatuto da APEOESP coloca-se a favor da formação profissional dos professores mas nesse aspecto limita-se a reconhecer a existência, em sua estrutura funcional, das secretarias de Formação e de Assuntos Educacionais e Culturais.

Diferentemente do estatuto, as teses-guia e as ações do Coletivo de Formação trazem dados reveladores de como a APEOESP concebe a formação profissional com o uso da metodologia da reflexão sobre a prática e o caráter político-ideológico dessas formações.

Nas teses-guia dos congressos da APEOESP observam-se produções teóricas que defendem uma formação profissional do professor articulada às questões políticas locais e internacionais, assumindo o professor um papel pedagógico e social com compromisso político.

A metodologia de formação defendida pela APEOESP, que envolve reflexão-ação-reflexão, revela que o sindicato concebe o professor como um pesquisador de

sua prática, e a formação profissional vinculada à ação transformadora na realização do trabalho pedagógico.

Nos cursos realizados pelo Coletivo de Formação em parceria com as Universidades, também se destaca a metodologia da ação-reflexão-ação. E no caso específico das Oficinas de Produção no Ensino de Ciências há outra especificidade, além da reflexão do professor sobre sua prática, que é a articulação da teoria com a prática na transformação do trabalho pedagógico.

Os cursos do Coletivo de Formação, em relação ao encaminhamento metodológico da reflexão sobre a prática, são coerentes com os textos das teses-guia que abordam a formação profissional.

A mesma coerência se verifica quando exigem que a formação profissional dos professores seja de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, porém a APEOESP em nenhuma dessas propostas se pronuncia em relação ao alinhamento político-ideológico existente nos cursos oferecidos pela Secretaria.

Constata-se que, ao mesmo tempo em que a APEOESP defende um tipo de formação cuja metodologia garante a reflexão sobre a prática e a articulação entre teoria e prática, exige da Secretaria Estadual de Educação a formação profissional dos professores sem se pronunciar quanto ao alinhamento político-ideológico que esse órgão deve imprimir aos cursos.

Obviamente a Secretaria Estadual de Educação tem a obrigação de garantir a formação contínua do seu quadro de docentes, porém a APEOESP, enquanto entidade sindical da maior relevância para os professores, não pode eximir-se da responsabilidade de promover cursos de formação profissional politizadores, democráticos e autônomos, características da sua estrutura, organização e alinhamento político-ideológico.

Se cabe ao sindicato politizar seus sócios no campo da educação, qual o melhor caminho para tal ação? Um dos caminhos, de maior proximidade com o professor, é partir de seu próprio trabalho. Assim, os cursos tornam-se atividades importantes no processo de politização do professor, com base na metodologia baseada na ação-reflexão-ação contextualizada pela realidade social atual.

A APEOESP é favorável à formação contínua e continuada dos professores. Por isso criou um projeto alternativo de formação para atender parte da demanda exigida pela categoria. Porém, como se observa no cronograma das ações do Coletivo de Formação, há um declínio na produção teórica e nos cursos de formação para os professores a partir de 1998, com agravamento desse declínio a partir de 2001.

A APEOESP em seus documentos está sempre se posicionando frente às questões políticas locais e internacionais, isto demonstra que a entidade concebe seu trabalho sindical como um trabalho de compromisso político e não neutro. A partir desse princípio, também defende que a formação político-pedagógica do professor deva ser uma formação não neutra, que possibilite, por parte do professor, tomada de decisões e opções políticas na forma de encaminhar o trabalho pedagógico.

Em relação à importância, atribuída pela APEOESP, à posição política do professor desempenho do seu trabalho pedagógico, há sintonia com Freire:

“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê(...)” (Freire, 2002, p.115-116).

A metodologia da reflexão sobre a prática, utilizada pela APEOESP na condução do trabalho sindical, se ajusta à concepção de metodologia que propõe para cursos de formação e no exercício do trabalho pedagógico do professor, pois possibilita ampliação da visão crítica ao entender que o seu trabalho está inserido num sistema educacional que pertence a uma teia de relações sociais. Portanto, a sua formação político-pedagógica não pode ser ingênua ou neutra, como afirma o professor Ronaldo Nicolai, em entrevista à Professora Maria Luisa Santos Ribeiro:

“(...) À medida que a gente vai compreendendo a ligação que existe entre a luta política geral e a situação educacional, à medida que a gente vai

enxergando melhor essa necessidade de atuação nos dois campos, a nossa atuação dentro da escola mesmo, a nossa atuação como educador, vai-se tornando mais conseqüente, porque a gente sabe para onde está indo. A gente fica sabendo que pode ser usado como instrumento em propósitos não-educacionais e, diante desse risco, mesmo numa matéria como a Matemática, a gente vai orientando a ação como professor para o sentido do desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, da capacidade de análise da situação e da capacidade de modificá-la a partir dessa análise e dessa crítica(...). E isso eu fui percebendo nestes anos de exercício do magistério e da militância junto à associação(APEOESP). A visão sobre como deveria ser ensinada a Matemática, de quando eu saí da Faculdade, era outra.” (Ribeiro,1984.p.180-181)

Existe formação político-pedagógica que atende ao atual sistema educacional, cuja metodologia de ensino reproduz informações pré-elaboradas, isto é, formação que prioriza a passagem do conteúdo em detrimento da leitura crítica do mundo. Há também a formação político-pedagógica que possibilita ao professor superar a ingenuidade de conceber seu trabalho politicamente neutro, assumindo a crítica do trabalho pedagógico como um ato político. A formação se assume como politização, por isso transcende os conteúdos específicos, as capacitações técnicas, os treinos e a caricatura que a sociedade impõe ao professor como o mestre que deve olhar, conhecer e dominar apenas o seu campo específico de conhecimento. Essa formação que permite refletir política e criticamente, desvela ao professor que sua opção profissional está inserida na teia social e que seu trabalho pedagógico na sala de aula, ou fora dela, servirá para ajudar na reprodução ou na transformação da sociedade.

#### **4.3 Categoria: Trabalho**

Os documentos da APEOESP analisados nesta pesquisa revelam que o trabalho do sindicato tem como base a articulação entre o conhecimento produzido por todos os envolvidos com a entidade e as ações dos seus dirigentes e associados,

bem como a concepção do trabalho sindical pautado no respeito aos grupos sociais discriminados.

Essa aproximação entre o conhecimento e as ações também ocorre nos cursos de formação profissional, em especial nas Oficinas de Produções em Ensino de Ciências, como demonstrado nos dados desta pesquisa, que se utiliza da metodologia da reflexão sobre a ação da superação da dicotomia entre teoria e prática.

Esse princípio do trabalho sindical da APEOESP em aproximar a teoria da prática e que está presente também nos cursos de formação profissional desenvolvida pelo sindicato, é coerente com o pensamento de Paulo Freire em relação à formação de professores, já citado no trabalho:

“A dialeticidade entre prática e teoria deve ser plenamente vivida nos contextos teóricos da formação de quadros. Essa idéia de que é possível formar uma educadora praticamente, ensinando-lhe como dizer – bom dia – a seus alunos, a como moldar a mão do educando no traçado de uma linha, sem nenhuma convivência séria com a teoria é tão cientificamente errada quanto a de fazer discursos, preleções teóricas, sem levar em consideração a realidade concreta, ora das professoras, ora das professoras e de seus alunos.”  
(Freire,2001,p.106-107)

Ao aproximar a teoria da prática, bem como consagrá-la o princípio da metodologia dos seus cursos de formação, a APEOESP pretende que o professor, ao pensar o que faz, tanto no sindicato em relação as suas ações, quanto no seu trabalho, pense de forma crítica, superando a ingenuidade e compreendendo melhor o seu papel social.

A indicação da APEOESP para refletir sobre a prática, e ter como metodologia para os cursos de formação a reflexão do professor sobre seu trabalho, coincide com as produções científicas em Educação que defendem esse princípio metodológico como transformador do trabalho.

(...) O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito.(...) Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura. Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador(...) O de que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (...)” (Freire,2002p.43-44)

Em síntese, a APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, segundo os documentos analisados, tem oferecido subsídios teóricos aos professores para uma proposta de formação emancipatória, isto é, democrática, autônoma e crítica.

Verifica-se que há acordo entre os conteúdos dos textos teóricos da APEOESP e as indicações dos estudos sobre os temas educacionais. Isto nos leva a considerar que a hipótese deste trabalho foi confirmada, ou seja, os documentos da entidade e as atividades de formação de professores propostas pelo sindicato têm evidenciado um projeto político-pedagógico emancipador, ou seja, que prioriza a gestão democrática e autonomia dos seus associados. O projeto coloca-se a favor da formação profissional que aproxima a teoria da prática, isto é, da reflexão do professor sobre o seu trabalho pedagógico, na dinâmica da ação-reflexão-ação.

A análise dos documentos demonstra que a APEOESP, no seu projeto sindical, tem acentuado mais o caráter político-partidário em detrimento do político-pedagógico.

É muito forte, na APEOESP, a preocupação com as políticas nacionais e internacionais, não tornando claro para os professores a relação dessas políticas com as questões político-pedagógicas vividas na sala de aula.

Subjetivamente, pode-se afirmar que a ênfase no aspecto político, colabora com a formação profissional e com o trabalho pedagógico, porém, essa articulação não é feita nos documentos analisados. Dessa forma, as ações pedagógicas na APEOESP ficam restritas às ações do Coletivo de Formação com as produções das Revistas de Educação, que trazem artigos de reflexão sobre o trabalho pedagógico, e nos cursos de formação realizados em parceria com as universidades.

Os documentos afirmam interesse da APEOESP pela formação contínua dos professores, mas ela não se coloca como responsável por essa formação profissional, atribuindo essa responsabilidade à Secretaria Estadual de Educação. E não há, nos documentos analisados, preocupação da entidade com a ideologia existente nos cursos da Secretaria Estadual de Educação.

Quanto à utilização na prática docente das teorias reveladas nos documentos do sindicato, não é possível avaliar, uma vez que esta pesquisa priorizou a análise dos documentos (teorias e práticas) e não dos reflexos na prática docente em relação ao que é proposto pela entidade. Ou seja, como os associados avaliam a influência da APEOESP em seus trabalhos pedagógicos.

Outro fator relevante mostrado pela pesquisa foi a diminuição das atividades do Coletivo de Formação, seja do próprio Coletivo ou da parceria com universidades. Isto demonstra incoerência entre o que a APEOESP manifesta sobre a importância da realização de cursos de formação e o que realmente pratica.

Destaca-se também, neste trabalho, que o projeto político-pedagógico emancipador, democrático e autônomo, que articula teoria e prática, é o modelo de projeto que a APEOESP pensa também para o professor em relação à escola e ao seu trabalho pedagógico.

A APEOESP, nesta análise, é uma entidade teoricamente democrática, autônoma, emancipadora e se constitui modelo de gestão para as escolas públicas estaduais. A concretização desse modelo depende dos professores e de toda a

comunidade envolvida com a escola entender em que as questões educacionais, tanto as de sala de aula como as mais amplas, dependem da comunidade escolar e também dos dirigentes políticos.

As manifestações de greve e tantas outras carecem de fortalecimento das propostas para mostrar mais efetivamente as questões educacionais presentes na escola.

## CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sindicato tem oferecido, por meio de uma série de documentos e de seus sessenta anos de história, contribuições que fundamentaram a minha pesquisa sobre a relevante participação da APEOESP na formação político-pedagógica do professor.

A pesquisa não consultou os professores para compreender como as atividades de formações oferecidas pelo sindicato são absorvidas e aplicadas em se cotidiano pedagógico. Porém, é possível afirmar que parte das minhas inquietações foram respondidas.

Com base na frequência e abrangência dos cursos de formação oferecidos pela APEOESP é possível compreender, mesmo que subjetivamente, uma das várias razões das dificuldades do professor para articular os conteúdos universais com o contexto social vivido pelo estudante. É a falta de cursos de formação político-pedagógica, tais como os ministrados pela APEOESP à base da categoria.

A partir dos resultados obtidos nesta dissertação, somados a minha militância na APEOESP desde 1991 como professor representante de escola (REs), Conselheiro Regional, Conselheiro Estadual e atualmente coordenador da Subsede de Sorocaba e delegado ao XX Congresso Estadual da APEOESP, passo a destacar os avanços e recuos do sindicato.

Entre os pontos positivos da entidade, é possível realçar alguns de maior relevância.

A APEOESP possui atualmente uma boa estrutura sindical que garante o funcionamento de todas as secretarias e subsedes do sindicato. Essa estrutura possibilita uma farta publicação de materiais relacionados com a política educacional, com questões pedagógicas, de propaganda e um orçamento financeiro que possibilita os trabalhos sindicais, isto é, não há falta de recursos financeiros para o cumprimento da rotina sindical da entidade.

Sua organização, demonstrada pela pesquisa, se assenta num projeto político-pedagógico emancipador com efetiva defesa da gestão democrática e autonomia de

seus associados. As instâncias deliberativas da APEOESP são todas eleitas pela base da categoria e a participação é aberta a todos os filiados.

Outro aspecto positivo da APEOESP é observado em sua história. O sindicato no fim da década de 70 e durante toda década de 80 participou ativamente com grandes mobilizações e greves pelo fim do regime militar, pela reestruturação da carreira do magistério paulista, por melhorias salariais, condições de trabalho e qualidade de ensino público.

Foi nesse período de grande efervescência política que a APEOESP, pelas grandes mobilizações que realizou, se firmou junto à categoria como entidade sindical de maior representatividade dos professores paulistas. Essa conquista é respeitada inclusive pelos órgãos oficiais municipais e estaduais, apesar das poucas mobilizações nos últimos anos.

As greves sempre foram um marco na vida sindical da APEOESP e várias conquistas salariais foram firmadas a partir desses atos. O movimento grevista também serviu para desqualificar algumas personalidades políticas, a partir das péssimas administrações vivenciadas.

Por ocasião da greve de 1993, os professores do Estado de São Paulo recebiam os piores salários do magistério público das últimas décadas. Isso facilitou a decisão da categoria em aderir a greve. Essa mobilização foi o marco inicial da minha politização.

Houve a ocupação na ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pelos professores grevistas por nove dias, o que marcou essa greve de 1993.

Durante esses dias que passei na ALESP, fui adquirindo formação política em contato com várias lideranças políticas e sindicais do Brasil, compreendi o funcionamento político interno da APEOESP e a necessidade de posicionamento entre as várias tendências políticas que existem dentro do sindicato.

O movimento grevista exige do professor uma tomada de posição política, seja pela adesão ou não à greve, obrigando-o a sair “de cima do muro”, da indecisão. A greve também permite-lhe reflexões sobre o trabalho pedagógico e sobre a

necessidade de superar as dificuldades impostas à profissão docente, não só pela dedicação em sala de aula, mas também pela atuação política.

A greve também possibilitou-me um entendimento global das estruturas sociais, despertou-me para a militância sindical na subsede de Sorocaba e permitiu que eu tivesse uma visão mais crítica das funções sociais, políticas e culturais do trabalho pedagógico.

Outro ponto positivo da APEOESP foi a ampliação do sindicato em todo Estado de São Paulo com a instalação das subseções e a criação da função do representante de escola (RE).

O representante de escola é o professor associado eleito no início do ano letivo pelos seus pares na unidade escolar para representar a APEOESP na escola. Atualmente é possível eleger um representante por período escolar, sendo que apenas dois REs por escola têm o dia de serviço abonado para participar da reunião de representantes de escola que ocorre a cada três meses.

Quanto à comunicação que existe da base da categoria com as instâncias deliberativas, é importante ressaltar o trabalho do professor representante de escola (RE), que entre várias funções, deve ser o elo dos professores que estão em sala de aula com a Diretoria da entidade, e representar os docentes junto à Direção escolar.

O representante de escola, ao mesmo tempo que é exemplo de práticas democráticas do sindicato, podendo ter avanços na sua formação político-pedagógica, deve ter postura política e defender os interesses dos professores junto à Direção escolar e à própria APEOESP.

Esses professores representantes da APEOESP conseguem motivar parte dos professores a participar das reuniões da entidade. Com isso viabilizam ricas discussões em conteúdos e decisões, que em seguida são encaminhados à subseção, analisados e questionados pela Executiva Regional.

Isso demonstra que se o projeto político-pedagógico do sindicato não consegue atingir a totalidade dos professores, também não se pode dizer que as teorias e práticas de emancipação do sindicato não consigam atingir parte dos seus filiados.

Em 2004, no XX Congresso da APEOESP, participei na condição de Coordenador da subseção de Sorocaba e delegado ao Congresso. Observei que desde

a preparação do Congresso até a sua realização, a APEOESP esteve aberta à participação ativa dos filiados, não como meros fiscalizadores ou receptores de decisões sindicais, mas como responsáveis pela vida da entidade.

O que a militância permite observar é que nas etapas de preparação e realização do Congresso Estadual, o projeto político-pedagógico pode ser mais emancipador que o caracterizado neste trabalho, ou pode não atender aos princípios emancipatórios. Há momentos em que o sindicato está aberto às sugestões da categoria e as executa, e em outros momentos, se fecha à base e autoritariamente cumpre com as determinações da Diretoria Executiva.

A escolha de pré-delegados e delegados ao Congresso, não é uma escolha tranqüila, como relatada anteriormente neste trabalho. O envio de delegados ao Congresso não ocorre sem uma grande disputa das tendências políticas que compõem a APEOESP. Algumas delas agem com autoritarismo para garantir maior participação dos seus componentes.

Essas tendências políticas, por meio do trabalho na APEOESP, também contribuem para formação político-pedagógica do professor. A partir de onze tendências políticas atuantes hoje na estrutura da APEOESP que tem posição política, divergentes faz com que o professor passe a entender que não existe a neutralidade política na Educação, nem mesmo apartidários, porque as tendências políticas internas da APEOESP se identificam com um ou outro partido político.

Especificamente no XX Congresso Estadual, ocorrido entre os dias 17 a 20 de novembro de 2004 na cidade de Serra Negra – SP, sob o tema: “CONQUISTAS, SÓ COM LUTAS! Educação Pública de qualidade, com qualificação e valorização profissional, geração de empregos e renda – UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL!”, vivenciei alguns fatos que aqui relatados podem contribuir com esta análise.

Durante o Congresso, vários professores se manifestaram contra a divisão do sindicato em tendências, dando a entender que todas forças sindicais devem se unir para combater a política educacional imposta pelo Governo do Estado de São Paulo.

O entendimento desses professores é que as discussões do Congresso estão voltadas para a disputa do controle sobre a APEOESP e que o professor vem sendo

esquecido, segundo comentários proferidos no Congresso com o seguinte conteúdo: “(...) Quando este Congresso vai tratar de problemas que envolvem os professores, porque até agora só se falou em política!”.

A delegação de Sorocaba contou com delegados de quatro tendências. A minha participação foi pela Alternativa Sindical Socialista – ASS, que contou com dezessete delegados de Sorocaba. Entre eles havia sete professores que não tinham militância sindical ou política. Este fato exigiu do grupo várias reuniões para esclarecimento sobre a política interna existente na APEOESP e a importância de posicionar-se politicamente. Esses professores foram para o Congresso pela tendência ASS porque se identificaram com o trabalho realizado na subseção de Sorocaba por meio da nossa Coordenação.

Esse relato permite analisar que o Congresso da APEOESP é um instrumento importante para a formação político-pedagógica do Professor. Pois, desde a estrutura de hospedagem até a participação nas plenárias, o congressista desenvolve seu senso crítico e se vê além de um professor voltado apenas à atividade pedagógica. O “clima” do Congresso faz o professor sentir-se um ser político e como tal, opinar e tomar posturas.

O manifesto em plenária de alguns professores, que acusam o Congresso de discutir muito sobre política e não se voltar aos problemas dos professores, é silenciado com os debates políticos das tendências, ou seja, o professor “despolitizado” fica entre um fogo cruzado, cabendo-lhe reconstruir sozinho em seu ideário uma nova concepção de sindicato de forma menos ingênua e mais politizada.

Os debates entre lideranças de diferentes tendências políticas durante o Congresso, podem ajudar no desenvolvimento crítico dos delegados, pois esses debates, embora com discursos calorosos, são democráticos e atendem às necessidades de desabafo da categoria.

Os dias de Congresso possibilitam o exercício da participação e a necessidade em tomar decisões, evidencia que cada delegado encontra-se em um estágio de compreensão e criticidade política da sua prática sindical e pedagógica.

As discussões entre os participantes, o extrapolar no plenário e suas idas aos ambientes dos restaurantes, bares noturnos, quartos de hotel e outros locais onde se

encontram os congressistas reunidos discutindo o Congresso, revelam de forma positiva o exercício da democracia e a formação do professor na concepção crítica e política do seu papel como educador, isto é, possibilitam uma formação política.

A destacada contribuição da APEOESP, observada pela prática sindical para a formação dos professores, é desenvolver a consciência crítica de que o trabalho pedagógico é um trabalho político e que posicionar-se politicamente em sala de aula e fora dela é um princípio de liberdade e emancipação.

A APEOESP tem um projeto que, para muitos dos professores conscientes, é emancipador, pois possibilita uma formação pedagógica, política e crítica permitindo compreender que os problemas educacionais e escolares devem ser resolvidos com uma política educacional que defenda o ensino de qualidade, priorizando os estudantes e valorizando os professores por meio de melhores condições de trabalho e formação profissional.

O projeto político-pedagógico do sindicato possibilita, entre outras opções, que o professor posicione-se politicamente a favor das classes populares, menos favorecidas, que em geral estão nas escolas públicas periféricas das grandes cidades, e sinta-se motivado a engajar-se em lutas sociais mais abrangentes, por menos desigualdade social, que transcendem a simples postura corporativista da categoria.

O trabalho sindical que a APEOESP propõe fazer no conjunto de idéias de suas tendências políticas, é que a teoria ilumine e direcione a prática e que dessa prática flua novos saberes, que discutidos, redimensionem as novas práticas. É a teoria iluminando a prática e a prática repensada para melhor praticá-la. Isto é o que demonstram a estrutura organizacional da APEOESP e seus documentos.

Tanto os cursos que são realizados em parceria com universidades, quanto as práticas de mobilização, como as greves, e documentos produzidos pelo sindicato, são norteados pelo pensamento de desenvolvimento crítico, pela participação ativa, pelo rompimento com a ingenuidade política e o reconhecimento da influência da política na Educação.

A análise dos dados desta pesquisa e a minha militância na APEOESP também revelaram, na minha ótica, alguns aspectos negativos para os quais o sindicato precisa repensar os seus encaminhamentos políticos, sindicais e pedagógicos.

Um dos aspectos mais negativos revelados neste trabalho e observado na prática por meio da militância é a falta de investimento da APEOESP na formação político-pedagógica dos professores, colocando em segundo plano o Coletivo de Formação.

Como demonstrado nesta pesquisa, a Secretaria de Formação que é a responsável pelas ações do Coletivo de Formação limita-se a produzir Cadernos de Formação, que na verdade é a reprodução, ano a ano, de um planejamento escolar. Deixou de existir uma equipe de formação voltada às questões pedagógicas da APEOESP, organizando ações mais efetivas para o entendimento do processo educativo. As parcerias com universidades para realização de cursos de Formação que outrora eram realizadas, atualmente também estão descartadas pela APEOESP.

Outro aspecto que precisa ser repensado pela APEOESP, ou melhor explicado aos professores, são as declarações feitas em vários documentos da entidade, em que ela responsabiliza a Secretaria Estadual de Educação pela formação profissional dos Professores e não discute em nenhum momento o alinhamento político-ideológico dos cursos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação.

Destaco também que o aspecto político é priorizado na APEOESP em detrimento do pedagógico. Se a APEOESP tem claro que o aspecto político também é pedagógico, precisa transmitir isso a categoria, pois, minha vivência como coordenador da Subsede de Sorocaba permite afirmar que há professores que não fazem qualquer articulação do aspecto político da APEOESP com o pedagógico da sala de aula.

Em relação a interferência do aspecto político partidário nas decisões internas da APEOESP, há que se destacar a forte influência dos partidos políticos, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em junho de 2005 houve eleições internas da APEOESP e as composições de chapas para a disputa da Diretoria Estadual foram estabelecidas a partir das políticas externas à APEOESP. Isto é, houve uma dissidência da chapa 2 – Oposição

Alternativa que originou a Chapa 5 – ASS – Alternativa Socialista Sindical, por motivos ligados ao Governo Federal, visto que a Oposição Alternativa (composta em sua maioria por militantes do partido político PSTU) utilizaria as eleições da APEOESP também para “manchar” a imagem do Governo Lula o que foi rechaçado por integrantes do grupo que constitui-se a chapa 5 que, derrotada nas eleições, não indicou qualquer diretor estadual para a nova gestão.

No caso específico da subsede de Sorocaba, a composição da coordenação local, (período 2005/2006) isto é, os cargos de coordenador, secretário geral e tesoureiro, são escolhidos pelos conselheiros regionais (em Sorocaba foram eleitos 24 conselheiros para a gestão 2005/2006). Porém, há conselheiros que votam em nomes para a coordenação da subsede a partir da indicação de parlamentares, prioritariamente, do Partido dos Trabalhadores – PT que possuem seu colégio eleitoral em Sorocaba e publicamente apoiaram as candidaturas do conselho da APEOESP.

A experiência vivida na subsede de Sorocaba tem mostrado que a democracia na APEOESP é por vezes abalada por motivos de disputas e conflitos das tendências políticas e partidos políticos que tentam instrumentalizar o sindicato, visando usá-lo para popularizar junto à categoria seus candidatos a cargos no poderes Legislativo e Executivo municipais, estadual e federal.

Quanto à participação dos associados na vida da entidade e nas instâncias deliberativas constata-se que embora a participação nessas instâncias seja garantida a todos os filiados, há um número irrisório de professores participantes.

Há também uma incidência das mesmas pessoas ocupando por vários anos as mesmas funções na APEOESP, em virtude do pouco esclarecimento que a categoria tem no momento das eleições para escolha de seus representantes. Além disso, as participações em muitos casos não são críticas, são ingênuas politicamente ou motivadas por abono de ponto do dia de trabalho.

Em relação aos documentos produzidos pela APEOESP constato que textos de Conjunturas Internacional e Nacional não são os preferidos dos professores, pois não são lidos por eles. Aliás, houve em Sorocaba-SP, professores que solicitaram à nossa coordenação a retirada da Análise de Conjuntura dos encontros regionais do sindicato

por considerá-los sem nenhuma importância para os problemas vividos em sala de aula.

Dessa forma caracteriza-se que há professores que não articulam o micro-mundo da sala de aula com a macrosociedade em que vivem ou não confiam que as melhorias das condições de trabalho, salários e qualidade de ensino virão dos políticos e governantes por se tratarem de problemas crônicos, quase sem solução, e por não serem prioridades dos atuais governos.

Isto significa que o projeto político pedagógico da APEOESP tem se colocado democrático, respeitando as opções políticas de seus associados, porém a proposta com característica socialista do projeto da APEOESP não foi absorvida pela grande maioria dos professores. Isto ratifica que a formação político-pedagógica, principalmente a emancipadora é um processo lento e contínuo que vai se dando em níveis diferentes em cada professor com base no envolvimento e forma de relacionar-se ao sindicato e à sua profissão.

As dificuldades, mais comuns na subseção de Sorocaba, para efetivação de um projeto político pedagógico emancipador estão na não compreensão do funcionamento das instâncias deliberativas da APEOESP; deficiência na comunicação entre a APEOESP – Sede Central e os professores; falta de interesse em efetivar uma relação mais orgânica, funcional e de credibilidade com o sindicato; falta de investimentos da APEOESP em cursos de formação contínua, em serviço, voltado para melhorar a politização do professor.

Outro fator que dificulta a efetivação do projeto político-pedagógico revelado pela APEOESP é o pouco interesse dos professores em ler os documentos produzidos pelo sindicato, tais como: Jornal da APEOESP, FAX URGENTE, Revista de Educação, Boletim Educacional e Cultural que chegam aos professores por meio do representante de escola ou em sua residência os quais possibilitam visão mais crítica dos problemas educacionais.

O XX Congresso da APEOESP também apresentou pontos que não colaboram para o avanço político da categoria, pela primeira vez a organização do Congresso da APEOESP hospedou os delegados em hotéis separados por tendências políticas. A delegação de Sorocaba, composta por cinquenta e cinco delegados, ficou hospedada

em quatro hotéis diferentes, pois há na subsede de Sorocaba representantes de quatro tendências sindicais.

O hotel com a melhor estrutura foi destinado aos delegados da tendência política “Articulação Sindical”, que contou com uma delegação de aproximadamente mil e cem delegados.

As disputas entre tendências políticas também ocorrem na produção de faixas publicitárias, confecção de camisetas, adesivos, bexigas e contratação de animadores de platéia que coordenam as manifestações dos delegados durante a exposição oral dos líderes das tendências, durante a votação das emendas propostas ao texto original (Tese Guia).

Os debates que ocorrem nas plenárias são feitos pelas lideranças de cada tendência que se revezam ao microfone como porta-vozes dos professores que se identificam com o respectivo grupo político.

Com base em alguns depoimentos dos delegados, nota-se que muitos professores vão para o Congresso sem ter lido as Teses, portanto não conseguem, durante os grupos temáticos, elaborar emendas ao texto original, tendo que votar nas emendas propostas pela liderança de sua tendência política. Durante a votação das emendas, um número considerável de delegados levanta o crachá de votação tendo como referencial a liderança da sua tendência política.

O Congresso Estadual da APEOESP por meio dos inúmeros debates que nele ocorrem, evidencia que o projeto político defendido pela Presidência da entidade está articulado ao projeto da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CNTE (Central Nacional dos Trabalhadores em Educação) e concede apoio irrestrito às reformas do Governo Federal. Enquanto que as tendências de oposição estão a favor da reconstrução ideológica da CUT ou à desfiliação da APEOESP dessa central e o fim do atrelamento da política sindical da APEOESP com as reformas do Governo Federal.

Vários professores destacaram o número excessivo de atividades, a falta de rigor nos horários e pouco tempo para lerem os textos de emendas à Tese Guia como fatores que impossibilitaram melhor aproveitamento no Congresso.

Outro destaque negativo foi a plenária discutir o plano de luta para o ano de 2005 na última sessão do Congresso, quando muitos professores estavam de malas prontas para voltarem à cidade de origem.

O debate sobre Política Educacional ocorreu na manhã seguinte após ao baile, promovido pela Comissão Organizadora do Congresso, causando um esvaziamento no plenário.

Mesmo assim, durante a discussão sobre Política Educacional os expositores, por várias vezes, pediram aos professores maior participação ao debate solicitando silêncio da plenária durante a exposição das suas teses. O mesmo não ocorreu com as lideranças de tendências políticas. No momento das defesas das emendas, a participação dos congressistas foi mais presente nas discussões porque havia disputa acirrada entre as tendências.

O contato verbal com os delegados de outras subseções, permite-me dizer que não há um compromisso consensual dos congressistas em retornar para as subseções e escolas levando as decisões do Congresso e continuar o debate em sua região. Observa-se pouco interesse em transmitir aos professores o que foi discutido e aprovado em Congresso.

No âmbito da Diretoria Estadual, não há encontros sistemáticos e organizados para levar à base da categoria as discussões do Congresso, exceto o caderno de resoluções congressuais que é publicado e distribuído posteriormente aos associados.

Dessa forma, a base da APEOESP fica à mercê da responsabilidade e da vontade política de que cada delegado leve notícias do Congresso.

Nas plenárias do Congresso também se observam algumas ações menos emancipadoras. Há um número considerável de professores que vota sem ter acompanhado o debate das emendas que estão em votação, sem ter lido as teses e as emendas, e por isso vota contra reivindicações comuns da categoria, motivado pelo sectarismo à tendência política a que pertence. Isso caracteriza uma deformação político-pedagógica do professor, e evita o avanço nas conquistas comuns da categoria que é o objetivo do Sindicato, e que pela resistente disputa pelo controle da APEOESP, fica relegada ao plano inferior de importância.

A partir dos fatores positivos e negativos da APEOESP, que foram destacados pela observação dos documentos e da minha militância na liderança sindical de uma das maiores subseções do Estado de São Paulo, é possível fazer algumas sugestões para a melhoria do sindicato a fim de atender aos seus objetivos.

O ponto mais importante que deve ser priorizado pela APEOESP, neste momento em que há uma estagnação no movimento sindical, é a formação político-pedagógica dos professores. Entretanto, em caráter de urgência, deve-se reativar o Coletivo de Formação com a contribuição de professores universitários que se adequam ao caráter político-ideológico da APEOESP.

As parcerias com as universidades, visando a formação pedagógica dos professores, também devem ser retomadas, concebidas como atividade duradoura e contínua.

A proposta do Coletivo de Formação, elaborada em 1996 de criar nas subseções os grupos de referência para promover formação contínua aos associados, orientada pelos professores do Coletivo, deve ser também implementada em caráter de urgência, posto em prática pela Sede Central.

Há outros aspectos relevantes que a APEOESP deve realizar, porém mais abrangentes que a formação político-pedagógica e não menos importantes para a categoria, tais como:

- Melhorar a qualificação, por meio de formação contínua, dos coordenadores de subseções, conselheiros, diretores estaduais e REs.
- Criar, além dos meios existentes, um canal aberto de diálogo entre a base e a Diretoria Executiva da APEOESP, sobretudo um diálogo em que a presidência da entidade responda os questionamentos do professor que está na sala de aula.
- A presidência da entidade precisa viajar pelas subseções e fazer reuniões itinerantes com os representantes da entidade e com todos os associados do sindicato.
- A APEOESP precisa sistematizar debates sobre os documentos que ela produz, que são teoricamente importantes, para balizar as ações dos associados.

- Melhorar o diálogo entre as tendências políticas existentes na APEOESP de forma que haja avanços políticos, pedagógicos e sindicais, resultados dessa diversidade de ideologias.
- Obviamente que a APEOESP é um campo de conflitos de interesses políticos partidários, porém, há que se garantir a autonomia total dos associados na escolha de seus representantes, sem a cooptação partidária existente hoje na vida da entidade.
- A diretoria executiva deve promover encontros estaduais com os coordenadores de subsedes para que haja socialização das atividades realizadas.
- A secretaria de comunicação da APEOESP deve preocupar-se em publicar para todos os associados, por meio dos veículos de publicidade existente no sindicato, os trabalhos sindicais, políticos e pedagógicos que estão sendo realizados nas subsedes e também pela sede central.
- A APEOESP precisa priorizar uma Secretaria de Educação na entidade, que funcione como uma Secretaria paralela à Secretaria Estadual de Educação, para mostrar à categoria os interesses políticos e a ideologia que existem na política educacional no Estado de São Paulo. Essa Secretaria de Educação alternativa deve funcionar de forma sistemática, organizada e de fácil acesso aos professores.

A partir da minha experiência como Coordenador, é possível sugerir várias ações, nas subsedes, que objetivem a melhoria do sindicato, e por extensão, a participação e satisfação do associado. Exclusivamente em relação à formação dos professores, é possível destacar:

- Aprovação na Executiva local de uma porcentagem mensal do repasse financeiro bruto da sede central para aplicar na formação político-pedagógica dos professores.
- Qualificar os REs – Representantes de Escolas e Conselheiros de sua abrangência sindical.

- A coordenação da APEOESP deve criar oficinas de formação e levá-las nas HTPCs junto com os representantes de escola de cada unidade escolar.
- Buscar parcerias com as universidades para viabilizar encontros de formação em âmbito regional.
- Priorizar a Secretaria de formação e articular suas ações com a secretaria de formação da sede central.
- Fazer intercâmbios de equipes de formação entre as subsedes da macrorregião.
- Exigir da sede central a reativação do Coletivo de Formação e sua colaboração com as secretarias de formação das subsedes.
- Tornar os encontros trimestrais de REs também momentos de formação político-pedagógico.
- A executiva da subsede deve também priorizar a manutenção de uma ampla biblioteca e videoteca com temas variados e também sobre Educação para subsidiar a formação continuada com professores.

Diante das condições sociais, econômicas e trabalhistas impostas aos professores da Rede Estadual de Ensino, seria quase nula a participação dos docentes nas atividades do sindicato, se não houvesse uma motivação objetiva para sua vida profissional.

Infelizmente, o que se observa é que o interesse maior do professor é participar de atividades de formação que lhe tragam alguma garantia de aumento salarial e/ou dispensa de aulas.

A APEOESP não pode ser apontada como a única responsável por esse quadro de indiferença observado na categoria. Porém, principalmente após 1979, em que se afirmou como representante dos professores, não se preocupou em investir na formação sindical, e menos ainda, na formação político-pedagógica dos professores, exceto os poucos cursos e documentos produzidos e analisados neste trabalho.

Por isso, é urgente que a entidade faça uma ampla formação político-pedagógica contínua, e prioritariamente aos coordenadores de subsedes, aos

conselheiros e aos representantes de escola demonstrando que apesar da estagnação sindical vivida no Brasil, visa à qualificação dos professores e ao pleno entendimento por eles da política educacional imposta pela Secretaria Estadual de Educação.

Enfim, conhecendo criticamente o alinhamento político ideológico do Governo Estadual, e dotados de conhecimentos alternativos para a Educação de São Paulo, que os professores sintam-se capazes e motivados a reagirem ao estado de subserviência imposta aos trabalhadores da Educação com a colaboração incondicional da APEOESP.

Afinal, só é possível mudar aquilo de que se tem pleno conhecimento.

## **1.BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, M. I. **O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional.** 1999 – 225 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AMARAL, I. A. AMORIM, A. C.; MEGID, N .J. **Análise de coleções didáticas de Ciências de 5ª a 8ª séries,** Caderno de formação, São Paulo: APEOESP, n.11, mai - 2001.

AMARAL, I. A. **Os movimentos da Terra e as transformações terrestres.** Caderno de formação, São Paulo: APEOESP, n.11, mai - 2001.

\_\_\_\_\_ **A educação ambiental no ensino de ciências.** Caderno de formação, São Paulo: APEOESP, n.11, mai - 2001.

\_\_\_\_\_ Currículo de Ciências: das tendências clássicas aos movimentos atuais de renovação. In: BARRETO, E.S. (org.) **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras.** Campinas, Autores Associados, 1998, p.201-232.

**APEOESP Caderno de formação nº 08** A Geografia e sua Prática Pedagógica. São Paulo: APEOESP/ PUC (COGEAE), abr - 2000.

\_\_\_\_\_ **Caderno de formação nº 09** Oficinas de Produção em Ensino de Ciências. São Paulo: APEOESP/UNICAMP, set-nov 2000.

\_\_\_\_\_ **História da APEOESP.** Disponível em:  
<[www.apeoesp.org.br/instanciademocraticas.htm](http://www.apeoesp.org.br/instanciademocraticas.htm) > em: 25 out 2004.

AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola.** São Paulo: Summus, 1996.

ARROYO, M. **Ofício de mestre.** 2ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BALL, S.J. Mercados educacionais, escolha e classe social. GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da Exclusão,** Petrópolis: Vozes, 1995, p.169-195.

- BUFFA, E. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2000.
- CARCANHOLO, R. A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída. In: MALAGUTI, M.L.; CARCANHOLO, R. (orgs.) **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**, São Paulo, Cortez, 2000 p.78-97.
- Congresso Estadual da APEOESP (17:2000: Serra Negra), **Caderno de teses**. São Paulo: APEOESP, 2000.
- Congresso Estadual da APEOESP (18:2001: Águas de Lindóia), **Caderno de teses**. São Paulo: APEOESP, 2001.
- Congresso Estadual da APEOESP (19:2003: Sumaré), **Caderno de teses**. São Paulo: APEOESP, 2003.
- Congresso Estadual da APEOESP (20:2004: Serra Negra), **Caderno de teses**. São Paulo: APEOESP, 2000.
- APPE, W.; OLIVER, A. Indo para a direita. In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.253-270.
- CONNELL, R.W. Pobreza e educação. In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.11-42.
- FREIRE, P. **Política e Educação**, São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_ **Professora Sim Tia Não**. 11 ed., São Paulo: Olho d'água, 2001.
- \_\_\_\_\_ **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_ **A importância do ato de ler**. 43 ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, L. C. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1995.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E.; (orgs) **Autonomia da escola: princípios e propostas** 3 ed., São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, v.1).
- GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_ **História das idéias pedagógicas.** 8 ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_ **Escola cidadã.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_ **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOUVEIA, M. S. F. **Pesquisa e prática pedagógica na formação do professor como entendê-la.** São Paulo, caderno de formação – APEOESP, n.11, mai. 2001.

LE GOFF, J.; e NORÁ, P. **História: Novos problemas, novos objetos e novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LOWY, M. Além do neoliberalismo: a alternativa socialista. In: MALAGUTI, M.L.; CARCANHOLO, R. (orgs.). **Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo,** São Paulo: Cortez, 2000. p.36-44.

MAAR, W. L. **O que é Política.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MANFREDI, S. M. **Educação sindical: entre o conformismo e a crítica.** São Paulo: Loyola, (Educação popular nº 06).

MARTINEZ, P. **Socialismo. Caminhos e alternativas.** São Paulo: Scipione, 1999.

MATUI, J. **Cidadão e professor em Florestan Fernandes.** São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, D. - **Um problema no ensino de ciências: organização conceitual do conteúdo ou estudo dos fenômenos.** Caderno de formação N. 11, São Paulo: APEOESP, mai. 2001.

PEREZ, R. H. L.. **Condições de produção de conhecimento e o trabalho pedagógico de professores de ciências.** 2002, Dissertação (mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas.

PIMENTA, S. G. **Projeto pedagógico e identidade da escola.** PEC - UNITAU /Revista do Congresso de Educação Continuada Pólo 7, p.49-56, 1998.

RIBEIRO, M. L. S. **A formação política do professor de 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 1984.

SAMPAIO, P. A. (org.) **Desafios da luta pelo socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SAVIANI, D. LOMBARDI, J. C.; Sanfelice, J. L.. **História e história da educação**. 2ed. Campinas: Autores associados. 2000.

SILVA, E. T. **O professor e o combate à alienação imposta**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TORRES, C.A. Estado, privatização e política educacional. In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.109-136.

VALE, A. M. **Diálogo e conflito: A presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

## ANEXO I



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filial de **OSCAR** e **CELE**

### POSSE DE DIRETORIAS DESDE 1964

Biênio 1964 e 1965	Data: 13.01.64 Local: ? Presidente: Raul Schwenden
Biênio 1966 e 1967	Data: 12.01.66 Local: APESNOESP R. Conselheiro Crispiano 125 - 3º andar - Centro Presidente: Raul Schwenden
Biênio 1968 e 1969	Data: 13.01.68 Local: APESNOESP R. 7º de abril 97 - 7º andar - Centro - SP Presidente: Raul Schwenden
Biênio 1970 e 1971	Data: ? Local: ? Não há documentação
Biênio 1972 e 1973	Data: 18.03.72 Local: APESNOESP R. 7º de abril 97 - 7º andar - Centro - SP Presidente: Rubens Bernardo
Biênio 1974 e 1975	Data: 20.03.74 Local: APEOESP R. 7º de abril 345 - 8º andar - Centro - SP Presidente: Rubens Bernardo
Triênio 1976 e 1979	Data: 07.05.76 Local: Auditorio Moacir Castanho Av. Tiradentes 822 - Centro - SP Presidente: Rubens Bernardo
Triênio 1979 e 1982	Data: 18.04.79 Local: APEOESP R. Barão de Itapetininga 140 - 8º andar - Centro - SP Presidente: Eiko Shiraiwa
Biênio 1981 e 1982	Data: 06.06.81 Local: Auditorio do Colégio São Bento Largo São Bento - Centro - SP Presidente: Gumerindo Milhomen
Biênio 1983 e 1985	Data: 11.06.83 Local: Sindicato dos Químicos R. Tamandaré 348 - Liberdade - SP Presidente: Gumerindo Milhomen
Biênio 1985 e 1987	Data: 15.06.85 Local: Casa de Portugal Av. Liberdade 802 - Liberdade - SP Presidente: Gumerindo Milhomen
Biênio 1987 e 1989	Data: 27.06.87 Local: Sindicato dos Químicos R. Tamandaré 348 - Liberdade - SP Presidente: João Antonio Felício



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filiado à **CNEC** e **CETEC**

<b>Biênio 1989 a 1991</b>	Data: 24.06.89 Local: E.E.P.S.G. Caetano de Campos R. Pires da Mota 99 - Acimação - SP Presidente: João Antonio Felício
<b>Biênio 1991 a 1993</b>	Data: 25.06.91 Local: E.E.P.S.G. Caetano de Campos R. Pires da Mota 99 - Acimação - SP Presidente: João Antonio Felício
<b>Triênio 1993 a 1996</b>	Data: 25.06.93 Local: SINPRO R. Borges Lagoa 206 - Via Mariana - SP Presidente: Roberto Felício
<b>Triênio 1996 a 1999</b>	Data: 29.06.96 Local: Casa de Portugal Av. Liberdade 602 - Liberdade - SP Presidente: Roberto Felício
<b>Triênio 1999 a 2002</b>	Data: 26.06.99 Local: Clube Pirebringa Alameda Barros 375 - Santa Cecilia - SP Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha
<b>Triênio 2002 a 2005</b>	Data: 29.06.02 Local: Casa de Portugal Av. Liberdade 602 - Liberdade - SP Presidente: Carlos Ramiro de Castro

Secretaria Geral

## **ANEXO II**

# ESTATUTO DA APEOESP

## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES, PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS E PATRIMÔNIO

**Art.1º** - A APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fundada na cidade de São Carlos (SP) em treze de janeiro de mil novecentos e quarenta e cinco, sob a denominação de Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APESNOESP), posteriormente denominado Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), organizado sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, credo religioso, gênero ou convicção política ou ideológica é uma entidade de caráter sindical, essencialmente nos princípios insertos no artigo 8º da Constituição da República, cuja base territorial compreende os limites geográficos oficiais do Estado de São Paulo, com duração por prazo indeterminado, com sede e foro na Capital do referido estado da Federação e integrada por docentes e especialistas em educação das Redes Públicas do Estado de São Paulo;

**Parágrafo único** - A APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo fará uso, para todos os fins e efeitos, internos ou externos, da expressão "APEOESP - Sindicato Estadual", como sigla oficial;

**Art.2º** - A entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" propõe-se a organizar e representar os docentes e especialistas em educação das redes públicas oficiais do Estado de São Paulo e tem por finalidade:

- a) defender os interesses e direitos, individuais e coletivos, da categoria profissional que representa, inclusive nas instâncias judiciais e administrativas competentes;
- b) desenrolar e organizar encaminhamentos conjuntos visando à unidade e à unificação de todas as entidades representativas dos trabalhadores em Educação, no âmbito do Ensino Público;
- c) lutar, juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular pelo ensino público e gratuito, em todos os níveis;
- d) manter intercâmbio e convênios com organizações

de caráter sindical, educacional ou cultural, nacional e estrangeiras, sobre assuntos de interesse da categoria;

- e) lutar, no lado de outros trabalhadores, por liberdade de organização, manifestação e expressão para todos os trabalhadores.

**Art.3º** - São princípios organizativos da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual":

- a) independência e autonomia face às organizações e partidos políticos, organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado;
- b) revogabilidade dos mandatos individuais e coletivos;
- c) respeito à unidade e à democracia de base do movimento, expressa na organização das Seções/Regionais e sua representação no Conselho Regional de Representantes (CRR), no Conselho Estadual de Representantes (CER), bem como nas Assembleias Gerais e no Congresso Estadual como instâncias superiores de deliberação.

**Art.4º** - Constituem o patrimônio da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual":

- a) as mensalidades ou anuidades e outras contribuições devidas pelos sócios e demais integrantes da categoria profissional;
- b) as subvenções ou doativos de qualquer outra natureza que lhes forem destinadas;
- c) os valores depositados e/ou aplicados em estabelecimento financeiro, bem como os rendimentos daí resultantes;
- d) os bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir, bem como as receitas provenientes desses bens.

**Art.5º** - As disponibilidades monetárias da entidade deverão ser empregadas em títulos garantidos pelo Poder Público ou outros que assegurem metéora credibilidade ou bens imóveis, a juízo da diretoria.

§ 1º - A entidade não contrairá dívida que exceda a receita, nem fará despesa para fins que não essenciais aos seus objetivos.

§ 2º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

§ 3º - A entidade "APEOESP - Sindicato

Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
APEOESP - Sindicato Estadual  
Rua ... nº ...  
Cidade de São Paulo, SP

Estadual" contará com um fundo permanente de solidariedade, constituído de cinco por cento da arrecadação das contribuições dos associados.

§ 4º - As Subsedes/Regionais receberão um reforço de caixa, composto de 14% sobre o valor da consignação bruta, descontada da folha de pagamento dos associados, ficando a Subseção/Regional com a responsabilidade administrativa e financeira sobre o trabalho sindical dos seus conselheiros.

§ 5º - A entidade manterá, também, um fundo de solidariedade permanente em cada Subseção/Regional movimentado pela própria Subseção/Regional. Esse fundo será constituído inicialmente de uma parcela da verba da Subseção/Regional (a critério desta) e, a partir daí, sua movimentação constante deverá se dar através de festas, bôens, shows ou outras formas de arrecadação.

Art.6º - O patrimônio social proverá a manutenção das finalidades da entidade.

Art.7º - No caso de dissolução, o que se fará por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, o patrimônio da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" será destinado a uma organização congênera.

### CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL, DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS E REGIME DISCIPLINAR

Art.8º - Têm direito a ser sócios da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" todos os trabalhadores vinculados ao Quadro do Magistério ativos e aposentados das redes de Ensino Público do Estado de São Paulo.

§ 1º - São dependentes dos associados, para fins de benefícios sociais e assistenciais oferecidos pela entidade, o cônjuge ou companheiro(a), independentemente de diversidade sexual, os pais e filhas menores e os demais dependentes legais.

§ 2º - Os dependentes de associados falecidos continuarão gozando dos benefícios sociais e assistenciais desde que contribuam com as mensalidades.

§ 3º - Caso o professor ou especialista em educação venha a perder o vínculo com as redes públicas oficiais de ensino do Estado de São Paulo, poderá continuar associada por um período de até 12 meses.

Art.9º - Os sócios serão excluídos da entidade:

- a) por manifestação de vontade própria do associado;
- b) por aplicação de sanção de expulsão, depois de processo regular, inscrito pela Comissão de Ética, julgado pelo Conselho Estadual de Representantes e referendado por Assembleia Geral, assegurada ampla defesa.

Art. 10º - Os sócios são classificados nas seguintes categorias:

a) efetivos: os que preenchem os requisitos fixados no artigo 8º deste Estatuto;

b) honorários: os cidadãos que hajam prestado relevantes serviços à entidade ou tenham se distinguido em atividades ligadas à Educação, de acordo com decisão da Assembleia Geral;

c) beneméritos: os cidadãos ou entidades que fizerem doações consideráveis à APEOESP, de acordo com decisão da Assembleia Geral;

§ 1º - Os sócios honorários e beneméritos não possuem o direito de votar ou serem votados para os cargos eletivos previstos neste Estatuto.

§ 2º - Os sócios efetivos são contribuintes, exceto aqueles que cumprirem cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - ser aposentado;
- II - ter contribuído durante pelo menos vinte anos;
- III - contar com pelo menos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- IV - comunicar por escrito a Diretoria da entidade a intenção de fazer uso desta remissão.

Art.11º - A contribuição dos associados será fixada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho Estadual de Representantes.

Art.12 - São direitos dos associados:

- a) a defesa coletiva e/ou individual de seus direitos;
- b) tomar parte e votar nas Assembleias Gerais e Assembleias Regionais;
- c) votar nas eleições gerais desde que tenha se associado um mês antes da data das eleições gerais para a Diretoria;
- d) ser votado:
  - 1. Nas eleições gerais desde que seja professor habilitado ou aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura, que esteja vinculado à Rede, ou aposentado da Rede Pública, quando tiver no mínimo 6 (seis) meses de associação;
  - 2. Nas eleições de sedes e regionais, quando tiver no mínimo 6 (seis) meses de associação;
  - 3. Nas eleições de Representantes de Escola (RE);
  - 4. Nas eleições de Representante de Aposentados (RA), desde que aposentado.

e) recorrer a convocação da Assembleia Geral, na forma determinada por este Estatuto;

f) propor a revogação de mandatos de acordo com este Estatuto;

g) solicitar perante a Assembleia Geral o arquivamento de livros e documentos da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";

h) utilizar todos os serviços da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";

i) votar ou ser votado como delegado para os Congressos realizados pela entidade;

§ único - O gozo pleno dos direitos está vinculado ao cumprimento dos deveres dos associados.

Art.13 - São deveres dos associados:

- a) votar pela aplicação do presente Estatuto;
  - b) aceitar e colocar em prática todas as decisões tomadas pela entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";
  - c) denunciar à entidade todos os casos de não cumprimento dos direitos dos trabalhadores em educação, dos quais tenha conhecimento;
  - d) exercer vigilância crítica sobre órgãos da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";
  - e) pagar as mensalidades de acordo com o estabelecido pelas instâncias competentes da entidade que serão atualizadas anualmente quando a contribuição se der mediante desconto em conta-corrente ou através do pagamento por carnê;
- f) cumprir e fazer cumprir o regulamento disciplinar estabelecido pelo Conselho Estadual de Representantes.

### CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Art. 14 - A reunião regional trimestral de Representantes de Escola e de Representantes de Aposentados, ora denominada simplesmente Reunião de Representantes, é aberta a todos os professores com direito à voz. Apenas os representantes eleitos por escola e entre os aposentados, além dos membros dos Conselhos Regionais de Representantes e do Conselho Estadual de Representantes da região têm direito a voto.

§ 1º - Representante de Escola é o associado da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", eleito pelos professores da escola, até um representante por período, que tem por funções representar os professores da escola junto à Direção da Unidade Escolar e à Regional ou Subsede da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", manter os professores informados dos encaminhamentos e das atividades desenvolvidas pela entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" (sede central e pela Subsede/Regional); realizar reunião dos professores de sua escola, antes de cada reunião de Representantes de Escola.

§ 2º - Representante de aposentado é o associado da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", eleito pelos professores aposentados vinculados à subsede, na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez), que tem por funções representar os professores aposentados regionalmente junto às instâncias sindicais, manter seus pares informados dos encaminhamentos e das atividades desenvolvidas pela entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" (sede central e pela Subsede/Regional); realizar reunião dos aposentados de sua região antes de cada reunião de representantes.

§ 3º - As reuniões ordinárias de Representantes antecedem as reuniões do Conselho Estadual de Representantes e dela participam, com direito a voz e voto,

os Conselheiros Regionais e Estaduais da respectiva Subsede, e têm por função deliberar sobre os assuntos que lhes digam respeito sem prejuízo da unidade da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", respeitadas as deliberações das instâncias superiores.

§ 4º - As reuniões dos Representantes serão convocadas pela executiva do Conselho Regional de Representantes, salvo quando solicitadas por:

- a) dez por cento do número de votantes nas últimas eleições para os Conselhos Regional e Estadual de Representantes;
- b) trinta por cento dos representantes de escola;
- c) pelo Conselho Estadual de Representantes;
- d) pela Diretoria da entidade;
- e) por Assembleia Regional;
- f) por Assembleia Geral.

§ 5º - O quorum das Reuniões de Representantes (RR) será de 15% (quinze por cento) das escolas da região e de 25 % (vinte e cinco por cento) do número de RA da Subsede/Regional.

Art.15 - A Assembleia Regional é a Assembleia dos sócios da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" por Regional ou Subsede, convocado para as finalidades previstas no artigo 18 (dezoito) e/ou durante processos de grande mobilização e/ou antecedendo grandes eventos.

Parágrafo único - O quorum das Assembleias Regionais será o dobro do previsto para as Reuniões de Representantes (RR) conforme § 4º do artigo anterior.

Art.16 - A Assembleia Geral é a Assembleia de todos os sócios contribuintes da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual".

§ 1º - Compete à Assembleia Geral decidir soberanamente sobre todos os assuntos que dizem respeito à entidade desde que não contrariem este Estatuto e as deliberações dos Congressos Estaduais.

§ 2º - Haverá Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) e Assembleias Extraordinárias (AGE).

§ 3º - As AGOs serão convocadas:

- a) no primeiro semestre de cada ano, para deliberar sobre a campanha salarial;
- b) dois meses antes do término da gestão de uma Diretoria para prestação geral de contas e instalação oficial do processo eleitoral;
- c) até no máximo dia 30 de junho para posse da nova Diretoria eleita.

§ 4º - As AGEs serão convocadas pelo presidente da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", salvo exceções previstas neste Estatuto ou quando solicitadas:

- a) por 5% (cinco por cento) dos associados;
- b) pelo Conselho Estadual de Representantes;
- c) pela Diretoria;
- d) pela Assembleia Geral.

Associação  
de Professores  
de Educação  
Superior do  
Estado de São  
Paulo

§ 2º - O quorum da AGO e da AGE será o dobro do número dos presentes à reunião do Conselho Estadual de Representantes que a antecedida, respeitado o mínimo de 1% (um por cento) dos associados.

Art.17 - As Assembleias Regionais e as Assembleias Gerais serão convocadas até 24 horas após o recebimento da solicitação e instaladas no dia, hora e local previstos pelos solicitantes, observado o intervalo mínimo de 5 (cinco) dias entre a convocação e a instalação das mesmas.

Art.18 - Serão convocadas Assembleias Regionais e Assembleias Gerais em regime de urgência a juízo da Diretoria, da Assembleia Geral ou do Conselho Estadual de Representantes, respeitado o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a convocação e a instalação das mesmas.

Parágrafo único - As Assembleias convocadas em regime de urgência, deverão convocar AGE para referendar suas deliberações, de acordo com o artigo 16, sem prejuízo do encaminhamento de suas deliberações.

Art.19 - As Assembleias terão suas convocatórias publicadas em jornais não oficiais de grande circulação e afixadas em lugar visível na sede da entidade e Subsedes/Regionais e através de todos os meios de comunicação ao alcance da entidade.

Art.20 - Todas as solicitações deverão mencionar a pauta dos trabalhos a serem desenvolvidos pelas Assembleias, os quais deverão constar das convocatórias.

Art.21 - As Assembleias só poderão manifestar-se sobre os pontos de pauta, salvo a decisão da maioria absoluta dos associados presentes e nos casos que não contrariem expressamente este Estatuto.

Art.22 - O Conselho Estadual de Representantes é a reunião dos representantes de Subsedes/Regionais e a Diretoria.

§ 1º - Compete ao Conselho Estadual de Representantes deliberar sobre todos os assuntos de interesse da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" na forma que determinar este Estatuto, respeitadas as deliberações dos Congressos Estaduais e das Assembleias Gerais, dentre eles:

- a) propostas indicativas às Assembleias Gerais;
- b) conflitos entre a Diretoria e os Departamentos ou Comissões de Trabalho;
- c) casos omissos de interpretação deste Estatuto;
- d) convocação de Assembleia Geral, Regionais e reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Representantes;
- e) aprovação em primeira instância do projeto de orçamento anual da Diretoria;
- f) aprovação em primeira instância dos regulamentos internos da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";
- g) aprovação em primeira instância da criação de novas Subsedes/Regionais;

- h) definir a área de abrangência de cada Subsede/Regional;
- i) eleger cinco de seus membros para fiscalizar a vida contábil da entidade;
- j) elaborar o regimento das eleições dos Representantes de Escola, dos Representantes de Aposentados, dos Conselhos Regionais de Representantes e do Conselho Estadual de Representantes;
- l) eleger cinco de seus membros para integrar a Comissão de Ética;
- m) estabelecer as atribuições e o regimento interno da comissão aludida no alínea anterior bem como definir o regime disciplinar a que estão sujeitos os associados da entidade, assim entendidas as infrações éticas e as penalidades aplicáveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- n) aprovar a indicação de membro da diretoria para ocupar uma das Secretarias da Diretoria em caso de vacância;
- o) aprovar a formalização das alterações estatutárias decididas no Congresso Estadual;
- p) eleger delegados e representantes da entidade junto a organizações sindicais e similares, nacionais ou internacionais.

§ 2º - O voto nas reuniões do Conselho Estadual de Representantes é individual e as decisões, salvo exceção explícita, serão tomadas por maioria simples.

§ 3º - O conselheiro representante estadual terá seu voto garantido na reunião do Conselho de Representantes Estadual desde que tenha comparecido à reunião regional dos Representantes de Escola.

§ 4º - O membro do Conselho Estadual de Representantes perderá o direito de voto, caso não tenha participado da Reunião de Representantes (RR) da sua região. Neste caso, o suplente participará com direito a voto, desde que presente à Reunião de Representantes (RR), seguindo-se a ordem de suplência.

§ 5º - Qualquer membro do Conselho de Representantes poderá solicitar vista da ata que comprovou a realização da Assembleia Regional e da Reunião de Representantes (RR).

§ 6º - O não comparecimento do conselheiro estadual ou do representante regional a duas reuniões ordinárias consecutivas, respectivamente, do Conselho Estadual de Representantes ou do Conselho Regional de Representantes, sem causa justificada, levará o Conselho Estadual de Representantes a abrir o processo de exclusão do quadro de representantes. A deliberação dar-se-á na reunião ordinária imediatamente subsequente, após ouvir-se a avaliação de sua Subsede/Regional.

§ 7º - O conselheiro deve justificar sua ausência em reunião do Conselho Estadual de Representantes ou do Conselho Regional de Representantes imediatamente, por escrito, junto à Executiva da Subsede.

§ 8º - O não encaminhamento das propostas aprovadas nas instâncias da entidade, levará o Conselho Ex-

Visto e assinado  
em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

tual de Representantes a abrir o processo de exclusão do quadro de representantes. A deliberação dar-se-á na reunião ordinária imediatamente subsequente, após ouvir-se a avaliação de sua Subsede/Regional.

§ 9º - O Conselho deixará de compor a CER/CRR quando perder sua condição de associado.

§ 10º - As reuniões do Conselho Estadual de Representantes serão convocadas pelo presidente da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" e será respeitado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre a convocação e a instalação das mesmas.

§ 11 - Haverá reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Representantes trimestralmente com pauta indicada pela Diretoria da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual".

§ 12 - Haverá reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Representantes tantas vezes quantas se fizerem necessárias, desde que solicitadas por:

- a) 1/3 (um terço) dos seus membros;
- b) pela Diretoria da entidade;
- c) pela Assembleia Geral;
- d) pelo Conselho Estadual de Representantes

§ 13 - As reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Representantes serão convocadas até vinte e quatro horas após o recebimento da solicitação no dia e hora previstos pelos solicitantes, respeitados os prazos previstos no parágrafo 6º deste artigo, com pauta definida pelos solicitantes.

§ 14 - As pautas das reuniões constarão das convocatórias e poderão ser modificadas por decisão da maioria absoluta dos membros presentes.

§ 15 - O quorum será de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Estadual de Representantes, desde que estejam representadas cinquenta por cento mais um das Subsedes/Regionais.

§ 16 - Cada Subsede/Regional deverá estar presente às reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Representantes, com pelo menos vinte por cento dos seus representantes. A Subsede/Regional que não preencher esse requisito por três reuniões consecutivas perderá o direito a voto no Conselho, facultando, inclusive, nova eleição de Conselheiro Estaduais para região, conforme os critérios previstos pelo artigo catorze, parágrafo terceiro, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f", a menos que o plenário do Conselho Estadual de Representantes concorde com a justificativa apresentada.

§ 17 - No caso de remoção ou ingresso, o representante, quando membro efetivo, participará do Conselho Estadual de Representantes e do Conselho Regional de Representantes, com direito a voz e voto, o mesmo ocorrendo na Reunião de Representantes (RR), ressalvado que:

- a) o conselheiro que se enquadrar na situação do "caput" deste artigo será considerado, para efeito de organização, membro da Subsede pela qual foi eleito;

- b) o conselheiro que se enquadrar na situação do "caput" deste artigo deverá fazer, por escrito, opção de filiação entre a subsede pela qual foi eleito e aquela onde ingressou ou para onde foi removido;

c) o conselheiro não será substituído por suplentes, isto é, a composição das executivas não sofrerá alteração;

d) tal situação, temporária, será permitida até que ocorra nova eleição.

Art. 23 - O Congresso Estadual (Sindical/Educacional) é a instância máxima de deliberação da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" e será realizado anualmente, exceto nos anos em que houver eleições para a composição da Diretoria Estadual Colegiada, para avaliar a situação da entidade, deliberar sobre metas e linhas de ação para o período seguinte, promover, se for o caso, alterações no presente Estatuto e com o objetivo de fixar as diretrizes da entidade no campo educacional e cultural e outros eventos temáticos (seminários, encontros, simpósios) a serem definidos pelo conselho estadual de representantes.

§ 1º - O Congresso Estadual será convocado pelo presidente da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" e organizado exclusivamente pelo Conselho Estadual de Representantes que definirá o teor do programa geral, a dinâmica, o regimento e os critérios de participação, respeitado o disposto neste Estatuto.

§ 2º - Desde que associados, os pré-delegados ao Congresso Estadual da "APEOESP - Sindicato Estadual" serão escolhidos nas unidades escolares na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez) associados na respectiva unidade escolar.

§ 3º - Haverá escolha de pré-delegados também entre os sócios aposentados e os enquadrados na situação tratada no § 3º do artigo 8º, que serão escolhidos entre seus pares na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez) filiados.

§ 4º - Os delegados ao Congresso Estadual, a partir de indicações tomadas nos moldes descritos nos parágrafos anteriores, serão eleitos no âmbito de cada Subsede/Regional em encontros regionais, Reunião de Representantes (RR) ou plenárias.

§ 5º - Caberá a cada Subsede uma cota proporcional de delegados calculada com base no número de associados e filiados, observada a proporção de 1 (um) delegado para cada 50 (cinquenta) associados à "APEOESP - Sindicato Estadual".

§ 6º - A proporção aludida no parágrafo anterior não constitui quorum do Congresso Estadual e deve ser considerada exclusivamente para a fixação das cotas de delegados a que se refere o parágrafo 2º deste artigo.

§ 7º - Respeitado o disposto neste artigo, o número de delegados do Congresso Estadual e os critérios de distribuição das cotas proporcionais às Subsedes serão fixados pelo Conselho Estadual de Representantes.

§ 8º - São delegados natos ao Congresso exclusivamente os membros da Diretoria Executiva.

  
Associação dos Professores Estaduais de Educação Superior  
Associação dos Professores Estaduais de Educação Superior

## CAPÍTULO IV

### DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Art. 24 - A Diretoria Estadual Colegiada é constituída por 120 membros, dos quais 27 integram a Diretoria Executiva, esta composta dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Geral Adjunto, Secretário de Finanças, Secretário de Finanças Adjunto, Secretário de Administração e Patrimônio, Secretário de Administração e Patrimônio Adjunto, Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais, Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto, Secretário de Comunicações, Secretário de Comunicações Adjunto, Secretário de Formação, Secretário de Formação Adjunto, Secretário de Legislação e Defesa dos Associados, Secretário de Legislação e Defesa dos Associados Adjunto, Secretário de Política Sindical, Secretário de Política Sindical Adjunto, Secretário de Políticas Sociais, Secretário de Políticas Sociais Adjunto, Secretário para Assuntos de Aposentados, Secretário para Assuntos de Aposentados Adjunto, Secretário Geral de Organização, Secretário de Organização para a Grande São Paulo e dois cargos de Secretário de Organização para o Interior.

§ 1º - Os demais membros da Diretoria Estadual Colegiada exercerão o cargo de Diretor Estadual.

§ 2º - O Regimento Interno da Diretoria Estadual Colegiada regulará a participação dos seus membros nas diferentes secretarias, bem como fixará as atribuições dos diretores estaduais, garantindo-se a sua ação colegiada.

Art. 25 - Na hipótese de uma das chapas concorrentes às eleições para composição da Diretoria Estadual Colegiada, composta por menos de 120 nomes, desde que atendida a condição do Art. 47, em seu parágrafo 3º, obtiver mais do que 80% (oitenta por cento) dos votos, serão preenchidos apenas os cargos correspondentes ao número de inscritos.

Parágrafo Único - no caso previsto no "caput", os cargos da Diretoria Executiva deverão ser preenchidos preferencialmente em relação aos demais.

Art. 26 - A Diretoria Estadual Colegiada será composta pelo critério de proporcionalidade, de acordo com os votos obtidos por cada chapa na eleição, atendidas as seguintes condições:

§ 1º - a Diretoria Estadual Colegiada da "APEGESP - Sindicato Estadual":

- a) será composta, quando houver duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos;
- b) será composta, quando houver mais do que duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos;
- c) contará com a participação de chapas minoritárias,

quando houver mais de duas chapas, somente se a soma dos votos das chapas minoritárias atingir, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total dos votos.

d) será composta, no caso de haver chapa única concorrendo ao pleito, sem que haja necessidade de obtenção de qualquer percentual mínimo de votos necessários para composição da diretoria.

§ 2º - Para fins de composição proporcional da Diretoria Estadual Colegiada, do total de votos válidos no pleito, não serão considerados os votos, brancos e os destinados às chapas que não obtiveram os percentuais mínimos definidos no parágrafo anterior, servindo esse resultado para o cálculo final da proporcionalidade cabente a cada uma das chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada.

§ 3º - A razão de proporcionalidade de que cuida este artigo será apurada dividindo-se o número de votos obtidos pelas chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada pelo número total de votos válidos, assim consideranda-se aquele obtido nos termos do parágrafo anterior, multiplicando-se esse quociente por 100 (cem).

§ 4º - Definidas as chapas em condições de compor a diretoria estadual colegiada e a razão de proporcionalidade, as chapas passarão a escolher os cargos da diretoria executiva que deverão ocupar, da seguinte forma:

- a) a chapa com o maior número de votos escolherá 1/3 (um terço) dos cargos a que faz jus, e assim sucessivamente, até que todas as chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada, pela ordem decrescente do número de votos obtidos, procedam da mesma maneira;
- b) após a operação descrita na alínea anterior, nova operação idêntica será efetivada e assim sucessivamente até que todos os cargos da Diretoria Executiva sejam preenchidos;
- c) os cargos de Diretor Estadual serão preenchidos pelos candidatos inscritos e mediante indicação das chapas em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada, obedecida a razão de proporcionalidade de que trata o § 3º deste artigo;
- d) para as situações previstas nas alíneas "a" e "b", a proporcionalidade será aplicada sobre 27 (vinte e sete) cargos;
- e) para a situação prevista na alínea "c", a proporcionalidade será aplicada sobre 120 (cento e vinte) cargos, subtraído-se o número de cargos já escolhidos pela chapa.

§ 5º - havendo necessidade de arredondamento para que seja possível se concretizarem as operações descritas no parágrafo anterior, este ocorrerá de forma que seja considerada tão somente a primeira casa decimal do número que se pretenda arredondado, sendo certo que no caso do número da primeira casa decimal ser maior ou igual a 5 (cinco), o algoritmo da unidade ele-

va-se em 1 (um) e no caso do número da primeira casa decimal ser inferior a 5 (cinco), mantem-se o algarismo da unidade.

§ 6º - o arredondamento de que cuida o parágrafo anterior, nos casos em que o número da unidade elevar-se em 1 (um), ocasionará para a chapa em questão o desconto de tantos décimos quantos foram milímetros, sendo que o número originalmente obtido nos termos do parágrafo 3º, com o desconto de que cuida este parágrafo, será aquele que determinará, após realizada nova operação de arredondamento, o número de cargos a ser escolhido pela chapa na próxima rodada destinada para esse fim.

§ 7º - o arredondamento de que cuida o parágrafo 5º, nos casos em que o número da unidade mantiver-se constante, ocasionará para a chapa em questão o acréscimo de todos os décimos não utilizados no número originalmente obtido nos termos do parágrafo 3º, que após nova operação de arredondamento será o número de cargos a ser escolhido pela chapa na próxima rodada destinada para esse fim.

§ 8º - as operações descritas nos parágrafos anteriores continuarão a ocorrer até que todos os cargos da diretoria tenham sido escolhidos.

§ 9º - em qualquer hipótese, se uma chapa obtiver um número de votos igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) não poderá ficar com menos da metade dos cargos da Diretoria Executiva e da Diretoria Estadual.

§ 10º - quando a diferença entre o número de cargos em diretoria executiva e da diretoria estadual relativos a duas chapas mais próximas do empate for de apenas uma unidade inteira do número, e a chapa mais votada estiver ameaçada de perder sua maioria pelo critério do decimal maior, esta deverá ficar com o cargo em disputa, desde que a diferença entre as porcentagens das duas seja igual ou superior a 30% (trinta por cento).

§ 11 - no caso de haver empate entre chapas disputantes do pleito, para a fixação da ordem de escolha dos cargos da Diretoria Executiva, será efetuado sorteio, de acordo com regras que serão definidas pela comissão eleitoral.

§ 12 - as regras de arredondamento previstas nesse artigo não se aplicam para os casos descritos no § 1º deste mesmo artigo.

**Art. 27 - A Diretoria coletivamente compete:**

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos e as normas administrativas da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", assim como as decisões dos Congressos, Assembleias Gerais e do Conselho Estadual de Representantes;
- b) organizar os serviços administrativos da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";
- c) elaborar o projeto de orçamento anual remetendo-o ao Conselho Estadual de Representantes que deverá aprová-lo em sua primeira reunião anual;

d) reunir-se em sessão ordinária pelo menos 6 (seis) vezes ao ano (aproximadamente a cada período de dois meses) e em sessão extraordinária sempre que for necessário;

e) criar comissões de trabalho, desde que fixadas as devidas competências e seus membros responsáveis;

f) assegurar o bom andamento das diversas comissões de trabalho, secretarias e departamentos, tendo o direito de veto desde que os trabalhos firmem normas estatutárias, programáticas, decisões do Conselho Estadual de Representantes, Assembleias Gerais e de Congressos, sabendo ao Conselho Estadual de Representantes decidir sobre eventuais impasses decorrentes do estabelecido neste artigo.

g) contratar e dispensar funcionários;

h) responsabilizar-se pelas publicações oficiais da entidade, excetuadas as editadas pelas subseções regionais.

i) solicitar convocação de Assembleias Gerais ou Regionais, bem como de reuniões dos Conselhos Regionais de Representantes e do Conselho Estadual de Representantes.

§ 1º - compete exclusivamente à Diretoria Executiva integrar o Conselho Estadual de Representantes, como membros natos, e participar dos Congressos Estaduais na qualidade de delegados natos.

§ 2º - os membros da Diretoria Estadual têm direito à voz no Conselho Estadual de Representantes.

**Art.28 - Ao Presidente compete:**

- a) representar a entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) convocar e instalar a reunião do Conselho Estadual de Representantes;
- d) convocar e instalar a Assembleia Geral;
- e) convocar as eleições da Diretoria;
- f) convocar e instalar os congressos da entidade;
- g) abrir, rubricar e encerrar os livros da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual", podendo delegar tais atribuições ao vice-presidente ou ao Secretário Geral;
- h) movimentar, com o Secretário das Finanças, as contas da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual".

**Art.29 - Ao vice-Presidente compete auxiliar o Presidente em suas atribuições.**

**Art.30 - Ao Secretário Geral compete:**

- a) zelar pelo enquadramento da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual" nas exigências legais e fiscais, assim como tratar de seus registros nas repartições competentes;
- b) lavrar e subscrever as atas das reuniões da Diretoria, Assembleias Gerais e Conselho Estadual de Representantes, bem como promover os registros destas junto aos cartórios competentes;

Associação de Sindicatos de Trabalhadores

k) Substituir o Presidente em suas impedimentos ou ausências.

**Art.31 - Ao Secretário de Finanças compete:**

a) supervisionar toda a arrecadação e guarda de todos os valores pertencentes à entidade;

b) cuidar da escrituração dos livros contábeis e mantê-los rigorosamente em ordem, bem como a respectiva documentação sob a responsabilidade de um contador legalmente habilitado;

c) movimentar, com o Presidente em exercício, as contas da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";

f) elaborar o balanço anual e o balanço geral no fim de cada exercício, assim como o orçamento, a tempo de serem apresentados aos órgãos competentes.

**Art.32 - Ao Secretário de Administração e Patrimônio compete:**

a) zelar pela administração geral da entidade;

b) supervisionar a gestão das Colônias de Férias dos Professores;

c) administrar os recursos humanos da entidade;

d) supervisionar o setor de informática da entidade;

e) administrar os convênios firmados pela entidade;

f) zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da entidade;

g) promover inventário dos bens da entidade, mantendo-o sempre atualizado;

h) adotar todas as providências necessárias à regular conservação dos bens da entidade, bem como desenvolver políticas de ampliação do patrimônio da entidade;

i) diligenciar ao sentido de manter atualizadas e em perfeita ordem a documentação e os registros escriturais, inclusive os fiscais, relacionados com o patrimônio da entidade.

**Art.33 - Ao Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais compete:**

organizar a Secretaria de Assuntos Educacionais e Culturais da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";

propor e organizar a realização de simpósios, seminários e cursos, congressos e outras atividades culturais e educacionais;

**Art.34 - Ao Secretário de Comunicações:**

organizar a Secretaria de Imprensa da entidade "APEOESP - Sindicato Estadual";

responsabilizar-se pelo contato e divulgação das atividades da entidade junto a todos os órgãos de comunicação.

**Art.35 - Ao Secretário de Formação compete:**

desenvolver atividades de formação aos associados que venham a exercer funções de representação na entidade;

b) documentar fatos relativos à entidade, buscando a construção permanente de sua memória histórica;

c) estabelecer convênios ou acordos com entidades sindicais e centros especializados que possam contribuir com as atividades da entidade.

**Art.36 - Ao Secretário de Política Sindical compete:**

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política sindical;

b) promover a integração da entidade com outras organizações de caráter sindical.

**Art.37 - Ao Secretário de Legislação e Defesa dos Associados compete organizar e zelar pelo funcionamento da Assessoria Jurídica e da Assessoria de Defesa dos Associados.**

**Art.38 - Ao Secretário de Políticas Sociais compete:**

a) contribuir para a elaboração das políticas sociais da entidade, compreendendo saúde, previdência, meio ambiente e ecologia, movimentos sociais;

b) coordenar a execução das políticas sociais da entidade;

c) estabelecer e coordenar a relação da entidade com as organizações e entidades do movimento popular e da sociedade civil;

d) promover intercâmbio e atividades conjuntas com entidades e organizações que tratam das questões sociais.

**Art.39 - Ao Secretário para Assuntos do Aposentado compete coordenar e desenvolver as atividades pertinentes ao interesse específico dos associados aposentados, analisando e propondo medidas necessárias para o melhor desempenho da entidade no setor.**

**Art.40 - Ao Secretário Geral de Organização, compete:**

a) coordenar a Secretaria de Organização;

b) promover a coordenação geral das atividades de organização das Subsedes/Regionais da entidade.

**Art.41 - Aos Secretários de Organização para a Capital, para a Grande São Paulo e para o Interior compete organizar a Secretaria de Subsedes/Regionais da Capital, Grande São Paulo e Interior.**

**Art.42 - Aos Secretários Adjuntos de cada secretaria compete auxiliar o secretário titular em suas atribuições.**

**Art.43 - No caso de vacância para os cargos da Diretoria Estadual Colegiada haverá substituição do membro faltante, que será indicado pela chapa que originalmente havia indicado o diretor a ser substituído, dentre os membros nela inscritos para o pleito estadual.**

§1º - haverá vacância somente nos casos em que qualquer cargo da diretoria estadual colegiada reter vago por eventos involuntários e os causados por estado de necessidade ou motivo de força maior.

§2º - nos casos em que a substituição se fizer neces-

ância na Diretoria Executiva, o substituto será um membro da Diretoria Estadual;

§ 3º - nos casos em que a substituição se fizer necessária na Diretoria Estadual, o substituto será um membro da chapa que originalmente havia indicado o diretor a ser substituído, dentre os membros nela inscritos e que não esteja ocupando cargo na Diretoria Estadual Colegiada.

§ 4º - O diretor que ocasionar vacância pela renúncia fica impossibilitado de retornar à diretoria até o término da gestão para a qual foi eleito.

**Art. 44 -** Haverá substituição, nos mesmos moldes descritos no "caput" do artigo anterior, quando o afastamento do membro da diretoria estadual colegiada ocorrer em virtude de participação docente em qualquer atividade fiscalizada por qualquer dos Tribunais Regionais Eleitorais, ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, enquanto perdurar a necessidade do afastamento.

**Art. 45 -** A executiva de cada Subseção Regional é composta pelos representantes regionais no Conselho Estadual de Representantes e Conselho Regional de Representantes, eleitos na forma deste Estatuto e pelos membros da Diretoria Executiva cujas unidades econômicas ou postos de trabalho acham-se classificados na região. Os suplentes participam apenas com direito a voz. No caso de ausência dos membros efetivos, os suplentes participam também com direito a voto, observada a ordem de votação nas eleições do Conselho Regional de Representantes.

§ 1º - Dentre os membros da executiva da Subseção Regional haverá um coordenador, um secretário e um tesoureiro.

§ 2º - Os cargos referidos no parágrafo anterior poderão ser preenchidos pelos conselheiros eleitos na região, executando-se os suplentes, e por membros da Diretoria Executiva da "APEOESP - Sindicato Estadual", ainda que estes não tenham participado das eleições para o Conselho Regional de Representantes, podendo votar e ser votados nas eleições para a escolha dos ocupantes dos cargos da executiva de suas respectivas subseções mediante escolha a ser feita pelos seus pares.

§ 3º - As Subseções Regionais funcionarão com um Regimento Interno, o qual poderá receber alterações não contraditórias com este Estatuto, desde que aprovadas em Assembléias Regionais ou nas Reuniões de Representantes (R.R.).

## CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

**Art. 46 -** A cada 3 (três) anos, durante o trimestre de maio/junho, haverá eleições gerais para a Diretoria da entidade.

**Art. 47 -** Os membros da Diretoria serão eleitos em chapas, observado o disposto no artigo 26 deste Estatuto, por votação direta e secreta dos sócios efetivos.

§ 1º - Os cargos a serem escolhidos pelas chapas, em razão do princípio da proporcionalidade, podem ser ocupados por quaisquer de seus membros, mediante indicação das chapas que estiverem em condições de compor a Diretoria Estadual Colegiada, sendo vedada, aos diretores, a acumulação de cargos na Diretoria Estadual Colegiada.

§ 2º - Dentre os componentes da chapa, pelo menos 11 (onze) devem ser do interior.

§ 3º - Só serão registradas chapas completas, entendendo-se por completas as chapas que sejam compostas por, no mínimo, 32 (trinta e dois) membros e, no máximo, 120 (cento e vinte).

§ 4º - Cada chapa deverá reservar, obrigatoriamente, uma cota mínima de 30% de seus membros para cada gênero, proporcionalmente à que será necessariamente observada por ocasião da composição da Diretoria Estadual Colegiada.

§ 5º - Cada chapa poderá indicar um representante, obrigatoriamente associado da entidade, para fiscalizar os trabalhos da Comissão Eleitoral e as atividades de coleta e apuração dos votos.

**Art. 48 -** Até 60 (sessenta) dias antes das eleições, o Conselho Estadual de Representantes marcará a data das mesmas, assim como designará a Comissão Eleitoral.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será formada por cinco sócios efetivos, dentre os quais, um presidente.

§ 2º - A Comissão Eleitoral registrará em livro próprio as chapas concorrentes até 30 dias antes das eleições.

**Art. 49 -** O Conselho Estadual de Representantes dividirá igualmente entre as chapas concorrentes os recursos disponíveis para fins eleitorais.

**Art. 50 -** Será garantido o livre acesso das chapas concorrentes a todos os meios de divulgação na entidade "APEOESP - Sindicato Estadual".

**Art. 51 -** A Comissão Eleitoral expedirá normas especificando modelos de cédulas e atas eleitorais e condições de apuração dos votos.

§ único - O Conselho Estadual de Representantes determinará, a cada eleição, se as urnas serão fixas e ou volantes.

**Art. 52 -** Os conflitos surgidos na Comissão Eleitoral serão resolvidos pelo Conselho Estadual de Representantes.

**Art. 53 -** Observado o prazo de duração dos respectivos mandatos, as eleições para o Conselho Estadual de Representantes e para o Conselho Regional de Representantes ocorrerão, conforme o caso, no período de maio/junho ou de setembro/outubro/novembro.

§ 1º - Não há impedimento à candidatura simultânea à Diretoria e aos Conselhos de Representantes, ficando, entretanto, proibida a acumulação de votos de diretor da "APEOESP - Sindicato Estadual" e de con-

suficiente, devendo neste caso ser convocado o suplente para ocupar a vaga no Conselho de Representantes Estaduais ou Regionais, conforme o caso, em caráter definitivo.

Art. 54 - Nas eleições para representantes estaduais e regionais serão eleitos suplentes em igual número ao de representantes.

§ 1º - Para efeito do disposto no capítulo deste artigo, consideram-se suplentes dos representantes estaduais os representantes os candidatos para o Conselho Regional de Representantes não eleitos para o Conselho Estadual de Representantes, obedecendo a ordem decrescente de votação.

§ 2º - Consideram-se suplentes do Conselho Regional os representantes os candidatos não eleitos nos termos deste Estatuto, respeitada a ordem decrescente de votação.

Art. 55 - As eleições serão feitas pelo voto direto e secreto, ficando a critério da reunião de representantes da escola a deliberação acerca de urnas fixas e/ou volantes. O número de votados será igual até 30% dos inscritos, arredondando-se frações para mais.

Parágrafo único - A responsabilidade pelas eleições de representantes regionais e estaduais caberá à Executiva da Subseção ou Regional, e onde não houver, o Conselho Estadual de Representantes designará responsáveis.

Art. 56 - O Conselho Regional de Representantes também denominado Executiva da Subseção, é o órgão de direção local da entidade e será formado por representantes eleitos na proporção de um para cada 30 (trinta) votantes ou fração superior a 25 (vinte e cinco) conforme a tabela seguinte:

- até 24 votantes: nenhum representante;
- de 25 a 74 votantes: 1 representante;
- para cada 30 (trinta) votantes subsequentes, mais um representante de acordo com o critério para eleição do 1º representante.

Parágrafo único - O candidato deverá obter no mínimo 5% do total de votos para considerar-se eleito.

Art. 57 - O Conselho Estadual de Representantes será constituído na proporção de um conselheiro estadual para cada 200 (duzentos) associados vinculados à Subseção, assegurada uma representação mínima de 3 (três) representantes por Subseção.

Art. 58 - A inscrição dos candidatos para o cargo de representante, regional ou estadual, é feita na Reunião de Representantes (RR) de sua região.

Art. 59 - Haverá único pleito para a escolha dos representantes estaduais e regionais, considerando-se eleitos para o Conselho Estadual de Representantes, aqueles que, eleitos para o Conselho Regional de Representantes que obtiverem o maior número de votos e observado o limite de representantes da Subseção fixado no artigo 57 deste Estatuto.

Art. 60 - Respeitada a ordem decrescente de votação os escolhidos para o Conselho Regional de Representantes não eleitos para o Conselho Estadual de Representantes serão suplentes daqueles.

§ 1º - Os eleitos para o Conselho Estadual de Representantes, observada o disposto neste Estatuto, cumprirão mandato de 18 (dezoito) meses e tomarão posse na seguinte conformidade:

- a) quando as eleições coincidirem com a eleição da Liga Regional Estadual Colegiada, a posse ocorrerá conjuntamente com esta;
- b) quando as eleições se realizarem no período setembro/outubro/novembro, a posse ocorrerá, no máximo, até 31 de dezembro do mesmo ano e será formalizada por ato da Comissão Eleitoral, dispensada a realização de assembleia específica para este fim.

§ 2º - Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior aos Conselhos Regionais de Representantes.

Art. 61 - Por decisão soberana da Assembleia Regional a Executiva poderá ser destituída no todo ou em parte, desde que a Assembleia:

- a) seja solicitada por um número de sócios da Subseção Regional pelo menos igual a 10% (dez por cento) do número de associados vinculados à Subseção;
- b) seja convocada com antecedência mínima de dez dias;
- c) tenha quorum correspondente a 10% (dez por cento) do número de associados vinculados à Subseção;
- d) a decisão seja tomada por maioria absoluta.

Parágrafo único - Se a Executiva não convocar a Assembleia num prazo de 24 horas após receber a solicitação para a hora e local determinados pelos solicitantes, estes poderão fazê-lo.

Art. 62 - Por decisão soberana da maioria absoluta, a mesma Assembleia de destituição elegerá um Conselho Executivo de 3 (três) membros que se responsabilizará pela gestão da Subseção até a posse dos integrantes da Executiva da Subseção eleitos nos termos deste Estatuto.

Parágrafo único - Nos casos de destituição de que cuida este artigo, serão convocadas eleições para a Executiva da Subseção no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, cabendo à própria Assembleia Regional ou, por delegação desta, à primeira Reunião de Representantes (RR), imediatamente posterior, definir a data.

Art. 63 - Por decisão soberana da Assembleia Geral a Diretoria poderá ser destituída, no todo ou em parte, desde que a Assembleia Geral tenha:

- a) sido convocada especialmente para este fim pelo Conselho Estadual de Representantes ou por 10% do número de associados;
- b) tenha sido convocada por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um do número total de membros do Conselho de Representantes Estaduais;

